

REVISTA DO Exército Brasileiro

 Vol. 154 – 2º quadrimestre de 2018



**A influência do fenômeno óptico da refração sobre
a expectativa de impacto no primeiro disparo** p.46
Augusto Cezar Mattos Gonçalves de Abreu Pimentel

As operações interagências na faixa de fronteira amazônica p.64
Carlos Henrique Leite de Souza

Os desafios da Força de Intervenção Federal p.72
Luiz Augusto Fontes Rebello



Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
Gen Div Riyuk IKEDA

Editor
Ten Cel Cav Marco André Leite Ferreira

Corpo Redatorial
Marcos de Sá Affonso da Costa (presidente)
Henrique do Nascimento Barros
Ailton Gasparin Peretti Junior
Gerson Bastos de Oliveira
Fabricio Moreira de Bastos
Alexandre Santos Bezerra
Luiz Augusto Fontes Rebelo
Jobel Sanseverino Junior (editor executivo)
Leandro Basto Pereira

Composição
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS (EsAO)
Av. Duque de Caxias, 2.071
Vila Militar – Rio de Janeiro-RJ – CEP 21.615-220
Tel.: (21) 2450-8027

Revisão
Jorge Rodrigues Lobato

Diagramação
Julia Duarte
juliaduarte@gmail.com

Impressão
Helograf

Direção, edição e distribuição
BIBLIEX
Palácio Duque de Caxias
Praça D. de Caxias, 25 – 3º andar – Ala Marcílio Dias
Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20.221-260
Tel.: (21) 2519-5711 – Fax: (21) 2519-5569
www.bibliex.eb.mil.br

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Aceita-se intercâmbio

com publicações nacionais ou estrangeiras. Os originais deverão ser enviados para a EsAO (reb@esao.eb.mil.br) e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos: documento digital compatível com o programa Microsoft Word®, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Dir.) e 2,5cm (Sup. e Inf.), com entrelinhamento 1,5.

As figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi.

As referências, sob exclusiva responsabilidade dos autores, devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A assinatura anual e a venda de números avulsos são feitas na Administração:
Tel.: (21) 2519-5715

REVISTA DO Exército Brasileiro

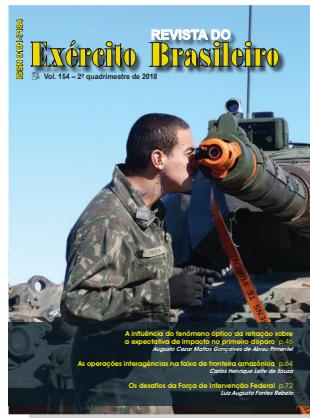
Vol. 154 – 2º quadrimestre de 2018 – Revista oficial do Exército Brasileiro

REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. v.1-v.8,1882-1889; v.1-v.10,1899-1908; v.1-v. 22, 1911-1923; v. 23-v. 130. 1924-1993. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, DAC etc., 1993 -24,8 cm.

Periodicidade: 1882-1889, anual. 1899-1980, irregular. 1981, quadrimestral. 1982, trimestral. Não publicada: 1890-1898; 1909-10; 1939-40; 1964; 2010, quadrimestral.

Título: 1882-1889, Revista do Exército Brasileiro; 1899-1908, Revista Militar; 1911-1923, Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército; 1924-1981, Revista Militar Brasileira; 1982-, Revista do Exército Brasileiro.

Editor: 1882-1899, Revista do Exército Brasileiro. 1899-1928, Estado-Maior do Exército. 1941-1973, Secretaria Geral do Exército. 1974-1980, Centro de Documentação do Exército. 1981, Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos, mais tarde Diretoria de Assuntos Culturais. Atualmente, Biblioteca do Exército.



Nossa Capa

Instrutor avançado de tiro realizando o alinhamento do sistema de tiro da VBCCC Leopard 1 A5 BR.

Foto: fornecida pelo autor do artigo *A influência do fenômeno óptico da refração sobre a expectativa de impacto no primeiro disparo*

Diagramação: Julia Duarte

Editorial

Caros leitores,

A *Revista do Exército Brasileiro* (REB), no artigo de capa desta edição, traz um extrato da dissertação de mestrado profissional realizado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), que visa contribuir com a melhoria da instrução de tiro das guarnições do carro de combate Leopard 1 A5 BR. Afeto à nossa tropa blindada, o tema elucida, por meio de pesquisa científica e experiências de outros exércitos, o problema que o efeito do fenômeno óptico da refração causa na precisão dos fogos dessa moderna máquina de guerra, evidenciando a competência técnica e o ganho na qualidade dos ensinamentos que os instrutores avançados de tiro podem transmitir aos regimentos de carros de combate.

O sucesso da participação brasileira na Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH), no período de 2004 a 2017, trouxe vários ensinamentos à Força Terrestre (F Ter). Dois deles estão nesta edição, na exaltação da importância dos elementos essenciais de inteligência para as operações de reconhecimento e na logística humanitária desenvolvida pelos nossos “capacetes azuis”, que projetou positivamente o Brasil para o mundo.

Relevante matéria sobre uma proposta de estrutura de posto de comando à moderna brigada de infantaria mecanizada (Bda Inf Mec) ilustra os meios e a importância do comando e controle nesse versátil módulo de combate da F Ter, por meio da leitura direta e fundamentada de um instrutor da EsAO. Esse assunto contribui com a atual experimentação doutrinária conduzida na 15^a Bda Inf Mec – Brigada Guarani.

Como elemento de poder de combate da F Ter, a liderança militar é abordada nesta revista. Fruto da adequação de outra dissertação de mestrado profissional da EsAO, a compreensão da comunicação não verbal e o conhecimento dos subordinados é o tema de uma pesquisa realizada com base em métodos científicos, que propõe a exploração desse *know-how* nas relações interpessoais que irão contribuir para os vínculos de liderança entre superiores e subordinados.

Uma experiência da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de estudo da revista *A Defesa Nacional*, aborda a relevância dos periódicos da BIBLIEx para pesquisas acadêmicas de História Militar. A herança deixada pelos “Jovens Turcos” ainda hoje inspira a oficialidade da F Ter.

As operações interagências desafiam constantemente a capacidade de integração entre os diversos órgãos envolvidos. O combate aos crimes transnacionais em ambiente de fronteira potencializa o problema. Identificar como esse tipo de operação pode contribuir para o cumprimento das diretrizes da END foi o objetivo do trabalho apresentado por um oficial com larga experiência na faixa de fronteira Brasil-Bolívia-Peru.

O desafio da Força de Intervenção Federal estado do Rio de Janeiro recebe uma abordagem analítica em face da incapacidade de governança na área de segurança pública. Esse tema é explorado dentro do atual grau de confiança nas Forças Armadas para legitimar o emprego do Exército na segurança pública fluminense.

Tais artigos tornam essa edição da REB uma fonte de consulta técnica, profissional e prazerosa ao leitor, que divulga o conhecimento de militares pesquisadores de diversos assuntos de interesse do nosso Exército. A eles os nossos agradecimentos pela disponibilidade e pelo empenho nos excelentes trabalhos apresentados.

Boa leitura a todos!

- 4 Os elementos essenciais de inteligência: influência nas operações de reconhecimento da MINUSTAH

Diogo Dias Jacinto

- 13 Logística humanitária e operações das tropas brasileiras no Haiti: uma análise sobre a projeção do Brasil no cenário internacional

Leonardo de Andrade Alves

- 23 Estrutura de comunicações mínima de um posto de comando tático de uma brigada de infantaria mecanizada

Flávio Corsi

- 34 A compreensão da comunicação não verbal e o conhecimento dos subordinados

Luiz Eduardo Maciel Lopes

- 46 A influência do fenômeno óptico da refração sobre a expectativa de impacto no primeiro disparo

Augusto Cezar Mattos Gonçalves de Abreu Pimentel

- 54 Os periódicos como fontes de pesquisa: uma experiência com a revista *A Defesa Nacional*

Rafael Roesler

- 64 As operações interagências na faixa de fronteira amazônica Brasil-Bolívia-Peru: contribuições para a consecução da Estratégia Nacional de Defesa

Carlos Henrique Leite de Souza

- 72 Os desafios da Força de Intervenção Federal diante da incapacidade de governança na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro

Luiz Augusto Fontes Rebelo

Os elementos essenciais de inteligência

Influência nas operações de reconhecimento

da MINUSTAH

*Diogo Dias Jacinto**

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar a influência que os elementos essenciais de inteligência (EEI) exercem nas operações de reconhecimento (Op Rec) da Arma de Cavalaria na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

O grande desenvolvimento tecnológico aplicado à arte da guerra no final do século XX e início do século XXI fez com que surgisse nos campos de batalha um novo tipo de combate, que se convencionou chamar de “combate moderno”.

O combate moderno é caracterizado pela alta mobilidade das forças no campo de batalha, maior rapidez das operações, sincronização das ações, combate continuado, frentes não lineares, maior necessidade de informações e capacidade de gerenciamento de informações pelos comandantes em todos os níveis.

Consoante com o apresentado, é possível observar que a busca de informações por parte da cavalaria atravessou os séculos

e lhe conferiu a capacidade de se orientar segundo os objetivos de informação e ainda participar com rapidez e precisão todos os dados e informações obtidos, como fundamentos basilares das atuais Op Rec.

Sendo assim, a expressão das necessidades de inteligência (NI) é o ponto de inflexão deste trabalho, visto que, a partir dela, é possível verificar os EEI e as outras necessidades de inteligência (ONI), devendo-se destacar o primeiro, conforme a seguir:

Os EEI são dados, informações ou conhecimentos imprescindíveis à produção de conhecimentos sobre as dimensões do Ambiente Operacional e sobre as possibilidades da ameaça, que o Cmt julga necessitar, em um determinado momento, para correlacioná-los com outros conhecimentos disponíveis, a fim de contribuir com o processo decisório que permita o cumprimento da missão. (BRASIL, 2016)

A fim de orientar o entendimento do assunto abordado, é de suma importância que se entenda o conceito de *reconhecimento* e também do propósito da execução da refe-

* Cap Cav (AMAN/07, EsAO/17). Foi Cmt Pel Fuz Mec no 11º Contingente do BRABATT/MINUSTAH. Atualmente, é Cmt 1º/13º RCMec.

rida operação, previsto no manual de campanha Emprego da Cavalaria:

Reconhecimento é a ação conduzida, em campanha, pelo emprego de meios terrestres e/ou aéreos, com o propósito de **obter informações sobre o inimigo e/ou a área de operações**. É, também, pelo reconhecimento que se levantam as informações que permitirão ao comando realizar seu estudo de situação e formular seus planos de manobra. (BRASIL, 1999, grifo do autor)

Ao conceituar que o reconhecimento é realizado com a finalidade de se obterem informações sobre o inimigo e/ou a área de operações, é lícito afirmar a importância que a busca pelas NI configura neste tipo de operação.

Em missões de paz pelo mundo, países empregam tropas de cavalaria para atuar no reconhecimento das áreas de responsabilidade, de modo a levantar informações precisas e oportunas. Como exemplo, temos o Exército Irlandês, que fez ampla busca de informações por meio das Op Rec na Missão das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e na Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL).

O outro exemplo é o Exército Espanhol, que também lançou a cavalaria em busca dos EEI na Força de Proteção das

Nações Unidas na Antiga Iugoslávia (UNPROFOR) e também na UNIFIL.

Por fim, cabe destacar o expressivo levantamento de informações protagonizado pela 1ª Divisão de Cavalaria do Exército dos Estados Unidos da América na missão de paz da Bósnia-Herzegovina, com o objetivo de que fosse cumprido o que fora estabelecido pelo Protocolo de Paris, em 1998.

O problema que vem à tona é:

De que forma os EEI no contexto do combate moderno, exercem influência na execução das Op Rec do esquadrão de cavalaria (Esqd Cav) orgânico do Batalhão Brasileiro (BRABATT) integrante da MINUSTAH?

A busca pelos EEI em missões internacionais

Desde 1947, o Exército Brasileiro (EB) participa de missões de paz, contudo, sua participação tornou-se protagonista no de 2004, decorrente da resolução 1542, do Conselho

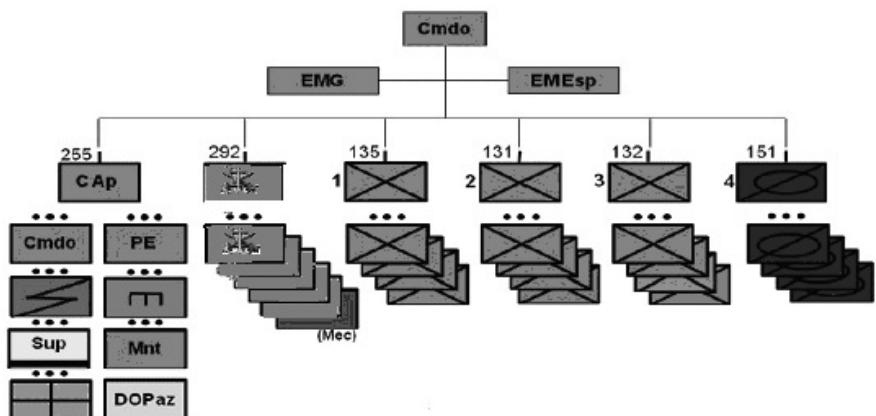


Figura 1 – Organograma do BRABAT 1/15
Fonte: BRASIL, 2012

de Segurança das Nações Unidas (CS ONU), na qual foi criada a MINUSTAH, composta inicialmente por 6.700 militares. Além de possuir o maior contingente, o Brasil também recebeu a missão de coordenar e comandar a MINUSTAH.

Ao longo dos 13 anos da MINUSTAH, o Brasil enviou 26 contingentes para atuar naquele país e, destacadamente, na capital Porto Príncipe.

O BRABATT possui, em sua composição de meios, além do Estado-Maior Geral e Estado-Maior Especial, três companhias de fuzileiros (Cia Fuz), um Esquadrão de Fuzileiros Mecanizado (Esqd Fuz Mec), de cavalaria, uma Companhia de Fuzileiros Navais (Cia Fuz Nav) e uma Companhia de Comando e Apoio (Cia C Ap).

A missão do BRABATT pode ser definida como:

Contribuir com a MINUSTAH, em sua Área de Responsabilidade (AOR), para a manutenção de um ambiente seguro e estável no país, apoiar a criação de um Estado de Direito, apoiar e fortalecer as práticas de um Estado democrático, proteger e promover

direitos humanos, apoiar os projetos de desenvolvimento, a imediata recuperação, reconstrução e os esforços para a estabilidade no Haiti. (ONU, 2016)

Para o emprego do Esqd Fuz Mec, a expectativa criada pelo BRABATT era de que a subunidade de cavalaria fosse uma força de ação rápida, capaz de intervir em um curto espaço de tempo em qualquer ponto da área de operações do BRABATT (SANTOS, 2007, p.54).

O Esqd Fuz Mec era composto por um efetivo de 150 militares, distribuídos em quatro pelotões, além de uma seção de comando. Os pelotões possuíam viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) EE-11 URUTU, enquanto que a seção de comando atuava com caminhões e viaturas leves (SANTOS, 2007, p.54).

Em diversas oportunidades, o Esqd Fuz Mec foi empregado no levantamento dos EEI, sendo um dos mais corriqueiros o levantamento de aspectos psicossociais da população haitiana contrária à MINUSTAH e também à ONU.



Figura 2 – Viaturas usadas pelo Esqd Fuz Mec durante os reconhecimentos no Haiti
Fonte: o autor



Figura 3 – Pichações¹ contrárias à ONU nas cercanias BRABAT

Fonte: o autor

Coradini (2010, p.7) citou que o Esqd Fuz Mec era empregado na área de responsabilidade do BRABATT embarcado em suas VBTP e realizava diversas missões, tais como, patrulhamentos à pé e mecanizados, operações de controle de distúrbios, *check points*,² escoltas de comboios, operações de cerco, reconhecimentos e outras.

Um óbice na missão de paz no Haiti é carência de um serviço de inteligência, assim

descrito pelo general de exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, primeiro comandante, por um ano e três meses, da Força de Paz da MINUSTAH:

A ONU não prevê, nas missões de paz, um serviço de inteligência. A missão fica extremamente vulnerável a boatos. **Foi necessário empregar tropa inúmeras vezes para investigar informes** cuja veracidade não se confirmava. Tal situação, sobretudo nos



Figura 4 – Registro do levantamento de EEI sobre as regiões de passagem sobre o rio Roseaux, nas proximidades da localidade de Jérémie

Fonte: o autor

momentos de crise, produzia elevado e desnecessário desgaste. (PEREIRA, 2007, grifo do autor)

Diante do *deficit* nas buscas de informações, o Esqd Fuz Mec/BRABAT ficou encarregado de realizar o levantamento dos EEI. Consoante com o supracitado, foram levantados EEI relativos às possibilidades e vulnerabilidades da força adversa — incluindo hora, local, valor, assim como do terreno —, às condições meteorológicas e às considerações civis.

Os principais exércitos do mundo empregam a cavalaria como meio de levantamento de EEI; dessa forma, destaca-se a importância de se formarem quadros com noções, conceitos e mentalidade de inteligência militar (Intlg Mil).

Oficiais formados na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e praças oriundas da Escola de Sargento das Armas (EsSA), pertencentes à linha de ensino militar bélico, destinada à qualificação continuada de pessoal necessário à direção, ao preparo e ao emprego da Força Terrestre; militares desse público-alvo foram questionados sobre a forma como avaliam suas respectivas formações

acerca do planejamento e emprego da Intlg Mil, com ênfase nas NI e EEI. Observa-se o resultado expresso na **Tabela 1**.

A percepção da amostra, de maneira geral, é que as instruções recebidas nos bancos escolares sobre Planejamento e Emprego da Intlg Mil, com ênfase nas NI, são consideradas *insuficientes* (80%). A avaliação *satisfatória* recebeu uma quantidade razoável de seleções (20%), enquanto o grau *muito satisfatório* obteve resultado estatisticamente desprezível.

A partir desse resultado, observa-se uma oportunidade de melhoria, com a inserção do módulo de Planejamento e Emprego da Intlg Mil na grade curricular das escolas formadoras dos quadros, como forma de adequar a formação teórica aos futuros desafios e às missões advindas do emprego na tropa.

Outro item procurou investigar a frequência com que a fração sob responsabilidade de sargento (Sgt) ou tenente (Ten) foi designada para, entre outras missões, levantar EEI. Foram levantadas cinco opções temporais. A maioria afirmou que sua fração fora empregada *muitas vezes* (40%), o que significa que, em mais da metade das Op Rec, foram designados EEI a serem co-

Avaliação	Valor absoluto	Percentual
Muito satisfatória	0	0%
Satisfatória	6	20%
Insuficiente	24	80%
TOTAL	30	100%

Tabela 1 – Opinião absoluta e percentual do total da amostra acerca da avaliação da instrução militar sobre Planejamento e Emprego da Inteligência Militar na AMAN e na EsSA

Fonte: o autor

Avaliação	Valor absoluto	Percentual
Nunca (nenhuma vez durante todo o período)	0	0%
Raramente (em menos da metade das missões)	6	20%
Às vezes (em metade das missões)	9	30%
Muitas vezes (em mais da metade das missões)	12	40%
Sempre (em todas as missões)	3	10%
TOTAL	30	100%

Tabela 2 – Avaliação da amostra, em valores absolutos e percentuais, sobre a frequência com que a fração foi designada para levantar EEI

Fonte: o autor

lhidos. Em seguida, vieram as opções *às vezes* (30%), *raramente* (20%), *sempre* (10%) e *nunca*, com resultado desprezível.

Como terceiro questionamento trabalhado, foi interrogado sobre qual tipo de operação era o mais adequado para se levantarem os EEI. Nesse item, o resultado apresentado por ampla maioria foi nos *patrulhamentos/reconhecimentos* (93,33%), em grande parte devido à grande mobilidade característica deste tipo de operação. Outros registros foram *check point* (3,33%), e *ação cívico-social* (3,33%). *Escutas e operações de controle de distúrbios* (OCD) não receberam qualquer menção.

Sobre os principais EEI que sua fração levantou no período de operações, sendo permitida mais de uma resposta, de modo a inferir quantitativamente sobre o emprego do Esqd, foi obtida como moda estatística o *EEI tipo de pichações alusivas ao BRABATT, à MINUSTAH e ao BRASIL* em conjunto com *locais de homizio de integrantes das forças adversas*, com 18 repetições cada.

Construção de barreiras e fossos contramobilidade, tipo de armamento utilizado pelo oponente, classe das pontes sobre linhas d'água no interior do

Amostra	Repetições
Tipo de pichações alusivas ao BRABAT, à MINUSTAH e ao BRASIL	18
Locais de homizio de integrantes das forças adversas	18
Construção de barreiras e fossos contramobilidade	16
Tipo de armamento utilizado pelo oponente	14
Classe das pontes sobre linhas d'água no interior do país	9
Manifestações/aglomerações	7
Condições sanitárias da população após catástrofe ambiental	4
Situação em <i>Vote Center</i>	3
Desmobilização e passagem da área de responsabilidade	1

Tabela 3 – Principais EEI levantados pelo Esqd Fuz Mec

Fonte: o autor

país são EEI que também merecem destaque pelo número de repetições registrado.

Outro aspecto questionado a comandantes de subunidades e a oficiais do Estado-Maior do BRABATT/26, foi sobre seus julgamentos, de acordo com uma escala de concordância, sobre a seguinte sentença: “Os EEI levantados pelo Esqd Fuz Mec auxiliam o estudo de situação do escalão superior, permitindo a formulação mais adequada dos planos de manobra”, na qual se obteve o resultado expresso na **Tabela 4**.

A maioria dos militares questionados, ao concordar totalmente com a sentença, corroborou com a influência basilar que os EEI exercem sobre o trabalho do Estado-Maior do BRABAT bem como a exitosa condução das operações.

Almejando verificar criticamente a opinião dos militares a respeito do tema, foram extraídas do conteúdo das entrevistas algumas considerações, entre as quais se destaca a declaração de Daniel Moreira Roxo, Cap EB, Cmt Pel Fuz Mec no 10º Contingente:

Não existe uma ênfase durante o treinamento específico para a missão no Haiti da necessidade de se levantar constantemente os EEI. Essa iniciativa, normalmente, parte dos Cmt SU ao longo da missão. (ROXO, 2017)

Tem-se ainda o depoimento de Angel Paulino Fagundes Alves, Ten Cel EB, e Fábio Pinheiro Paixão, Maj EB, integrantes da Célula de Inteligência do 26º Contingente do BRABATT:

Para cada BRABAT, existiu um viés diferente; no início da missão, eram levantados dados sobre locais de homizio, passados para aspectos psicossociais, e agora, o principal esforço é na passagem efetiva da área de responsabilidade para os órgãos nacionais haitianos, que norteiam os EEI cujo verbo principal visa à desmobilização. (ALVES e PAIXÃO, 2017)

Considerações Finais

Voltando ao objetivo de responder ao questionamento apresentado na introdução deste trabalho, sobre a forma “que os EEI no contexto do combate moderno, exercem influência nas Op Rec do Esqd Cav orgânico do BRABAT integrante da MINUSTAH”, pode-se concluir que:

Em diversas missões de paz ao redor do mundo, exércitos utilizam a cavalaria para atuar no reconhecimento das áreas de responsabilidade do comando enquadrante, de modo a levantar, através dos EEI, informações precisas e oportunas. Nesse contexto, estão os elementos de cavalaria mecanizados do EB.

Avaliação	Valor absoluto	Percentual
Concordo totalmente	28	93,33%
Concordo parcialmente	2	6,67%
Discordo parcialmente	0	0%
Discordo Totalmente	0	0%
TOTAL	30	100%

Tabela 4 – Escala de concordância sobre a sentença “Os EEI levantados pelo Esqd Fuz Mec auxiliam o estudo de situação do escalão superior, permitindo a formulação mais adequada dos planos de manobra”
Fonte: o autor

Por intermédio da compilação de dados, a presente pesquisa científica abordou questões que foram desde a formação dos militares de Cavalaria nos bancos escolares, como forma de se ter substancial ganho na busca pelos EEI, até a frequência com que se buscavam os EEI durante as missões e em qual tipo de operação era mais favorável o levantamento dos mesmos. Nesse contexto, sugere-se a inserção do módulo de Planejamento e Emprego da Intlg Mil na grade curricular da AMAN e EsSA

No encerramento da pesquisa, foram apresentados aspectos qualitativos levanta-

dos na Op Rec e a avaliação tipo escala de concordância, em que se observa o julgamento tido sobre a importância que os EEI exercem sobre o trabalho do Estado-Maior do BRABATT.

Dessa forma, é inegável a importância que os EEI exercem nas Op Rec, desde o emprego das pequenas frações no Haiti, até a influência basilar que eles exercem sobre o trabalho do Estado-Maior do BRABAT, sendo de capital importância para tropa cavalaria empregada naquele país.

Por fim, é lícito registrar que os EEI exercem influência direta nas Op Rec no Haiti. 

Referências

ALVES, A P F; PAIXÃO, F P. **Entrevista**. Pesquisa de Campo realizada pelo autor. Porto Príncipe, Haiti. 2017.

BRASIL. Exército Brasileiro. BRABATT 1/15. **Relatório Final do Emprego do BRABATT 1/15**. 2012.

BRASIL. Exército Brasileiro. EME. **Emprego da Cavalaria**, C 2-1. 2.ed. Brasília, DF. 1999.

_____. **Planejamento e Emprego da Inteligência Militar**. EB20-MF-10.307. 1.ed. Brasília, DF. 2016.

CORADINI, L F. **O Emprego da Cavalaria Mecanizada em Ambiente Urbano: Ensinamentos colhidos no Haiti**. Artigo Científico. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, RJ. 2010.

ESPAÑA. Ejército de Tierra. **Brigada de Caballería “Castillejos II”**. Departamento de Comunicación del Ejército de Tierra. 2012. Disponível em <www.ejercito.mde.es/unidades/Zaragoza/brc_castillejo/>. Acesso em 13 Nov 2016.

EUA. US Army. **1st Cavalry Division**. Division History. Disponível em <www.hood.army.mil/1stcavdiv/about/early.aspx>. Acesso em 13 Nov 2016.

IRLANDA. Defence Forces of Ireland. **Defense Forces Annual Report**. p.1-70. 2005.

_____. **The Cavalry Corps**. Disponível em <www.military.ie/army/organisation/army-corps/>. Acesso em 12 Nov 2016.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolution 1542**. Nova Iorque. 2004.

_____. **MINUSTAH** Disponível em: <www.minustah.org>. Acesso em 11 Nov 2016.

PEREIRA, A H R. O Componente Militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. Revista Sangue Novo. p.4-7.2007.

ROXO,D M. Entrevista. Pesquisa de Campo realizada pelo autor. Porto Príncipe, Haiti. 2017.

SANTOS, C A G. O Emprego do Esquadrão de Fuzileiros Mecanizados na Operação de Manutenção da Paz no Haiti. Military Review. Março – Abril. P.53-8. 2007.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ ABA MINUSTAH, no idioma Creole, significa “FORA MINUSTAH” ou ainda “ABAIXO A MINUSTAH”, em tradução livre.

² Check Points – pontos de controle de circulação, em tradução livre.

Logística humanitária e operações das tropas brasileiras no Haiti

Uma análise sobre a projeção do Brasil no cenário internacional

Leonardo de Andrade Alves*

Introdução

Brasil, de 2004 a 2017, integrou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Com um efetivo de militares e civis, contribuiu sobremaneira para esta ação humanitária, quer seja por meio de atuações específicas de imposição da paz, quer seja por meio de assistência humanitária. O efetivo do componente militar foi composto de países da América do Sul, América Central, África, América do Norte, Europa e Ásia, caracterizando-se como uma força multinacional (UNITED NATIONS, 2004).

Segundo Cavalieri (2011), a MINUSTAH teve sua origem com a resolução 1542 do Conselho de Segurança, de 30 de abril de 2004, e o mandato estava baseado no capítulo VII da Carta das Nações Unidas, tratado de fundação, que autorizava o uso da força, prevendo o estabelecimento de um ambiente seguro e estável, um processo político democrático e respeito aos direitos humanos. Ademais, a missão teve como principal objetivo prestar a assistência humanitária em áreas afetadas por conflitos internos, provendo

segurança e alimentação aos necessitados. Para Da Cruz (2010), a coordenação civil-militar (CIMIC, da sigla inglesa *civil-military co-operation*) maximiza a utilização dos meios militares e de ajuda humanitária, aumenta a segurança das tropas e facilita a transferência da responsabilidade às autoridades civis. Desta forma, a CIMIC pode ser considerada uma ferramenta de grande relevância para as atividades de assistência humanitária.

A CIMIC proporciona a execução de uma das principais atividades previstas no apoio à assistência humanitária, que é a logística humanitária. O êxito deste tipo de ação tem reflexos diretos e indiretos para a consecução dos objetivos da missão previstos em seu mandato de implantação.

A relação entre a logística humanitária e as operações de paz da MINUSTAH é abordada neste artigo de modo a levantar subsídios que asseverem a importância desta relação à projeção internacional do Brasil, o que contribui para se levantar a importância da participação brasileira. O presente artigo tem por finalidade analisar os aspectos concernentes à logística humanitária em operações das tropas brasileiras no Haiti, sob a égide

* Maj Art (AMAN/00 e EsAO/07). Participou da MINUSTAH. Atualmente, é aluno da ECEME e mestrandando do programa de pós-graduação *stricto sensu*.

da Organização das Nações Unidas (ONU), relacionando-a com as atividades de CIMIC e com as contribuições para a projeção do Brasil no cenário internacional.

Com o incremento das operações de paz da ONU, em especial as atuações de civis e militares em CIMIC, ressalta-se a relevância da sinergia entre estas atividades e a logística humanitária, visto que ambos possuem objetivos em comum e têm despertado o interesse da sociedade acadêmica para realizar pesquisas a fim de se ratificar a importância do sucesso destas atividades para a projeção do Brasil no cenário internacional, corroborando com um dos propósitos da Política Nacional de Defesa (PND), conforme descrito a seguir.

Esta Política pressupõe que a defesa do País é inseparável do seu desenvolvimento, fornecendo-lhe o indispensável escudo. A intensificação da projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais associam-se ao modelo de defesa proposto nos termos expostos a seguir. (BRASIL, 2012, p 11)

Ademais, a projeção internacional da MINUSTAH ratifica o sucesso da participação brasileira na missão, haja vista que o componente militar foi comandado pelo Brasil e que a maior parte do efetivo foi de militares brasileiros, o que projetou a atuação do Brasil junto à ONU, atendendo aos preceitos legais previstos na Política Nacional de Defesa, aprovada em 2012, citado acima.

Desenvolvimento

Esta seção é dividida em subseções que permitem apresentar os fundamentos conceituais necessários ao cumprimento dos ob-

jetivos que são propostos no artigo em tela, relacionados à logística humanitária, às ações de CIMIC e à MINUSTAH.

A relação das ações integradas de logística humanitária com as missões de paz no Haiti

Para Idris e Soh (2014), as operações de logística têm que ser projetada de tal forma que a distribuição e a alocação de recursos atinjam todas as vítimas na área do desastre no tempo oportuno, apesar das enormes limitações enfrentadas no ambiente operacional. Segue-se então que as funções de logística devem não somente planejar, organizar e controlar, mas também conduzir, de acordo com os avanços tecnológicos, a gestão de estoques, transporte e informação.

As limitações do ambiente operacional estão relacionadas às condições geográficas e à segurança da região bem como as condições de apoio logístico. Neste momento, nota-se a necessidade do suporte do componente militar, que, com seus meios, facilita o cumprimento das ações humanitárias, com pessoal e material necessários.

Segundo Heaslip, Sharif e Althonayan (2012), a prestação de auxílio por forças militares não é um fenômeno novo. Desde as Guerras Napoleônicas, passando pela I e II Guerras Mundiais, pelo transporte aéreo em Berlim (1948-1949) e até os dias atuais, incluindo o Congo, Bangladesh, Etiópia, Sudão, Iraque, a antiga Iugoslávia, Ruanda e Moçambique, utilizam-se os meios militares para assistências humanitárias.

A fim de atender às assistências humanitárias, com o emprego de uma logística específica para conduzir todos os processos

envolvidos na mobilização de recursos, de materiais e de pessoas, no suporte às comunidades, áreas ou aos países afetados por situações emergenciais, como catástrofes naturais, conflitos internos, guerras ou atentados terroristas, surge a logística humanitária. A logística humanitária está diretamente ligada ao apoio prestado às assistências humanitárias que podem ocorrer internamente ou externamente a um determinado país.

De acordo com o seu mandato, regulamentado por meio da Resolução do Conselho de Segurança da ONU Nr 1608, de 2005, a MINUSTAH foi originalmente implantada com a finalidade de ajudar o governo de transição com um ambiente seguro e estável; auxiliar no monitoramento, na reestruturação e na reforma da Polícia Nacional Haitiana (PNH); prestar assistência por meio de programas de desarmamento, desmobilização e reintegração; ajudar na restauração e manutenção do Estado de direito, da segurança pública e da ordem pública; proteger os serviços, as instalações e os equipamentos da ONU; proteger os civis que estavam em risco iminente de violência física; apoiar o processo político e constitucional; ajudar na tarefa de organizar, supervisionar e realizar eleições municipais, parlamentares e presidenciais; apoiar o governo de transição e as instituições e organizações haitianas em seus esforços para promover e proteger os direitos humanos; e monitorar a situação dos direitos humanos no país. No entanto, ao longo dos anos, as missões foram adaptadas, em consequência das mudanças socioeconômicas no país.

Após o devastador terremoto que atingiu o Haiti, em 12 de janeiro de 2010, o Con-

selho de Segurança incrementou as tarefas de recuperação e reconstrução e incumbiu a MINUSTAH para que continuasse a cumprir o mandato da missão, colaborando com o gabinete para a coordenação de assuntos humanitários, além do fornecimento do apoio técnico e logístico a fim de ajudar o governo do Haiti.

Diante do exposto, cabe destacar a estreita relação da logística humanitária com as missões de paz, à medida que a assistência humanitária, elencada no mandato da MINUSTAH, estava diretamente ligada a esta logística específica, visto que aquela está inserida no apoio prestado a estas atividades que ocorrem no Haiti, com o uso das forças de manutenção de paz.

A participação dos atores governamentais e não governamentais da logística humanitária no Haiti

A logística humanitária possui atores estatais, supranacionais e não governamentais que estão envolvidos diretamente no apoio à assistência humanitária. Estes atores variam de acordo com o tipo da missão, do apoio a ser prestado, das entidades envolvidas e de outros fatores específicos de uma determinada nação.

Os atores estatais estão representados pelos países e/ou entidades oficiais envolvidos na assistência humanitária, ao passo que os atores supranacionais podem ser considerados como os organismos internacionais e suas agências que apoiam uma determinada missão, como a ONU e a União Africana, por exemplo. As organizações não governamentais (ONG), comuns em ambientes de conflitos, são elo de suma importância para a assis-

tência humanitária, pois apresentam serviços especializados para diversos apoios emergenciais, tais como os médicos sem fronteiras e a OXFAM, especialista em alimentos, entre outras.

Segundo Heaslip, Sharif e Althonayan (2012), as agências de ajuda humanitária, dentro da literatura sobre desastres, são frequentemente criticadas pela falta de colaboração e coordenação. O envolvimento de seus integrantes com a atividade das agências é vital, pois eles sobressaem em relação aos problemas de desconhecimento da origem dos recursos disponíveis e da imprevisibilidade dos fornecedores, o que, muitas vezes, resulta em duplicação de esforços e materiais, refletindo a importância da coordenação das ações para que se obtenha o resultado esperado, corroborado pela assertiva a seguir.

A estrutura de coordenação molda a operação, incluindo a coordenação entre atores, tarefas a serem executadas e as regras de qualquer ajuda humanitária. O Governo e outras organizações supranacionais são também vitais para a logística humanitária, mas as estruturas de coordenação variam de uma operação para outra, dependendo da situação, da missão e das políticas dos países de acolhimento e doadores. Existem amplas possibilidades: liderança do país anfitrião, liderança da ONU e aliança ou coligação. Estes não são alternativas mutuamente exclusivas e podem ser misturados durante uma operação, de acordo com Heaslip, Sharif e Althonayan (2012).

Martins Júnior (2008) afirma que a MINUSTAH, por ser integrada, abrangia também, em seu mandato, o controle sobre as agências, fundos e programas civis da

ONU no país, como é o caso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR), World Food Program (WFP) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outros, aumentando a complexidade da coordenação. Trabalhavam, ainda, no terreno outras organizações internacionais, como a Cruz Vermelha, Organização dos Estados Americanos (OEA), Comunidade do Caribe (CARICOM), além de inúmeras organizações governamentais internacionais, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), e não governamentais, como a Viva Rio, além dos órgãos do governo haitiano.

Deste modo, a atuação destes atores ratifica a importância da MINUSTAH para que, com o sincronismo adequado entre civis e militares, pudesse cumprir o seu mandato em prol do apoio humanitário ao povo haitiano, destacando-se, neste capítulo, a necessidade de coordenação adequada entre os órgãos governamentais e não governamentais.

A integração entre as ações de CIMIC e as atividades de apoio à logística humanitária no âmbito da MINUSTAH

Conforme Netto (2013), desde seu início, a MINUSTAH foi criada para ser uma missão multidimensional e integrada. Ela é multidimensional, por preocupar-se em abranger assuntos civis, políticos, militares, direitos humanos, ajuda humanitária, entre outros. E é integrada, por possuir militares e civis de vários países. Desta forma, a MINUS-

TAH criou unidades e atividades específicas para atender a todas as demandas dos mais variados setores.

O termo Cooperação Civil militar sugere a perfeita divisão de trabalho entre os trabalhadores humanitários civis e as forças militares internacionais. (HEASLIP; SHARIF; ALTHONAYAN, 2012, p.377, tradução nossa)

Essa assertiva reforça a divisão de esforços, mas com a cooperação entre ambos.

A CIMIC, essencialmente, lida com dois aspectos de apoio militar aos civis, ou seja: a prestação de segurança — por exemplo, uma escolta militar para um comboio humanitário — e o fornecimento dos meios militares, incluindo habilidades, conhecimentos e recursos humanos, por exemplo, bem como equipamentos, caminhões ou helicópteros, médicos e especialistas em engenharia, segundo Heaslip (2011).

De acordo com Silva (2011), o Haiti contava com inúmeras organizações que tinham como objetivo apoiar a população e o governo, para auxiliar no retorno à estabilidade. Em virtude disso, o contingente militar tinha de coordenar as suas ações com as atividades de diversas organizações, para fortalecer a imagem da tropa e, com isso, facilitar o cumprimento de sua própria missão.

Para Netto (2013), a política da ONU para a CIMIC abrangia a coordenação da capacidade das forças militares e dos policiais civis em tarefas não relacionadas com a segurança nas seguintes situações: a coordenação no âmbito de uma missão de paz, que incluía componentes humanitários e/ou de desenvolvimento; a coordenação entre a missão

de manutenção da paz e da United Nations Country Team, quando esta estava fora da estrutura da missão de paz; e a coordenação entre a missão de manutenção da paz e outras organizações internacionais, como ONG, bem como outros agentes externos, tais como as autoridades locais, as populações locais e militares que não participavam do contingente das Nações Unidas.

É imperioso destacar a relação das atividades de CIMIC com a logística humanitária conduzida pela ONU ou por organizações não governamentais, conforme apresentado pelos textos acima, que contam com o apoio do componente militar como ferramenta de apoio, e que são exemplificados conforme abaixo.

As atividades de CIMIC, entre outras, conduzidas pela MINUSTAH, de acordo com Netto (2013), foram as seguintes:

- Os projetos de impacto rápido (QIP, da sigla inglesa *quick impact project*), que, conforme o manual de CIMIC do Instituto de Treinamento de Operações de Paz da ONU (2008), eram projetos financiados pelo orçamento de manutenção da paz e destinados a fornecer, em curto prazo, o desembolso de um valor flexível, para apoiar localmente projetos nas áreas de saúde, educação, infraestrutura pública e serviços sociais. Estes serviços eram projetados para promover e facilitar o esforço de apoio à paz da ONU no país.
- As ações cívico-sociais (ACISO), que, de acordo com a Nota de Instrução do Preparo do Contingente Brasileiro para a MINUSTAH (2011), em

uma operação de manutenção da paz, eram atividades com empenho de recursos humanos e materiais do componente militar, destinadas a estimular a população civil contra a força adversa e fornecer o consequente apoio às operações das forças de manutenção da paz.

- A assistência às crianças carentes haitianas, que era uma atividade que privilegiava a vertente humanitária do trabalho de CIMIC do contingente militar, sem deixar de observar o componente de segurança e desenvolvimento.

Além das atividades, citadas acima, cabe destacar as seguintes atividades, que estavam diretamente ligadas à logística humanitária: a distribuição de água, alimentos, roupas, colchões e camas, após o terremoto, o transporte, o apoio de equipamentos ou pessoal especializados, a escolta de comboios humanitários, a segurança de instalações e a distribuição de ajuda humanitária, o que é ratificado por Dias (2010).

Segundo Romão (2011), semanalmente, as companhias do BRABAT 1 realizavam atividades de CIMIC nos *IDP (internally displaced people) camps*, situados na área de responsabilidade operacional da unidade, variando desde segurança ostensiva a distribuições de alimentos e *kits* não alimentares, bem como atendimento médico e odontológico, atividades esportivas e de recreação para adultos, jovens e crianças. Foi realizada a doação de cerca de 7.000 cestas básicas de alimentos e de 2.000 barracas, destinadas diretamente à população que havia perdido sua residência

no terremoto. Tais barracas, além de servirem de refúgio para a população, foram empregadas, também, para estabelecer centros de tratamento de cólera e hidratação.

Além destas ações, de acordo com Romão (2011), houve a distribuição de alimentos e remédios, oriundos do Governo brasileiro, que foi viabilizada com apoio da logística da tropa brasileira, bem como o apoio de segurança e de escolta para as seguintes atividades: cadastro de famílias; distribuição de alimentos; distribuição de barracas, *kits* humanitários, sacos de dormir, camas, sabão e produtos de desinfecção contra a cólera etc.

Destarte, conclui-se que as ações de CIMIC tiveram extrema relevância na condução das operações de apoio à logística humanitária, exemplificado no Haiti, por meio de experiências de antigos integrantes dos contingentes brasileiros, ao longo dos anos de missão de paz, que contribuíram sobremaneira para o suporte humanitário naquela nação.

As contribuições das operações de apoio à logística humanitária na MINUSTAH à projeção da Missão no ambiente internacional

Conforme Uziel (2010), com a criação das Nações Unidas, o Brasil, reforçou seu posicionamento em favor da implantação de um sistema de segurança coletivo, que não representasse o domínio dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. Vale destacar que o Brasil sempre esteve consciente de que seria preferível um mecanismo de segurança coletivo imperfeito a nenhum mecanismo. Uziel (2010) afirma também que as missões de paz poderiam significar uma oportunidade para fortalecer as Nações Unidas e

divulgar, com a atuação brasileira, as percepções nacionais sobre a realidade internacional.

Em linha com este pensamento, a PND, atualizada em 2012, conforme segue abaixo, ratifica a importância da projeção do Brasil nos processos decisórios dos organismos internacionais, em que se destaca o comando da MINUSTAH para a projeção de sua atuação junto à ONU.

Neste contexto, nota-se que as ações de CIMIC conduzidas pelas tropas brasileiras na MINUSTAH, em conjunto com outras agências governamentais e não governamentais, foram uma preciosa ferramenta para se fomentar a divulgação da participação eficiente e imparcial do Brasil, pois eram ações de cunho social em prol da população haitiana.

Os QIP eram feitos para promover e facilitar o esforço da ONU de apoio à paz no país. Estes contribuíram para a consolidação dos esforços em melhores condições de vida e/ou infraestruturas danificadas, corroborando para a divulgação da importância da missão para a reconstrução do Haiti. Pode-se destacar também o dia do combate à cólera, que foi essencial para o apoio ao combate à epidemia — o que reduziu significativamente os casos no país e repercutiu positivamente a atuação das tropas brasileiras —, e a assistência às crianças carentes haitianas, a qual foi uma atividade que privilegiava a vertente humanitária do trabalho de CIMIC do contingente militar (CORREA NETO, 2013, p.61).

Apesar de a resolução 1542, do Conselho de Segurança, ser baseada no capítulo VII, ou entre o VI e o VII, o que autorizava o emprego da Força, o contexto da assistência humanitária prevaleceu ao longo dos anos, fruto da situação estável na área de seguran-

ça e das condições econômicas e políticas do país, o que proporcionou ao Brasil melhores oportunidades de exercer enlaces de cooperação humanitária, tais como em segurança, na infraestrutura, na reorganização do Estado, e na garantia das liberdades democráticas.

Cabe destacar que militares que comandaram o componente militar da MINUSTAH, após a missão, foram designados para desempenhar funções de grande relevância na Organização das Nações Unidas, em especial nos processos decisórios, como o general Santos Cruz, que comandou a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), e o general Paul Cruz, que atualmente chefa o Escritório de Parcerias Estratégicas do Departamento de Operações de Paz da ONU, o que ressalta a projeção do sucesso da missão bem como do Brasil.

Kenkel e Cun (2016) afirmam que, na assistência de diferentes atores na consecução de seus próprios interesses através de instituições multilaterais, o Brasil aumenta sua própria capacidade para influenciar a política internacional, contribuindo para o fortalecimento progressivo das instituições internacionais, a redução das desigualdades globais e construção de consenso comum.

Desta feita, as contribuições do Brasil na MINUSTAH proporcionam experiências e ações muito bem-sucedidas, que têm refletido positivamente na participação do Brasil em missões de paz, junto à Organização das Nações Unidas.

Conclusão

A participação brasileira na MINUSTAH foi uma ferramenta da política exter-

na do país, no viés de *soft power*, para projetar o Brasil no cenário internacional, em consonância com os preceitos previstos na PND, atualização de 2012, alicerçados pelos objetivos nacionais de defesa.

Neste contexto, em especial a partir de 2010, após o terremoto, a missão da MINUSTAH alçou um patamar de apoio humanitário do mais alto nível, fruto da demanda por este apoio oriunda das consequências desastrosas no país.

A fim de atender às assistências humanitárias, das quais o povo haitiano estava sedento, a atuação eficiente e eficaz da logística humanitária foi de extrema relevância para o fornecimento de itens mínimos necessários aos sobreviventes, como comida, água e abrigos. Ademais, a reconstrução do país e a segurança foram ações CIMIC, que foram de grande valia para o restabelecimento da ordem naquele país.

Estas ações de CIMIC foram fundamentais como ferramenta de assistência humanitária, pois permitiram o enlace entre as atividades de natureza civil com aquelas que necessitam do apoio dos meios e do pessoal militar, o que recrudesceu a essência de uma operação de paz que atua em proveito do bem-estar de uma determinada população. Além disto, estas ações permitiram o desencadeamento oportuno e seguro do fluxo logístico humanitário para que a população carente pudesse ser atendida com maior rapidez e conforto, quer com instalações militares, quer com transportes militares, por exemplo.

Neste contexto humanitário, em especial no Haiti, as tropas brasileiras capacitaram-se para atuar em proveito de outrem, proveniente de meios materiais e pessoais para o apoio às ações dos organismos envolvidos na assistê-

cia humanitária à população haitiana, com tarefas tanto de natureza militar, quanto civil. A repercussão da atuação das tropas brasileiras e o comando sobre diversas nações de todos os continentes, ao longo dos anos, permitiu a projeção da MINUSTAH no cenário internacional, pela estabilização do país, bem como do Brasil como um país que tem plenas condições de chefiar militarmente uma missão de paz, sob a égide da ONU, corroborando com a assertiva a seguir.

O engajamento robusto com a MINUSTAH parece ter ajudado na demanda por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU — uma ambição de longa data. Além disso, as bem-sucedidas operações táticas realizadas pelo Brasil no Haiti também aumentaram a sua reputação internacional —, destacando o *status* do país como potência regional e como parceiro de confiança [...] (HAMANN, 2015, p. 14)

Para Artifon (2017), a participação do Brasil na MINUSTAH pode ser vista como um marco nas operações de paz, e a maior prova de seu sucesso é a aprovação do fim da MINUSTAH pela ONU, que foi substituída pela Missão da ONU para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH). No mesmo ano, do fim da missão, a ONU enviou ao Brasil uma equipe responsável pela avaliação de tropas para novas missões de paz. Isto pode indicar a possibilidade de o Brasil se envolver com outra missão delegada pela ONU após o fim da maior operação militar das Forças Armadas Brasileiras desde a Segunda Guerra Mundial.

Enfim, a atuação das tropas brasileiras na MINUSTAH, no apoio à logística humanitária, caracterizada principalmente pela eficiência das ações de CIMIC naquele país,

conduzida sob a égide da ONU, impulsionou o cumprimento dos objetivos da missão, previstos em seu mandato, potencializando as capacidades do Brasil na MINUSTAH junto à

comunidade internacional, o que incrementou a projeção das Forças Armadas brasileiras no cenário das complexas missões de paz da ONU ao redor do mundo. 

Referências

ARTIFON, A.L. **A Importância das Missões de Paz para a Estratégia de Inserção Internacional do Brasil.** Artigo publicado no Congresso Acadêmico da Academia Militar das Agulhas Negras. Resende, RJ. 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa.** Aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 e atualizada em 2013. Brasília, DF. 2012.

CAVALIERE, Marcelo. **O trato dos Assuntos Civis pelo contingente brasileiro da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti e seus reflexos no Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro, RJ. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2011.

CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL. **Nota de Instrução do Preparo do Contingente Brasileiro para a MINUSTAH.** Rio de Janeiro, RJ. 2011.

DA CRUZ, MAURICIO V. **A preparação do contingente para integrar Força Internacional de Paz: uma proposta de preparo do contingente do Exército Brasileiro, em missões de paz sob a égide da ONU, com enfoque na Coordenação Civil-Militar (CIMIC).** Tese (Doutorado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ. 2010.

DIAS, Alfredo José Ferreira. **A Participação das Forças Armadas no Haiti Pós-terremoto 2010.** Rio de Janeiro, RJ. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Escola Superior de Guerra. 2011.

HAMANN, E.P. (Org). **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016.** Instituto Igarapé. Edição Especial. 2015.

HEASLIP, G., **Challenges of Civil Military Cooperation/Coordination in Humanitarian Relief** (Chapter 9), in **Relief Supply Chain Management for Disasters: Humanitarian Aid and Emergency Logistics**, IGI Global, Hershey, US. 2011.

HEASLIP, G.; SHARIF, A. M.; ALTHONAYAN, A. **Employing a systems-based perspective to the identification of inter-relationships within humanitarian logistics.** Int. J. Production Economics n. 139, p. 377-392. 2012.

IDRIS, A.; SOH, S. N. C. **The Relative effects of logistics, coordination and human resource on humanitarian aid and disaster relief mission performance.** The South East Asian Journal of Management, v. 8, n. 2, p. 87-103. Out, 2014.

KENKEL K.M.; CUN P. **Brazil as a Rising Power: Intervention Norms and the Contestation of**

Global. Abingdon/New York: Routledge. 2016.

MARTINS JUNIOR, Isaias. A Cooperação e Coordenação Civil-militar (CIMIC) – um enfoque para os Assuntos Civis: O caso Haiti. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ. 2008.

NETTO, Bernardo Romão Corrêa. A Importância da Coordenação Civil-Militar (CIMIC) para o Emprego do Exército Brasileiro em Missões de Paz, com Base na Experiência Brasileira no Haiti. Rio de Janeiro, RJ. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. The Overview. Disponível em <www.un.org/en/sections/about-un/overview/index.html>. Acesso em: 14 de abril de 2017.

PAUL, B. & LEVEN, J. Quick Response Report #154. Emergency support satisfaction among 2001 Hoisington. Kansas, tornado victims, Natural Hazards Research and Application Information Center, University of Colorado, EUA. 2002.

PAUL, B.K.. Disaster relief efforts: an update, Progress in Development Studies. 6(3), p. 211-223. 2006

ROMÃO, C.H. A Coordenação Civil-Militar (CIMIC) na Força de Paz Brasileira da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH) como um dos instrumentos da Política Externa do Brasil para o Haiti, no período pós-terremoto. Rio de Janeiro, RJ. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Política e Alta Administração do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2011.

SANTOS, E.; VILLAR, C.; BURGARELLI, E.; Logística Humanitária: conceitos, relacionamentos e oportunidades. SIMPOI. 2012.

SILVA, E.P. A Cooperação Civil-Militar na 2ª Guerra do Golfo: Ensinamentos para o Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, RJ. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2011.

TOMASINI, R.; WASSENHOVE, L. N. Humanitarian Logistics. New York: Palgrave Macmillan. Cap. 1, 4, 5 e 6. 2009.

UNITED NATIONS – United Nations Stabilization Mission in Haiti. 2004. Disponível em:<<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/>> Acesso em: 05 Out. 2017.

UZIEL E. O Conselho de Segurança, as Operações de Manutenção da Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas. Brasília: FUNAG. 2010.

WASSENHOVE, L. N. V. Humanitarian aid logistics: supply chain management in high gear, *Journal of the Operational Research Society*. 57(5), p. 475- 489. 2015.

_____. Peace Operations Training Institute. **Civil-Military Coordination (CIMIC) Course.** 2008.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Estrutura de comunicações mínima de um posto de comando tático de uma brigada de infantaria mecanizada

Flávio Corsi*

Introdução

O Exército Brasileiro vem trabalhando nos últimos anos em macroprojetos que visam modernizar a Força Terrestre, de forma a renovar grande parte das organizações militares, aumentando seu poder de combate e sua mobilidade estratégica. Entre esses macroprojetos, encontra-se o Projeto Guarani, que está possibilitando a transformação das brigadas de infantaria motorizadas (Bda Inf Mtz) em brigadas de infantaria mecanizadas (Bda Inf Mec).

Essa nova infantaria mecanizada vem ao encontro dos tipos de operações militares praticadas nos dias atuais. Além das características essenciais que a tropa de infantaria já possui, ela deve ainda ser dotada de proteção blindada, apoio de fogo e ação de choque. Diante disso, surgiram alguns questionamentos de como se realizaria o comando e controle (C2) de uma tropa de infantaria mecanizada que irá deslocar-se com rapidez, que terá um raio de ação considerável e que irá possuir grande fluidez.

É importante lembrar que a doutrina de infantaria mecanizada ainda é embrionária no Brasil e está passando por constantes mudanças e aperfeiçoamentos. Dessa forma, não se pretende chegar a uma solução final, e sim apenas contribuir para o desenvolvimento de uma doutrina de C2 em uma tropa de infantaria mecanizada.

Desenvolvimento

Histórico da brigada de infantaria mecanizada no Brasil

A primeira Bda Inf Mec no Brasil foi criada em 2013, quando a então 15^a Bda Inf Mtz foi transformada em 15^a Bda Inf Mec. Desde 2012, experimentações doutrinárias estão sendo realizadas, com o objetivo de responder aos **elementos essenciais de informações doutrinárias (EEID), definidos pelo Estado-Maior do Exército**.

Devido à criação da nova Bda Inf Mec no Exército Brasileiro, surgiu uma demanda de doutrina de emprego dessa nova tropa. Diante dos diversos aspectos a serem observados, concentra-se o presente estudo

* Cap Com (AMAN/05, EsAO/14). É graduado em Tecnologia em Informática (Centro Universitário da Cidade/00) e possui o Curso Expedito de Guerra Eletrônica (CAAML-MB/17). Atualmente, é instrutor do Curso de Comunicações da EsAO.

nos aspectos da função de combate comando e controle (F Cmb C2). É de suma importância que o comandante (Cmt) tenha, em tempo real, informações de sua fração, tais como: localização, situação dos carros, quantidade de munições, baixas de pessoal, informações do inimigo, dentre outras.

É sabido que ter a informação com tempestividade proporciona ao comandante de uma fração tomar decisões mais acertadas e oportunas. Nesse caso, o Cmt Bda Inf Mec necessita possuir, em tempo real, as informações de seus elementos subordinados, que estarão operando em uma grande faixa do terreno, a uma distância considerável.

As Forças Armadas da Era do Conhecimento devem possuir efetiva capacidade de obter a superioridade de informações nas operações e, consequentemente, a consciência situacional, o que permitirá aos comandantes decidir adequadamente e oportunamente e atuar com a necessária rapidez. (BRASIL, 2012, p. 10)

Após a transformação da infantaria motorizada em mecanizada, essa nova infantaria incorporou algumas características que até então não possuía, como a grande mobilidade estratégica. Isso fez crescer a importância de se comunicar em movimento e em locais não favoráveis às comunicações.

Ter mobilidade, ação de choque e fluidez sem um sistema de comunicações amplo e flexível, que seja capaz de realizar rapidamente ligação

com os escalões superiores e subordinados, poderá ocasionar ações que não alcançarão o resultado esperado.

Posto de comando tático (PCT)

A forma mais adequada que um Cmt tem de exercer C2, em movimento, é utilizando um posto de comando tático (PCT). Ele tem como característica principal proporcionar ao comandante cerrar na ação de sua tropa, proporcionando rapidez e agilidade nas suas decisões. Além disso, deve ter a mesma capacidade de locomoção da sua tropa enquadrada. Dessa forma, não há um local específico em que o PCT deva ficar. No manual C 2-30 (2000), encontramos a seguinte definição:

A seleção do local do PCT deve atender primordialmente às necessidades táticas e técnicas que justificam o seu desdobramento. Portanto, não obedece a pré-requisitos. Para manter a segurança e continuidade



Figura 1 – VBTP-MR Guarani

Fonte: Arais (2014)

do comando e controle, o PCT/Bda pode localizar-se em qualquer parte da Z Aç, inclusive justapor-se a um PC de elemento subordinado. (BRASIL, 2000, p 2-5)

Para que se tenha um Cmt capaz de observar o que está acontecendo no espaço de batalha; orientar-se, condensando e processando as informações recebidas; decidir baseado na consciência situacional e nas linhas de ação que já possui; e agir emitindo ordens ao escalão subordinado, não se pode deixar de citar um conceito muito importante, que é o da guerra centrada em redes (GCR).

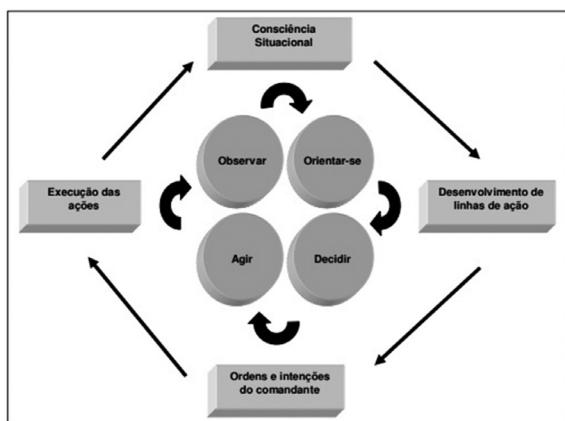


Figura 2 – Ciclo OODA

Fonte: BRASIL (2006, p. 28)

A importância da guerra centrada em redes

O MD31-D-03 (BRASIL, 2006) define GCR como

estabelecimento de um ambiente de compartilhamento da consciência situacional, de modo a contribuir para a obtenção da superioridade de informação e da iniciativa, mesmo que os elementos da força estejam dispersos geograficamente.

A guerra centrada em redes ajuda a diminuir o ciclo do comando e controle e melhora a qualidade e quantidade de informações que são compartilhadas. Isso é possível devido à tecnologia existente, que permite uma grande quantidade de troca de informações a velocidades inimagináveis em tempos passados. É importante ressaltar que a GCR não deseja substituir a força militar como ator principal em combate. O MD31-D-03 ensina que:

O efeito desejado é o incremento indireto do poder de combate, aumentando a letalidade dos ataques, a rapidez nas decisões, a precisão das armas e a identificação de alvos e, também, a diminuição dos danos causados às próprias forças. (BRASIL, 2006, P.47)

Ao saber então que a infantaria mecanizada necessita de maior agilidade no processamento das informações, inclusive em movimento, é que hoje o Exército Brasileiro desenvolve tecnologias para tais realizações. Verificou-se a importância de estudar exércitos que empregam esse conceito de forma eficiente e eficaz. Um excelente exemplo é o Exército dos Estados Unidos.

Projeto Comando em Combate da Brigada e Escalões Inferiores da Força XXI (FBCB2)

Com a introdução da Tecnologia da Informação no Espaço de Batalha, o Exército Americano procurou desenvolver um projeto que o colocasse em vantagem tecnológica em relação aos demais exércitos do mundo. A partir da década de 1990, começou a desenvolver um projeto intitulado *Force XXI Battle Command, Brigade and Below (FBCB2)*, que significa *Comando em Combate da Brigada e Escalões Inferiores da Força XXI*.

lões Inferiores da Força XXI. Esse projeto visava substituir os mapas em papel e as comunicações por voz por recursos digitais.

O FBCB2 é um sistema que integra o *Battle Command on the Move – BCOTM*, que significa *Comando de Batalha em Movimento*. O BCOTM fornece a capacidade ao Cmt, dentro de seu PCT, de possuir todas as informações de que necessita para observar, orientar-se, decidir e agir.

O Cmt, de dentro do veículo, tem acesso ao sistema de comunicações digital FBCB2, que permite a comunicação entre os carros por meio de mensagens de texto e mapa digital. O Cmt consegue visualizar a localização de todos os veículos no espaço de batalha, tendo a possibilidade de marcar a posição das forças inimigas, o que pode ser visto por outros comandantes.



Figura 3 – Computador FBCB2 e display montados em um Humvee

Fonte: wikipedia.org¹

O veículo do Cmt integra uma série de capacidades do sistema C4ISR (comando, controle, comunicações, computadores,

inteligência, vigilância e reconhecimento), incluindo redes de dados e voz e comunicação satelital. É composto por sistema *single channel ground and airborne radio system (SINC-GARS)*, rádio terra-avião que opera em rede e fornece um circuito *half-duplex*.



Figura 4 – Sessão de operações FBCB2

Fonte: wikipedia.org²

Há ainda diversos *software* embutidos no sistema, por exemplo: identificador de tropa amiga, sistema de controle de manobra, sistema de análise de todas as fontes, sistema avançado de dados, sistema de defesa de mísseis e sistema de suporte logístico.



Figura 5 – Carro de comando da Brigada Stryker norte-americana

Fonte: EUA (2013)

Segundo Eshel (2005), a 2^a Guerra do Golfo (2003-2011) foi a primeira grande operação em que os Estados Unidos aplicaram a

doutrina de GCR. A seguir, serão elencadas de forma resumida as principais lições aprendidas, no tocante a C4ISR, no período inicial dessa guerra:

- Em todos os níveis, existiam problemas na integração dos equipamentos de comunicações, ocasionando a falta de comunicações entre tropas amigas.
- Durante as operações mais críticas, foram identificados estreitamentos na largura de banda, o que gerou uma limitação na taxa de transmissão de dados.
- A GCR estava mais focada nos escalões superiores, deixando os escalões subordinados desamparados. Isso ocasionou uma percepção errada da consciência situacional por parte dos escalões superiores.
- Sobrecarga de informações e de meios de C4ISR dos comandantes em todos os níveis, prejudicando o ciclo de comando e controle.
- As comunicações táticas existentes não conseguiam acompanhar a velocidade prevista de avanço e dispersão das forças combatentes.
- Foi desenvolvida uma solução de satélite comercial, que poderia ser instalada nos carros de comando, dando a possibilidade de se realizar, em movimento, uma comunicação com banda suficiente para os trabalhos de C2.

Ainda Eshel (2005) cita dois exemplos que corroboram com as citações acima. No primeiro exemplo, é narrado um fraticídio ocorrido no norte do Iraque, onde aviões americanos bombardearam um comboio cur-

do liderado por forças especiais americanas. Esse incidente ocorreu devido à falta de compatibilidade entre os equipamentos, fazendo o sistema das aeronaves americanas identificar o comboio curdo como inimigo.

O segundo exemplo relata as dificuldades encontradas por um oficial embarcado em seu PCT, durante uma operação real. Em determinado momento, esse oficial se viu obrigado a operar diversos meios de comunicações (por exemplo, o combinado de cabeça para falar com pessoal embarcado); operar duas redes rádio em equipamentos distintos e ainda acompanhar dois monitores, um com tropas amigas e outro com tropas inimigas. O Cmt que não estava adestrado adequadamente e mais todo esse aparato tecnológico, que não estava totalmente integrado, acabou sobrecarregando e prejudicando de forma substancial o ciclo de C2.

Analizando as falhas elencadas pelo Exército Americano, durante a 2^a Guerra do Golfo, é possível inferir algumas observações, que serão de suma importância para chegarmos a uma conclusão parcial sobre quais meios de comunicações são necessários em um PCT/Bda Inf Mec.

O equipamento de comunicações precisa ser confiável. Não ter a confiança de que o equipamento funcionará de forma integral faz com que todo o sistema fique desacreditado, aumentando o tempo da tomada de decisões. Para que essas falhas sejam mitigadas, é necessária a realização de testes e experimentações que exijam o máximo do sistema, fazendo com que as doutrinas de emprego e os meios de comunicações empregados sejam ratificados ou retificados.

Diversos fatores podem ter contribuído para uma largura de banda inadequada em momentos críticos; entre eles:

- Operação inadequada do sistema de comunicações. Sabemos que, em momentos críticos, há uma tendência a se utilizarem de forma exacerbada os meios de comunicações, o que pode acarretar uma sobrecarga no sistema. Para que isso seja minimizado, é necessário ter instruções detalhadas, documentadas e amplamente difundidas sobre a utilização de todos os meios de comunicações.
- Meios de comunicações danificados.
- Distância entre os emissores.
- Terreno.
- Condições meteorológicas.
- Baixa qualidade dos equipamentos.

Viaturas blindadas de transporte de pessoal – médias sobre roda (VBTP-MSR) Guarani

Após se entender o que é um PCT e entender como ele é operado no Exército Americano, Flach (2016) apresenta os meios da VBTP-MSR Guarani como o estado da arte da guerra para o C2, das pequenas frações Inf Mec:

As VBTPMR estão dotadas de um sistema de comando, controle e comunicações, com capacidade de transmissão de dados inte-

grados a um sistema de Gerenciamento do Campo de Batalha (GCB). Estes equipamentos fornecem informações sobre o movimento, em tempo real, do posicionamento das frações, localização de tropas amigas, inimigas, transmissão de ordens, calcos e mensagem pré-formatadas. Isso garante a decisão adequada e oportuna em qualquer situação de emprego, permitindo que os comandantes possam se antecipar aos oponentes e decidir pelo emprego de meios na medida certa, no momento e local decisivos, proporcionalmente à ameaça e evitando o fratricídio. (FLACH, 2016, p. 26 apud BRASIL, 2015, p. 3)

Na **Tabela 1**, é possível ver de forma resumida os meios de comunicações que estão disponíveis na VBTP-MSR Guarani.

Analizando a dotação de meios de C2 da VBTP-MSR Guarani, é possível ver que o Exército Brasileiro está em consonância com que está sendo realizado em outros exércitos.

De acordo com que foi preconizado como dotação de meios de comunicações para VBTP-MR Guarani e ainda visualizando quais são os meios de comunicações que estão embarcados, pode-se perceber que o Exército Brasileiro está buscando colocar em prática a doutrina de GCR, aumentando de forma substancial o seu poder relativo de combate. Ainda Flach (2016) afirma que, desde 2013, estão sendo realizadas experimentações doutrinárias, as quais estão produzindo uma doutrina brasileira de emprego.

Capacidade (homens)	Rádios	Intercom	Computador	Software para campo de batalha	Exércitos que utilizam	Outras informações
Até 11	2 VHF Harris Falcon III 7800V-V560	SOTAS IP Thales	CTM EB	Gerenciador do Campo de Batalha (GCB)	Brasil e Líbano	Navegação Inercial - Elbit North Find System (NFS)

Tabela 1 – Informações da VBTP-MR Guarani

Fonte: Flach (2016, p.70)



Figura 6 – À esquerda, o Rádio Harris Falcon III RF-7800V-V560, previsto para as VBTP-MR Guarani; à direita, imagem da tela do GCB
Fonte: Flach (2016)

Possibilidades futuras

Enlace satelital

É notável ainda a ausência de meio satelital nas VBTP-MR Guarani. Há situações em que o emprego do enlace satelital será de fundamental importância para o êxito do combate. O equipamento THRANE & THRANE BGAN EXPLORER 727, segundo a sua fabricante (GLOBALSA-

TELLITE, 2017), permite enlace satélite em movimento, podendo ser feita transmissão de vídeo, imagens, arquivos e voz em tempo real. Porém o satélite, ao qual esse equipamento faz o seu enlace está sob domínio estrangeiro.

No ano passado, foi lançado pelo Governo brasileiro o primeiro satélite geostacionário de defesa e comunicações estratégicas, o qual tem a Banda X (SHF – 8 a 12 GHz) reservada para o emprego militar. Em um futuro próximo, esse satélite apoiará as operações militares brasileiras, tendo a sua coordenação de emprego executada pelo Ministério da Defesa, possibilitando autonomia satelital ao Exército Brasileiro na condução de suas operações.



Figura 7 – Equipamento THRANE & THRANE BGAN EXPLORER 727
Fonte: Globalsatellite.us (2017)

Enlaces em high frequency (HF)

De acordo com a doutrina de C2 vigente, o PCT para um Cmt de Bda deve ter acesso a duas redes rádio: rede externa do Cmt do grande comando operativo enquadrante e rede interna, com os seus elementos subordinados. Além dessas duas redes mobiliadas, haveria

necessidade de mais uma rede, a qual interligaria os equipamentos de GCB.

Ainda devemos ter a possibilidade de acessar o sistema de comunicações de área (SCA) da brigada, o qual se interliga ao sistema de comunicações de área do escalão superior. Nesse caso, seria possível acessar o SCA por meio dos rádios VHF já existentes, ou já ter embarcado rádios HF, nos casos em que fossem exigidos enlaces mais distantes. O equipamento a ser utilizado poderia ser o Falcon II, também da empresa Harris. Hoje só há dois rádios Falcon II previstos, o que demandaria novos projetos para a inserção do rádio Falcon II.

Acesso ao sistema radio digital troncalizado (SRDT)

Além dos meios de comunicações já citados, há ainda o sistema radio digital troncalizado (SRDT) da empresa Motorola. Esse sistema é o principal meio de comunicações empregado nas operações de garantia da lei e da ordem (GLO). Nos últimos anos, o emprego da VBTP-MR Guarani nas operações desse tipo foi constante. Mas, da mesma forma que o Falcon II, seriam ne-



Figura 9 – Equipamento Motorola APX 5500

Fonte: Motorola Solutions (2017)

cessários novos estudos e projetos para tornar viável a instalação desse equipamento.

Equipamentos acessórios

Finalmente, além de todos os equipamentos citados, um PCT/Bda Inf Mec deve possuir os seguintes meios:



Figura 8 – Equipamento Falcon II

Fonte: Arais (2014)

- Barracas de apoio – devem ser de fácil montagem e desmontagem, pois elas proporcionarão maior conforto para o Cmt e estado-maior trabalharem, enquanto estiverem parados.
- Gerador – para que todo o sistema de comunicações e informática funcione independente do funcionamento do carro; esse gerador deve ter a capacidade dimensionada para permitir o funcionamento de todos os equipamentos elétricos de forma eficiente.
- Sistema de iluminação – deve se ter um sistema de iluminação no interior das barracas.

- Redes de camuflagem – caso não haja uma camuflagem natural, a rede de camuflagem deve ser utilizada.
- Tomadas de energia – devem-se ter tomadas de energia 12/24 volts e 110/220 volts para ligar os variados equipamentos elétricos.
- Roteador *wireless* – para se ligarem as estações de trabalho em rede.
- Mesas e cadeiras desmontáveis – serão utilizadas para mobiliar as barracas de apoio.
- Mastros telescópicos de antena – serão utilizados somente quando o veículo estiver parado, possibilitando melhor posição de antena.
- Viatura de apoio – essa viatura vai permitir levar pessoal e material de apoio.

Conclusão

A capacidade de obter a superioridade de informações é um aspecto buscado por di-

versos exércitos do mundo na era do conhecimento. Ter a superioridade das informações significa possuir a consciência situacional de forma ágil, resultando em tomada de decisão mais rápida.

Este trabalho visou responder às perguntas feitas no início deste estudo e alcançar os objetivos elencados anteriormente. Assim, concluiu-se quanto à importância dos meios de comunicações que devem mobiliar um PCT/Bda Inf Mec. Procurou-se buscar uma comparação com o Exército norte-americano, um dos principais exércitos do mundo, como parâmetro de emprego em combates atuais.

Foi possível entender alguns aspectos das batalhas modernas, que explicitam muito bem a importância de se ter um PCT mobiliado com modernos meios de comunicações. Por exemplo, compreender a importância da superioridade das informações em uma batalha, entender que essa superioridade pode ser alcançada com uma

GCR e, ainda, verificar que o PCT bem mobiliado com materiais modernos ajudará a obter essa superioridade de informações.

Além da importância de todo o aparato tecnológico que se deve ter embarcado, o presente artigo explicitou a importância de se conhecer a estrutura de C2 de uma grande unidade. Saber quais informações devem ser vistas pelo Cmt da brigada é de fundamental importância. Se houver um excesso de infor-



Figura 10 – Exemplo britânico de veículo de comando
Fonte: www.armyrecognition.com, acesso em 06 Dez 13

mações, é possível que ocorra um atraso no processo de tomada de decisão, e a vantagem de se ter a superioridade nas informações será perdida. Além disso, ter um Cmt adestrado com os meios atuais de C2 é fator primordial para o sucesso da missão.

Por fim, os dados coletados ajudam a elucidar e orientar o que deve ser feito para que o PCT da nova Bda Inf Mec esteja em consonância com as características das guerras atuais, possibilitando ao seu Cmt exercer o C2 sobre sua tropa de forma eficiente. **REB**

Referências

- BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Abreviaturas, Símbolos e Convenções Cartográficas**. Manual de Campanha C 21-30. 4^a ed. EGGCF. Brasília, DF. 2002.
- _____. **Glossário de Termos e Expressões para Uso no Exército**. Manual de Campanha C 20-1. 4^a ed. EGGCF. Brasília, DF. 2003.
- _____. **Emprego do Rádio em Campanha**. Manual de Campanha C 24-18. 4^a ed. EGGCF. Brasília, DF, 1997.
- _____. **As Comunicações na Brigada**. Manual de Campanha C 11-30. 4^a ed. EGGCF. Brasília, DF. 1998.
- _____. **Emprego das Comunicações**. Manual de Campanha C 11-1. 4^a ed. EGGCF. Brasília, DF. 1997.
- _____. **Brigada de Cavalaria Mecanizada**. Manual de Campanha C 2-30. 2^a ed. EGGCF. Brasília, DF. 2000.
- _____. **Operações**. Manual de Campanha EB 70.MC.10.223. 5^a ed. EGGCF. Brasília, DF. 2017.
- _____. **Comando e Controle**. Manual de Campanha EB 20.MC.10.205. 1^a ed. EGGCF. Brasília, DF. 2015.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Diretoria de Educação Superior Militar. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. **Manual de Metodologia da pesquisa Científica**. Rio de Janeiro, 2007.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Gabinete do Comandante do Exército. Centro de Comunicação Social do Exercito. **Revista Verde Oliva**. Edição Especial. Brasilia, DF. 2012.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas**. MD 33-M-02. 3^a ed. Brasília, DF. 2008.
- _____. **Doutrina Militar de Comando e Controle**. MD 31-D-03. 1^a ed. Brasília, DF. 2006.
- FLACH, A.D. **Possibilidades e Limitações do Sistema de Comando e Controle das Viaturas Blindadas para Transporte de Pessoal – Média de Rodas (VBTP-MR) Guarani no Contexto de**

uma Companhia de Fuzileiros Mecanizada, Orgânica de um Batalhão de Infantaria Mecanizado, em Operações. 2016. 210f. Dissertação de mestrado profissional da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, RJ. 2016.

GOLBALSATELLITE. US. **Equipamento Thrane & Thrane Bgan Explorer 727.** Disponível em <http://www.globalsatellite.us/products/thrane-thrane-bgan-explorer-727>. Acesso em 6 Mar 2017.

JANSEN, A.E. **Proposta de uma Infantaria Mecanizada para o Exercito Brasileiro.** 2001. 39f. Monografia MO 3451. ECEME. Rio de Janeiro, RJ. 2001.

ESHEL, T. Operation Iraqi Freedom C4ISR Lessons Learned. 2^a Guerra do Golfo (2003-2011). Disponível em www.defense-update.com. Acesso em 5 Jan 2005.

EUA. *US Army. Brigada Stryker.* Disponível em: <www.sbct.army.mil>. Acesso em 6 Dez 2013.

MOTOROLA SOLUTIONS. **Equipamento Motorola APX 5500.** Disponível em <www.motorolasolutions.com/en_us/products/vertex-standard/vx-5500.html>. Acesso em 29 Ago 2017.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ wikipedia.org/wiki/Force_XXI_Battle_Command_Brigade_and_Below (acesso em 27 fev. 2018).

² wikipedia.org/wiki/Force_XXI_Battle_Command_Brigade_and_Below (acesso em 27 fev. 2018).

A compreensão da comunicação não verbal e o conhecimento dos subordinados

Luiz Eduardo Maciel Lopes*

Introdução

O manual de Liderança Militar do Exército Brasileiro, C 20-10 (BRASIL, 2011) elenca como uma das competências cognitivas do líder militar o conhecimento dos subordinados. O caminho apontado para isso é o acompanhamento e a observação constantes dos mesmos, que garantem ao líder o conhecimento mais profundo das capacidades e das limitações de cada um. Ao mesmo tempo, conhecer profundamente seus subordinados permite ao líder não apenas escolher o militar mais qualificado para uma determinada missão, mas também atender, de uma forma mais efetiva, às suas necessidades e proporcionar-lhes bem-estar (BRASIL, 2011, p.5-3).

Todos os comandantes (Cmt) intermediários que lidam com tropa de alguma natureza em seu dia a dia, são os responsáveis por dissipar descontentamentos, se os mesmos forem sentidos ou manifestados (KEEGAN, 1999). Simplesmente dar a oportunidade de apresentar uma queixa contribui bastante para eliminá-la; pois que nenhum homem sensato alimentará uma queixa depois

que tiver sido colocado em face de sua causa (ROSKILL, 1989).

A presença de descontentamentos ou opiniões em estado latente pode gerar situações como a explícita abaixo, extraída da investigação norte-americana do desastre de Pearl Harbour, ocorrido em dezembro de 1941:

A atitude distante e superior dos Oficiais é fatal... a constante omissão dos oficiais do Exército e da Marinha, como foi revelado pela investigação, em solicitar instruções mais desenvolvidas e claras dos seus superiores é fortemente sugestiva apenas de uma coisa: de que a Marinha e o Exército falharam em incutir em seu pessoal a sadia disposição para aconselhar-se livremente com seus superiores para o bem e êxito comuns de superiores e subordinados. (ROSKILL, 1989)

Por outro lado, as pessoas dependem mais de sinais não verbais para as indicações de sentimentos e de sinais verbais para a informação quanto às intenções e crenças de outros seres humanos (FRIEDMAN, 1979). Entender a comunicação não verbal, então, pode ser visto como uma das habilidades sociais que contribuem para a competência social de uma pes-

* Maj Cav (AMAN/02, EsAO/10), pós-graduado *stricto sensu* pela EsAO, com o presente tema de dissertação de mestrado profissional. Atualmente, é aluno da ECEME.

soa, ampliando a capacidade de compreender sentimentos e emoções.

Dessa forma, visualiza-se a possibilidade de a compreensão da comunicação não verbal ser uma ferramenta para ampliar as possibilidades de atuação do líder militar, facilitando a detecção de possíveis descontentamentos latentes. Formulou-se, assim, o seguinte problema:

Em que medida, a habilidade de compreender a comunicação não verbal nas relações interpessoais contribui para o conhecimento a ser obtido sobre os militares diretamente subordinados a um comandante ou chefe?

Desenvolvimento

Comunicação não verbal

As emoções são inatas, um produto da evolução humana para permitir um mecanismo de reação imediato às situações que se apresentam durante a existência, sem o lapso temporal que o raciocínio lógico demandaria (EKMAN, 2007). As emoções são comunicadas por meio da linguagem verbal e, principalmente, pela linguagem não verbal (PORTELA, 2008). Os elementos não verbais da comunicação social são responsáveis por aproximadamente 65% do total das mensagens enviadas e recebidas (TRINTA, 1990).

Toda comunicação humana emprega quatro métodos gerais, denominados “canais” (WALTERS, 2005). Estes canais são: teor da fala, movimentos do corpo (gestos e posturas), face (expressão facial e olhar) e paralinguagem (PORTELA, 2008). O teor da fala é eminentemente verbal e consiste naquilo que é expresso em palavras, ou seja, na linguagem verbal, propriamente dita. A comunicação não verbal, portanto, está relacionada aos outros três canais. A percepção da atitude de uma pessoa seria influenciada em

7% pelo conteúdo verbal, 38% pelo tom da voz e 55% pelo rosto (ARGYLE, 1975).

A paralinguagem pode ser definida como toda a atividade comunicativa não verbal que acompanha o comportamento verbal, propriamente dito, em uma conversa (PORTELA, 2008). As variações inconscientes de timbre da voz podem comunicar mensagens do tipo voz aguda ou grave — a variação do tom para cima pode indicar nervosismo e para baixo, cansaço ou depressão. Uma queda no tom da voz pode sugerir que a pessoa sente ou precisa demonstrar algum tipo de afastamento em relação ao assunto (WALTERS, 2005).

O aumento do volume do discurso implica que o comunicador pretende impor seu ponto de vista (WALTERS, 2005). Falar alto demais mostra raiva, podendo despertar essa emoção no interlocutor (PORTELA, 2008). A voz muito baixa pode indicar submissão e tristeza (PORTELA, 2008) ou retração (WALTERS, 2005).

A velocidade da fala é o número de palavras ditas dentro de um certo tempo (WALTERS, 2005). A velocidade normal da fala é de 125 a 190 palavras por minuto, e a compreensão do ouvinte começa a diminuir quando a velocidade da fala se encontra entre 275 a 300 palavras por minuto (PORTELA, 2008). Uma fala percebida com velocidade menor que a normal pode indicar que o falante está medindo as palavras, cansaço, confusão, ou depressão (WALTERS, 2005). Uma velocidade acima da normal caracteriza a fala rápida, que pode significar nervosismo, insegurança ou felicidade extrema, surpresa (LIEBERMAN, 1999).

A fala espontânea é muito fragmentada e descontínua. Mesmo quando a fala está no ponto máximo de fluência, dois terços da língua falada saem em trechos de seis palavras (GOLDMAN, EISLER, 1968 apud HALL,

1999). Assim, a ocorrência de pausas é comum em qualquer conversação.

Há dois principais tipos de pausas: a pausa não preenchida (silêncio) e a pausa preenchida. Uma pausa preenchida simplesmente recebe algum tipo de fonação, como um “um”, um “uh” ou um “ah”. Pausas preenchidas estão associadas à excitação emocional e podem funcionar como uma forma de evitar que a vez do orador seja tomada por outra pessoa (HALL, 1999).

A ocorrência de um grande número de pausas não preenchidas acontece por duas razões: o raciocínio está sendo construído durante o discurso (PORTELA, 2008) ou está ocorrendo um comportamento disruptivo (HALL, 1999). Nesse caso, a pausa indica uma interrupção corrente de um estado emocional que se pode ter desenvolvido a partir de um *feedback* negativo ou de pressões do tempo (HALL, 1999).

A falta de clareza e os erros no discurso podem estar relacionados ao fato de que a pessoa tem uma linha de pensamento confusa. Como exemplos, podem ser citados: omissão de palavras, palavras abreviadas ou engolidas, frases incompletas, correção de frases, fala interrompida, ideias indiretas, os gaguejos e os erros de pronúncia (WALTERS, 2005). Já a repetição é um erro no discurso que está relacionado à aquisição de tempo para a formulação do pensamento (LIEBERMAN, 1999).

A correção de frases corresponde a dizer algo, depois voltar atrás e escolher uma outra palavra para substituir a palavra que se pretende esclarecer, é também chamada de tirada. Semelhante a isso é o ato falho freudiano, sendo que, neste, a palavra pensada é dita livremente, sem que o comunicador se dê conta. Ambas as ocorrências denotam uma manifestação do inconsciente no discurso verbal (LIEBERMAN, 1999).

Os movimentos do corpo estão relacionados ao canal linguagem corporal, que é um rudimento de linguagem, desenvolvidos para permitir a sobrevivência gregária (TOMPAKOW, 1986). Abarca as posturas, as mudanças de uma postura para a outra, os gestos e a respiração (PORTELA, 2008). A linguagem corporal representa reações semiconscientes ou inconscientes às atitudes desenvolvidas e percebidas conscientemente (HALL, 1999).

As posturas e mudanças de postura determinam o nível de atenção ou envolvimento durante uma interação, o grau de *status* em uma relação ou empatia. São indicadores chave de estados emocionais (PORTELA, 2008). Estão relacionadas ao posicionamento dos ombros (WALTERS, 2005) e à inclinação do corpo (TOMPAKOW, 1986). Quando os ombros dos interlocutores estão paralelos, há boa troca de informações. Quando os ombros saem desta posição e voltam-se para fora do eixo da interação, o interlocutor não está mental ou emocionalmente envolvido (WALTERS, 2005).

Para a compreensão das posturas, pode-se dividir o corpo em três partes principais: a cabeça, o tórax e o abdômen e órgãos sexuais (TOMPAKOW, 1986). A cabeça está diretamente ligada às vontades conscientes, mas não expressa, necessariamente, a mesma coisa que o discurso oral. A cabeça vai mover-se, sem que o indivíduo perceba, produzindo uma inclinação para frente ou para trás, atendendo à vontade percebida conscientemente (TOMPAKOW, 1986).

O tórax designa a valorização do eu no momento da interação social. A apresentação de uma postura constante de exposição ou retração do tórax permite concluir sobre a opinião que o indivíduo tem de si mesmo. O abdômen

está relacionado às funções vegetativas e de perpetuação da espécie (TOMPAKOW, 1986).

Os gestos são movimentos articulados conscientes, semiconscientes ou inconscientes do corpo, tanto para quem os apresenta, quanto para quem os capta (PORTELA, 2008). A região de apresentação é a parte do espaço em redor de um indivíduo na qual os gestos são realizados. A região de apresentação normal dos gestos realizados com os braços e com as mãos é entre o pescoço e o quadril (PORTELA, 2008).

Os dois principais tipos de gestos são os independentes da fala e os relacionados com ela (HALL, 1999). Há, também, gestos demonstradores e manipuladores. Os emblemas são gestos independentes da fala e servem para substituí-la (EKMAN, 2007), por isso, variam culturalmente. Os mecanismos que proporcionam a apresentação inconsciente de emblemas são os mesmos que geram o ato falho e a tirada (PORTELA, 2008).

Os gestos diretamente ligados à fala são chamados de ilustradores. Seus significados e funções são revelados quando se examina a forma como se relacionam com a fala (HALL, 1999).

Os demonstradores apontam a reação emocional ao que está ocorrendo. Envolvem movimentos do corpo, expressões faciais e outros comportamentos que transmitem informações sobre o estado emocional e o estado de humor de uma pessoa. Auxiliam fortemente na composição das posturas (PORTELA, 2008).

Os gestos manipuladores ou adaptadores representam respostas para ansiedade, estresse ou tédio (WALTERS, 2005). São também caracterizados como autotoques. O autotoque pode ser um substituto para o conforto que, de outro modo, seria propiciado por outras pessoas

(HALL, 1999). Os manipuladores ou adaptadores dividem-se em autoadaptadores e de autoproteção (PORTELA, 2008).

São autoadaptadores o contato das mãos com olhos, nariz, boca e ouvidos. Tais toques são chamados de comportamento de negação, por meio do qual o falante, inconscientemente, contradiz a função do órgão tocado: toque nos olhos, não quis ver; toque no nariz ou boca, não quis dizer o que disse; toque nos ouvidos, não quis escutar o que ouviu (WALTERS, 2005). Como exemplo de gesto de autoproteção, existe a barreira formada pelos dois braços cruzados no peito o que caracteriza uma tentativa inconsciente de bloquear tudo que percebemos como circunstâncias indesejáveis (PEASE, 1995).

A face é o principal sistema de sinais para mostrar emoções (PORTELA, 2008). Nesse sentido, as expressões faciais de emoção são universais e desenvolveram-se como forma de comunicar aos integrantes de um determinado grupo humano de relacionamento direto as emoções pelas quais passava um indivíduo (EKMAN, 2007). A universalidade das expressões faciais fica demonstrada em um fato simples: um cego de nascença apresenta as mesmas expressões faciais de emoção que uma pessoa sem deficiência visual (EKMAN, 2007), o que indica a ausência de um aprendizado por observação e repetição.

As expressões faciais são contraturas inconscientes de músculos faciais que ocorrem quando uma determinada emoção começa a ser processada no cérebro e se estende pelo organismo (EKMAN, 2007). Não são expressões faciais os cacoetes de qualquer natureza, embora um aumento de sua frequência possa indicar a tensão sofrida por um indivíduo.

Certas emoções são identificadas em diferentes culturas no mundo: raiva, tristeza, alegria, medo, nojo, surpresa e desprezo,

para as quais há sete expressões faciais básicas (EKMAN, 2007), conforme é possível observar nas **Figuras de 1 a 7**.



Figura 1 – Raiva



Figura 2 – Tristeza



Figura 3 – Alegria



Figura 4 – Medo



Figura 5 – Nojo



Figura 6 – Surpresa



Figura 7 – Desprezo

N. da R. referente a todas as figuras desta página: as setas são uma adaptação de F.A.C.E. *training system* pelo autor. Fonte: EKMAN, 2007.

As sociedades humanas estabelecem comportamentos que são culturalmente aceitos, segundo os quais as pessoas devem proceder, sob pena de sofrerem algum tipo de coerção. Tais comportamentos são chamados de regras de demonstração (PORTELA, 2008).

As regras de demonstração indicam qual a emoção ideal a ser demonstrada em cada momento da interação social, ou seja, se o indivíduo estivesse sozinho, não assumiria determinada expressão facial, mas a expressão que retratasse fielmente o que está sentindo (PORTELA, 2008).

O embate entre o aceitável socialmente e o que realmente é sentido conscientemente ou desejado inconscientemente gera um microsinal na face, que se caracteriza pela contração de alguns músculos relativos à expressão geral da emoção verdadeira e pode ser chamado de . A microexpressão facial dura até 1/25 do segundo (EKMAN, 2007).

A face, além de expressar as emoções por meio dos músculos que a compõem, também possui órgãos altamente expressivos, os olhos. A intensidade do olhar e a forma como esse olhar ocorre também indicam o estado emocional dos envolvidos no ato da comunicação (PORTELA, 2008).

As pálpebras contribuem para a expressividade dos olhos e da face. A velocidade normal do piscar dos olhos é de uma vez a cada cinco ou seis segundos, porém, a variação na frequência das piscadas durante uma interação social pode demonstrar desde desinteresse até nervosismo (WALTERS, 2005).

A contradição entre os canais de comunicação pode ser revelada de duas formas, através do *leakage* (vazamento) e das *deception clues* (pistas de dissimulação). O *leakage* fun-

ciona como um vazamento de informações verdadeiras não controladas por quem dissimula. Pode ser verbal (atos falhos e tiradas) ou não verbal, como alguns gestos (emblemas) e expressões faciais (microexpressões que contradizem o discurso) (PORTELA, 2008).

Ao contrário do *leakage*, nas *deception clues*, são manifestados apenas indícios de que o comportamento do dissimulador não corresponde aos seus reais sentimentos e vontades. Estas pistas não trazem à tona as reais informações, mas demonstram que o discurso está gerando algum estresse no interlocutor. As *deception clues* são, portanto, pistas de estresse (PORTELA, 2008).

O conhecimento dos subordinados e a atividade de liderança militar

Na liderança, tudo o que ocorre no relacionamento interpessoal torna-se um processo de recíproco estímulo. Numa direção, o líder atua para mobilizar a vontade e a energia do grupo; inversamente, os liderados interagem com sentimentos, atitudes e comportamentos, retroalimentando o processo (COUTINHO, 1997). Entretanto, o relacionamento defronta-se sempre com dois interesses que podem tornar-se antagônicos: o interesse do serviço e o interesse dos subordinados ou funcionários (HECKSHER NETO, 2001).

O general Ulisses S. Grant, da Guerra de Secesão americana, por exemplo, preferiu, em Vicksburg, satisfazer ao desejo de seus soldados em realizar um assalto, ao invés de sitiá-las as fortificações do inimigo. “A primeira de todas as considerações era de que os soldados acreditavam que podiam cumprir as suas tarefas na frente de combate.” A profunda compreensão do caráter de seu exérci-

to de cidadãos lhe disse que os seus soldados “não teriam [depois] trabalhado tão pacientemente nas trincheiras” — um trabalho que, inexoravelmente, apressaria a vitória que ele buscava — “se não lhes tivesse sido permitido tentar” [o assalto]. (KEEGAN, 1999).

A capacidade de perceber as reações do conjunto das tropas, conforme demonstrado pelo general Grant, somada ao fato de se fazer conhecido, visto, e ter o seu desempenho profissional notado por todos, gera credibilidade (COUTINHO, 1997), porque, na raiz de todas as crises espirituais da tropa, está uma revolta psicológica da parte dos soldados combatentes contra as exigências do risco não compartilhado (KEEGAN, 1999).

O líder, ao mesmo tempo, exerce uma influência direta sobre os subordinados a ele vinculados imediatamente. Esse grupo de influência direta é normalmente pequeno e, se bem liderado, tende a ter características do que se denomina em sociologia “grupo primário” (COUTINHO, 1997). O surgimento dessa forma de relação dentro do grupo gera um efeito que pode ser assim descrito:

Os homens se conheciam muito bem, suas forças e fraquezas eram conhecidas de seus líderes e vice-versa, e todos esforçavam-se para evitar a mancha da covardia que seria atribuída, instantaneamente, aos negligentes, em tais comunidades íntimas. (KEEGAN, 1999)

Nesse caso, encaixa-se a observância de um princípio que rege o processo educacional, o princípio de que compete ao educador estudar cada educando individualmente, procurando caracterizar suas reações, seus interesses e suas aspirações (SANTOS, apud PASSARINHO, 1987). Assim, o líder terá de

conhecer o alvo do seu interesse e saber que o liderado é uma pessoa com toda uma complexa estrutura psicológica, física e afetiva.

Sucintamente, o liderado é obviamente um organismo vivo dentro da estrutura organizacional militar e, por isso, incorpora três elementos condicionantes: a estrutura individual, o estado do indivíduo em um dado instante e a atividade em que está envolvido (COUTINHO, 1997).

A estrutura individual corresponde às características permanentes, que podem ser identificadas apenas no trato pessoal com o subordinado:

- **aptidões:** habilidade natural e desenvolvida, “jeito” para um certo trabalho ou atividade;
- **capacidade:** aptidões realizadas, desenvolvidas pelo treinamento e pela prática;
- **inteligência:** capacidade geral de, conscientemente, adaptar o pensamento a novas exigências; e
- **caráter:** no sentido de feição moral, conjunto de virtudes morais assumidas e praticadas (COUTINHO, 1997).

O estado individual corresponde às condições físicas e psicológicas do indivíduo, que lhe dão ânimo ou que o acabrunham, como a fome, o cansaço, o medo, a ansiedade, a alegria, a saúde etc. As atividades em exercício são aquelas ações em que o indivíduo está envolvido no momento da interação e que podem favorecer ou desfavorecer a atuação do líder sobre o liderado. O subordinado, conforme sua estrutura individual, preferirá algumas tarefas a outras (COUTINHO, 1997). O **Quadro 1** apresenta sua definição operacional.

Variável	Dimensão	Indicadores
Conhecimento dos subordinados	Estrutura individual	Conhecimento das aptidões
		Conhecimento da capacidade
		Conhecimento da inteligência
	Estado individual	Conhecimento do caráter
		Conhecimento do estado emocional
	Reações às atividades em exercício	Conhecimento do estado físico
		Conhecimento das reações às situações
		Conhecimento das reações às atividades militares

Quadro 1 – Conhecimento dos subordinados

Fonte: o autor, 2010

Resultados extraídos da literatura

O relato do general americano Ulysses S. Grant, da guerra de Secesão (1861-1865) americana, demonstra conclusões obtidas por ele, a partir da interpretação de comportamentos não verbais dos seus subordinados:

O inimigo havia vindo com força total para abrir caminho e escapar... [Nossos] homens mantiveram-se firmes até que a munição, em suas caixas de cartuchos, tivesse se esgotado... Vi os homens em grupos, conversando bastante excitados. Nenhum oficial parecia ter dado ordem alguma. Os soldados tinham os seus mosquetes mas nenhuma munição, enquanto havia toneladas delas, bem próximo... Eu ordenei ao coronel Webster que cavalgasse comigo e bradasse aos homens enquanto passávamos: "Encham as caixas de cartuchos, rapidamente, e entrem em forma; o inimigo está tentando escapar e não devemos permitir isto". Funcionou como se fossem palavras mágicas. Os ho-

mens queriam, apenas, que alguém desse um comando. (KEEGAN, 1999)

Observa-se, então, o que é apresentado no **Quadro 2**.

Neste caso, fica patente a compreensão da comunicação não verbal. Porém, de forma mais contundente, é fundamental pontuar que o conhecimento é produzido a partir da observação do comportamento não verbal e um subsequente entendimento do estímulo que o gerou.

Resultados obtidos de testes

Como método contribuinte de uma conclusão sobre o assunto, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) aplicou em 2010 uma pesquisa que mediu, em uma amostra de 24 capitães do Exército Brasileiro, de diversas Armas, Quadro e Serviço, a habilidade de compreender a comunicação

Citação	Reação indicada	Indicadores da variável dependente	Estímulo
"os homens em grupos"	Contradição com o contexto vivenciado	Conhecimento das reações às situações	Falta de munição
conversando bastante excitados	Excitação	Conhecimento do estado emocional	Falta de ordens

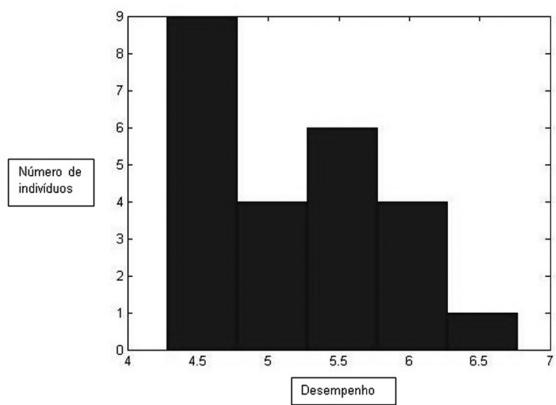
Quadro 2 – Relacionamento entre as variáveis dependente e independente

Fonte: o autor, 2010

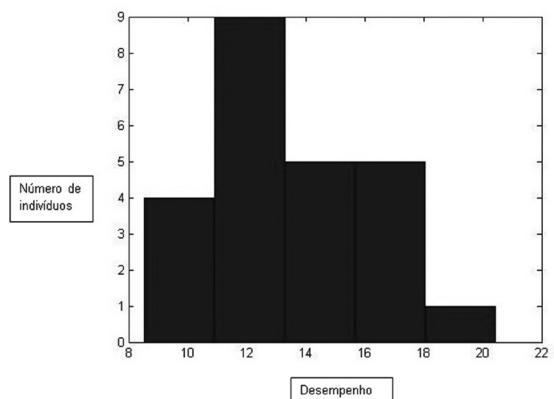
não verbal e o conhecimento dos subordinados desenvolvido ao longo de sete; oito ou nove anos de junto a Organizações Militares, nas funções de oficial subalterno e intermediário. Para medir a capacidade de compreender a comunicação não verbal, foi aplicado um caderno de testes sobre o assunto. Já para o conhecimento dos subordinados, foi aplicado um questionário.

Os resultados dos testes para a acuidade na compreensão da comunicação não verbal e para o questionário sobre o conhecimento dos subordinados foram apresentados em histogramas. Para todos os histogramas, o eixo das abscissas representa os valores obtidos nos testes, e o eixo das ordenadas, a quantidade de indivíduos que obtiveram aquele desempenho. A distribuição dos resultados dos sujeitos na média aritmética dos testes de compreensão da comunicação não verbal, que se convencionou chamar de “MÉDIA 2”, é apresentada no **Histograma 1**.

Neste quesito, pode-se observar um desempenho baixo da maior parte dos militares que realizaram os testes e uma distribuição



Histograma 1 – Resultados dos sujeitos no caderno de testes de compreensão da comunicação não verbal – MÉDIA 2
Fonte: o autor, 2010



Histograma 2 – Distribuição da média final das dimensões da variável conhecimento dos subordinados
Fonte: o autor, 2010

mais próxima da normal daqueles militares que obtiveram valores acima de 5. Tal distribuição demonstra uma reduzida acuidade na compreensão da comunicação não verbal pela maior parte da amostra.

Isso se explica porque um diminuto número de pessoas desenvolve a capacidade natural de detectar emoções verdadeiramente sentidas, enquanto a maior parte dos seres humanos acredita muito mais fortemente naquilo que ouve. Porém, a capacidade de compreender a comunicação não verbal pode ser ensinada e adquirida por meio de treinamento (EKMAN, 2007).

Como forma de verificar o conhecimento dos subordinados de maneira ampla, estabeleceu-se uma média entre os resultados dos sujeitos em cada uma das dimensões dessa variável estabelecidas no **Quadro 1**, medidas no questionário. Tal média entre as sub-dimensões ficou disposta no **Histograma 2**.

Este histograma indica que, na maior parte da amostra, o índice de conhecimento dos subordinados demonstrado foi relati-

vamente baixo, de forma coincidente com a compreensão da comunicação não verbal.

Discussão dos resultados

Com o intuito de se observar se houve influência da acuidade da compreensão da comunicação não verbal no conhecimento dos subordinados, os dados foram correlacionados, de forma que tal indicação pudesse ser obtida por um processo quantitativo.

Tal correlação apresenta um percentual de 56% de coincidência, com uma razão de 0,75. Percebe-se que a compreensão da comunicação não verbal influencia, significativamente, o conhecimento dos subordinados. O resultado baixo da maioria dos militares nos testes e no questionário indica que a variável compreensão da comunicação não verbal é uma alternativa ainda inexplorada, que permitiria uma ampliação significativa de desempenho no conhecimento dos subordinados.

Conclusão

Identificar a resposta afetiva dos líderes para concluir sobre os estímulos que a originaram permite a ação sobre os comandados, de forma a atender às suas necessidades e proporcionar-lhes bem-estar, melhorando essa resposta, que jamais deixará de existir.

A compreensão da comunicação não verbal é, se adequadamente realizada, uma alternativa eficaz que pode facilitar ao líder a construção de cenários a respeito de seus grupos de influência direta e indireta bem como a respeito de seus subordinados como indivíduos, fato que ficou evidente em virtude dos testes e do questionário. O estudo permitiu

concluir que os militares que possuem maior acuidade na compreensão da comunicação não verbal, adquiriram maior conhecimento sobre seus subordinados no decorrer de suas vivências profissionais, em comparação com os que possuíam menor acuidade.

A fim de facilitar a realização de estudos posteriores que visem ao desenvolvimento de programas de treinamento em comunicação não verbal, em cada uma das suas subdimensões, de forma isolada, para depois conduzir sua integração, ficam as seguintes sugestões:

- Para o desenvolvimento da acuidade na subdimensão paralinguagem, eliminar a compreensão do discurso verbal, por meio da utilização de áudios de pessoas nervosas, cansadas, deprimidas, inseguras, felizes, autoritárias etc., expressando-se em outros idiomas, a fim de que aqueles que se submeterem ao treinamento identifiquem apenas as alterações nos indicadores da subdimensão.
- Para o desenvolvimento da acuidade na dimensão linguagem corporal, utilizar-se de vídeos sem áudio, em que, primeiro, devem ser observadas as posturas, incluindo o eixo dos ombros e a inclinação do corpo. Para os gestos, o processo é semelhante e deve ser conduzido no sentido de se observar a ocorrência dos emblemas, manipuladores, ilustradores e demonstradores. Posteriormente, conduzir a integração dos gestos com as posturas e, por fim, os vídeos devem ser passados novamente, desta vez com o áudio, como forma de conferir os resultados.

- Para o desenvolvimento da acuidade na dimensão face, pode-se iniciar com a simples identificação das expressões faciais. Em seguida, pode-se partir para o treinamento de microexpressões faciais (EKMAN, 2002). Por fim, podem, também, ser utilizados vídeos em que estas microexpressões ocorrem, objetivando sua identificação.
- Como desfecho de um eventual programa de treinamento, podem ser conduzidos exercícios em que conversas previamente analisadas podem ser expostas aos sujeitos, instando-os a interpretar os comportamentos não verbais por completo e os momentos em que ocorrem *leakage* ou *deception clues*, a fim de permitir visualizar a integração das dimensões da comunicação não verbal. **REB**

Referências

- ARGYLE, M. **Bodily communication.**: International Universities Press. Nova York, EUA. 1975.
- BECHARA, E. **Nova Gramática da Língua Portuguesa**. Ed. Lucerna. Rio de Janeiro, RJ. 1999.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. Liderança Militar. Manual de Campanha C 20-10. EGGCF. 2. ed. Brasília, DF. 2011.
- COHEN, D. **A linguagem do corpo**. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 2009.
- COUTINHO, S. A. **Exercício do Comando – A Chefia e a Liderança Militares**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, RJ. 1997.
- DARWIN, C. (1872/2000). **A expressão facial das emoções nos homens e nos animais**. Ed. Summus. São Paulo, SP. 1979.
- EKMAN, PAUL. **Telling Lies**. W. W. Norton & Company Ltd. New York, EUA. 2009.
- EKMAN, PAUL. **Emotions Revealed**. Henry Holt and Company, LLC. New York, EUA. 2007.
- FRIEDMAN, H. S. **The concept of skill in nonverbal communication: implications for understanding social interaction**, em Rosenthal, R. Eds. **Skill in Nonverbal Communication**, Oegelschlager, Gunn, & Hain. pp.2-27. Cambridge, MA, EUA. 1979.
- GAMA, J. Penúria. Disponível no site: <www.militar.com.br/modules.php?name=Noticias&file=article&sid=1293>. Acesso em 2010.
- GUEDES, G. **Decreto confirma dispensa de 44 mil recrutas**. Disponível no site: <[//conteudoclip-mpPlanejamento.gov.br/cadastros/noticias/2002/7/17/noticia.3037](http://conteudoclip-mpPlanejamento.gov.br/cadastros/noticias/2002/7/17/noticia.3037)>. Acesso em 2010.
- HECKSHER NETO, M. **Precisamos de Líderes**. Editora da AMAN. Resende, RJ. 2001.

-
- KEEGAN, J. **A Máscara do Comando**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, RJ. 1999.
- KNAPP, L. M. e HALL, J. **Comunicação não-verbal na interação humana**. JSN Editora. São Paulo, SP. 1999.
- LIEBERMAN, D. J. **Psicologia da mentira**. Ed. Market Books. São Paulo, SP. 1999.
- PASSARINHO, J. G. **Liderança Militar**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, RJ. 1987.
- PEASE, A. **A linguagem do corpo**. Ed. Record. Rio de Janeiro, RJ. 1995.
- PORTELA, M. **Como identificar a mentira: sinais não-verbais da dissimulação**. Qualitymark Editora Ltda. Rio de Janeiro, RJ. 2006.
- RECTOR, M. e TRINTA, A. R. **Comunicação do corpo**. Ed. Ática. São Paulo, SP. 1990.
- ROSKILL, S. W. **A Arte da Liderança**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, RJ. 1989.
- SILVA, J. M. **A penúria veste fardas**. Disponível no site: <www.militar.com.br/modules.php?name=Noticias&file=print&sid=1293>. Acesso em 2010.
- SLOAN, D. M. **The Facial Expression Coding System (FACES): Development, Validation, and Utility**. Disponível no site <courses.cit.cornell.edu>. Acesso em 2010.
- VIEIRA, D. G. **Manual Prático do Militar**. Ed. D & F Jurídica. Natal, RN. 2009.
- WALTERS, S. B. **A verdade sobre a mentira**. Ed. Best Seller. Rio de Janeiro, RJ. 2005.
- WEIL P. e TOMPAKOW, R. **O corpo fala**. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 1986.
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

A influência do fenômeno óptico da refração sobre a expectativa de impacto no primeiro disparo

Augusto Cezar Mattos Gonçalves de Abreu Pimentel*

Introdução

O presente artigo versa sobre a técnica de tiro e procedimentos de combate empregados pelas guarnições blindadas em caso de ocorrência de refração na linha de visada. Visa apresentar sua complexidade e relevância para o processo de engajamento, destacando os procedimentos adotados para minimizar sua influência negativa na expectativa de impacto, assim como a importância deste tópico em discussões no cenário mundial.

A constante ocorrência de casos de fratricídio no campo de batalha e suas consequências para o moral da tropa bem como a constante evolução dos armamentos e os efeitos das munições, em adição aos danos causados a estruturas civis, fazem com que a temática relativa aos fatores que influenciam a expectativa de impacto nos engajamentos das viaturas blindadas de combate (VBC) mereça um destaque especial no combate moderno.

O estudo aprofundado do sistema de controle de tiro da VBC carro de combate (CC) Leopard1 A5 BR e do emprego adequado das técnicas de tiro adotadas por suas

guarnições (Gu) visa fazer com que esses militares possam identificar, avaliar e atuar, em momento oportuno, sobre os principais fatores que influenciam a expectativa de impacto, aumentando a probabilidade de acerto, já no primeiro disparo. Dessa forma, a compreensão desses fatores torna-se condição *sine qua non* na otimização do emprego da plataforma de combate e, consequentemente, na redução a danos colaterais desnecessários.

Desta forma, por ser um dos fatores de influência no tiro, é de fundamental importância que o instrutor avançado de tiro (IAT) tenha conhecimento dos efeitos negativos que a refração na linha de visada gera à expectativa de impacto, assim como, os procedimentos que podem ser adotados para minimizar seus efeitos.

Desenvolvimento

Um problema de técnica de tiro

Apesar da importância do assunto em tela, verifica-se uma grande dificuldade em encontrar documentos oficiais de procedência confiável e de produção nacional que abordem a temática com a ênfase necessária para seu emprego em operações militares.

* Cap Cav (AMAN/08, EsAO/17), realizou o Curso Avançado de Tiro da VBCCC Leopard 1 A5 BR, do CI Bld. Atualmente, é oficial de Logística do 12º Esqd C Mec.

Diante desse cenário, ao consultar o referencial teórico disponível sobre o assunto, deparamos com algumas lacunas no conhecimento. A *Lista de Procedimentos do IAT VBCCC Leopard 1 A5 BR* (BRASIL, 2014), empregada pelo Centro de instruções de Blindados (CI Bld), destaca a ocorrência de refração como um dos fatores variáveis que podem influenciar a expectativa de impacto dos engajamentos. O referencial supracitado não enfatiza o comportamento técnico ou tático esperado diante deste fenômeno, tampouco, quais seriam as possíveis medidas a serem adotadas pelas Gu VBC para minimizar seus efeitos sobre a expectativa de impacto. A *Nota de Aula de Técnica de Tiro da VBCCC Leopard 1 A5 BR*, do CI Bld (BRASIL, 2011), versando sobre a teoria e técnica de tiro, não faz menção ao fenômeno da refração em nenhum de seus capítulos.

Visando encontrar referencial teórico de credibilidade comprovada que pudesse subsidiar a confecção do presente estudo, manuais estrangeiros precisaram ser consultados. Os manuais de campanha *FM 3-20.21 Heavy Brigade Combat Team – Gunnery* (US Army, 2009), versando sobre o tiro da brigada blindada, assim como, o *FM 3-20.12 Tank Abrams* (US Army, 2001), versando sobre o emprego do CC Abrams, ambos do Exército Norte-Americano, abordam, entre outras particularidades, aspectos técnicos, táticos e procedimentos de combate (TTP) empregados pelas tropas blindadas durante as diversas fases de engajamento, visando aumentar a eficiência e eficácia do tiro e diminuir a probabilidade de erro de impacto durante o combate pelo fogo.

Neste contexto, destacam-se os fatores que influenciam a expectativa de impacto no primeiro disparo, entre os quais é dada especial

atenção à incidência de refração na linha de visada. Alguns artigos da revista *Armor* (1993) versando sobre a precisão no disparo e expectativa de impacto também forneceram subsídios ao estudo do tema em questão, além de instruções ministradas na *International Master Gunnery Conference* (IMGC) pelo Exército Chileno, nas quais o fenômeno e suas consequências negativas para o processo de engajamento são apresentados (BRASIL, 2010).

Ao realizar a busca e detecção de alvos, durante o monitoramento de determinadas faixas do terreno, em dias quentes e, principalmente, a grandes distâncias, verifica-se frequentemente, a ocorrência de distorções da imagem quando do emprego de equipamentos ópticos das VBC. Nessas situações, ocorre uma acentuada dificuldade na aferição da distância mediante o emprego da técnica prevista na literatura nacional disponível, pelo fato de as distorções da imagem ocasionarem grande incidência de ecos múltiplos na recepção da telemetria *laser*.

Tais evidências foram constatadas por diversos militares especialistas na plataforma Leopard 1 A5 BR durante seu emprego em instruções ministradas nos cursos ou estágios do CI Bld bem como em exercícios de adestramento e tiro real nos Regimentos de Carros de Combate (RCC).

Desta forma, sob pena de ocasionar falta de confiança no material de emprego militar ou em determinado procedimento previsto em manual, é lícito problematizarmos se a técnica de tiro atualmente empregada necessita sofrer delimitações visando atender a engajamentos realizados em ambientes operacionais sob determinadas condições específicas, como por exemplo, sob a influência da refração.

A refração na linha de visada

Ao consultarmos o referencial teórico disponível, deparamos com uma falta de padronização na descrição deste fenômeno. Um equívoco bastante comum é assemelhar a refração com outro fenômeno físico, a reverberação. A refração é um fenômeno óptico, causado pela incidência de raios de luz, ondas de calor e sinais sonoros. Por sua vez, a reverberação é um fenômeno sonoro, caracterizado pela propagação do som em efeito de eco. Dessa forma, considera-se a denominação de refração na linha de visada como sendo a mais adequada para designar o fenômeno em estudo. Salienta-se ainda que os suportes doutrinários dos exércitos Norte-Americano e Chileno consultados também utilizam o termo refração ao dissertarem sobre o fenômeno em questão.

Assim, o fenômeno óptico da refração pode ser definido como o desvio sofrido por raios de luz ao passarem de um determinado ambiente para outro. Nos teatros de operações, este fenômeno é particularmente comum em dias quentes e sem vento, em vir-

tude da constante troca de calor entre o ar e o solo, fazendo com que a temperatura do ar próximo à superfície do solo não seja constante. Dessa forma, essa contínua troca de calor irá causar distorções na imagem obtida, criando uma aparente ilusão de movimentação do alvo.

Esta distorção denomina-se refração na linha de visada, sendo este fenômeno um dos fatores variáveis que influenciam a expectativa de impacto, provocando erros de impacto constantes durante uma mesma série de tiro.

Em virtude da ocorrência deste fenômeno nos campos de batalha e sua influência negativa no combate pelo fogo, alguns países têm realizado testes e estudos buscando identificar suas principais características, influências sobre o disparo, bem como estabelecer procedimentos a serem adotados pelas guarnições blindadas na tentativa de minimizar seus efeitos sobre a expectativa de impacto.

Por meio de testes em campos de prova e constante emprego em operações militares, algumas considerações relativas às características e efeitos deste fenômeno sobre os meios

de aquisições de alvos das VBC podem ser encontradas em manuais técnicos do Exército Norte-Americano. Desses referenciais teóricos, foram extraídas as principais características desse fenômeno com suas influências sobre as operações militares.

Com base nesses suportes doutrinários, verifica-se que terrenos planos proporcionam maior probabilidade de ocorrência de refração.



Figura 1 – À esquerda, representação de um terreno sem efeitos da refração; à direita, representação do mesmo terreno sofrendo os efeitos da refração na linha de visada

Fonte: acervo do autor

Além disso, quanto maior for a distância do alvo visado, maiores serão as distorções da imagem provocadas pelo fenômeno, comprometendo, sensivelmente, os engajamentos realizados a distâncias superiores a 1.500 metros.

Ressalta-se também que as condições atmosféricas (luminosidade, temperatura do ar e vento) têm grande influência sobre os efeitos da refração. Assim, em dias quentes, de céu claro, com ventos inferiores a 4,5m/s e em noites quentes, de céu claro, com ventos inferiores a 1,8m/s teremos maior probabilidade de ocorrência de refração.

Expectativa de impacto

Neste ínterim, ao observarmos a **Figura 2**, podemos problematizar o que aconteceria com a imagem de um alvo que estivesse posicionado na região apontada.

Durante o dia, a refração na linha de visada faz com que o alvo pareça estar mais abaixo de onde realmente está localizado. Assim, ao realizar a pontaria no centro de massa da imagem visualizada, o atirador estará realizando a pontaria mais abaixo do centro de massa real do alvo. Com isso, o resultado do disparo pode ser um tiro curto. Duran-



Figura 2 – Realização do Curso de Master Gunnery da VBC CC Leopard 2 A4 no deserto do Atacama, no Chile
Fonte: acervo do autor

te a noite, os efeitos são exatamente opostos, ou seja, a refração faz com que o alvo pareça estar acima de onde realmente está posicionado. Assim, ao realizar a pontaria no centro de massa da imagem visualizada, o atirador estará realizando a visada mais acima do centro de massa real do alvo, podendo resultar em um tiro longo.

Desta forma, inferimos parcialmente que a refração na linha de visada influencia negativamente a expectativa de impacto, ao passo que as distorções sofridas pela imagem

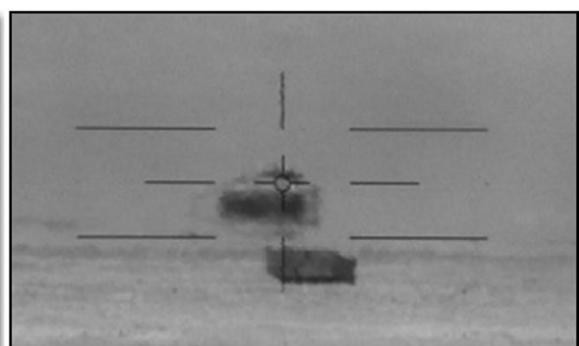
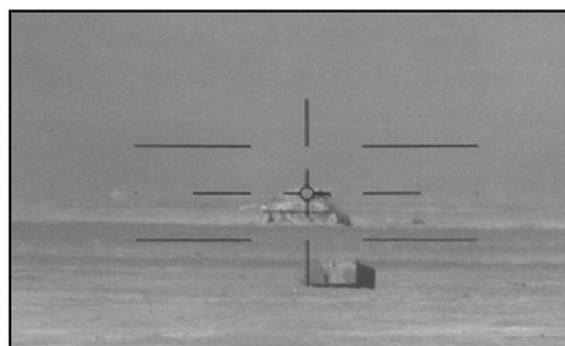


Figura 3 – Alvos a uma distância de 1.650m; à esquerda, a imagem vista às 8h e, à direita, a imagem vista às 15h
Fonte: acervo do autor

refratada conduzirão o atirador a realizar a pontaria em um local diferente do centro de massa real do alvo, ocasionando maior probabilidade de erro durante o engajamento.

Comportamento tático e técnico esperado

Sob condições atmosféricas e peculiaridades do ambiente operacional que favoreçam a ocorrência de refração na linha de visada, as Gu VBC podem adotar procedimentos táticos e técnicos de combate visando minimizar seus efeitos sobre a expectativa de impacto.

Assim, sempre que a situação tática permitir, o engajamento de alvos em terrenos extremamente planos deve ser evitado. A ocupação de posições mais elevadas minimiza os efeitos da refração na linha de visada. Ao realizar o disparo de posições ligeiramente mais altas, os efeitos da refração são praticamente anulados, uma vez que a linha de visada do atirador não estará tão próxima à superfície do solo, onde ocorrem as constantes trocas de calor peculiar ao fenômeno.

Um procedimento técnico que pode ser estipulado pelas Gu VBC é o emprego de técnicas específicas para aferição da distância e engajamento de alvos sob condições favoráveis à refração. Estas técnicas baseiam-se na realização da modificação intencional do ponto de pontaria.

Em períodos diurnos, a refração faz com que o alvo pareça estar mais abaixo do que realmente está localizado. Assim, durante a execução da pontaria, o atirador não deve realizar sua visada no centro de massa do alvo, conforme regra base, mas na metade superior do mesmo (**Figura 4**).



Figura 4 – Proposta de técnica de tiro específica para alvos que estejam sendo engajados em ambientes operacionais sob influência de refração diurna
Fonte: montagem do autor

Da mesma forma, em períodos noturnos, a refração faz com que o alvo visado pareça estar mais acima do que realmente está posicionado, de modo que, durante a execução da pontaria o atirador não deve realizar sua visada no centro de massa do alvo visualizado, mas sim em sua metade inferior (**Figura 5**).



Fig. 5 – Proposta de técnica de tiro específica para alvos que estejam sendo engajados em ambientes operacionais sob influência de refração noturna
Fonte: montagem do autor

Ressalta-se que esta modificação do ponto de pontaria deve ser realizada tanto na aferição de distância utilizando-se da telemetria *laser* quanto no engajamento de alvos. Nesse contexto, cresce a importância da identificação de indícios de refração pelas guarnições de carro de combate, possibilitando a adoção de medidas que minimizem o erro e aumentem a expectativa de impacto.

Um possível indício apresentado pela refração, além das distorções e trepidações da imagem visada, é a ocorrência de ecos múltiplos durante a aferição de distância por meio da telemetria *laser* empregando-se a regra base (1^a regra *laser*).

Com a finalidade de otimizar o processo de engajamento, o Exército Norte-Americano estipulou em seus manuais de campanha que a distâncias inferiores a 1.500 metros, o fenômeno da refração, apesar de perceptível ao olho humano, pode ser desconsiderado para correção da pontaria, em virtude da reduzida influência que este acarretará sobre a expectativa de impacto a curtas distâncias.

No contexto das operações militares, o comandante tático deve estudar os principais aspectos do terreno e das condições meteorológicas, visando se antecipar às possíveis influências da refração sobre a expectativa de impacto no primeiro disparo. Com isso, este poderá estipular as melhores posições de engajamento a serem ocupadas, visando minimizar os efeitos negativos da refração bem como antecipar às suas guarnições da possível ocorrência do fenômeno, alertando-as quanto à necessidade de realização de modificações do ponto de pontaria durante a aferição de distância e engajamento de alvos.

Processo de adestramento da tropa blindada

Visando alcançar maior eficiência nas operações militares, as características e os procedimentos adotados para minimizar os efeitos da refração devem ser disseminados e constantemente treinados pelas Gu VBC. Nesse contexto, é de fundamental importância que instruções sobre a temática sejam ministradas, permitindo que o conhecimento referente à identificação das características do fenômeno e a realização dos comportamentos táticos e técnicos esperados frente aos efeitos da refração sejam amplamente divulgados no âmbito da tropa blindada.

Um exercício amplamente empregado na formação das Gu VBC e de fácil reprodução é a projeção de fotografias em curtos intervalos de tempo. Este método permite que a guarnição identifique o fenômeno ocorrido, adotando ainda os procedimentos técnicos esperados para a correção do ponto de pontaria. O processo de projeção de fotografias, além de verificar o conhecimento acerca do assunto e a utilização correta da técnica de tiro, permite que a tropa blindada (Tr Bld) trave contato com possíveis hesitações e ansiedades a serem encontradas durante o combate pelo fogo.

O emprego dos meios de simulação, particularmente o dispositivo de simulação e engajamento tático (DSET), pode ser útil na realização de testes e exercícios de instrução. Esses exercícios permitem comprovar a visualização dos efeitos da refração na linha de visada, através dos valores obtidos na emissão *laser*. Os dados concretos adquiridos pelo próprio dispositivo de simulação propiciam maior credibilidade à instrução, favorecendo o processo ensino-aprendizagem.

Conclusão

Apesar da relevância do tema, verifica-se grande dificuldade em encontrar documentos oficiais ou de procedência confiável de origem nacional que abordem o assunto. Verifica-se ainda, na literatura nacional relativa à técnica de tiro, uma lacuna em relação à influência da refração na linha de visada sobre a expectativa de impacto bem como aos procedimentos empregados para mitigar seus efeitos, com nítido apelo quanto à necessidade de condução de estudos e de análises mais aprofundadas.

Com base no conteúdo exposto, pode-se concluir que a refração da linha de visada pode provocar erros constantes e não contínuos no disparo. Assim, por influenciar negativamente na expectativa de impacto, suas características e peculiaridades devem ser estudadas e exploradas no âmbito da Tr Bld.

Por ser um fenômeno óptico que causa distorções da imagem visada, salienta-se que os procedimentos de colimação dos equipamentos de pontaria não devem ser realizados em períodos do dia que favoreçam a ocorrência da refração, ou seja, em dias quentes e sem vento, sob pena de proporcionar valores de colimação incorretos. A realização da colimação em dias de refração diminuirá consideravelmente a expectativa de impacto em engajamentos futuros.

Pode-se inferir, ainda, que a refração na linha de visada terá seus efeitos maximizados quanto maior for a distância de engajamento, comprometendo engajamentos a distâncias superiores a 1.500 metros, principalmente, em terrenos planos. Ressalta-se

que as características do terreno e as condições meteorológicas influenciarão sensivelmente a intensidade da refração.

Os procedimentos referentes às regras de aferição de distância por meio da telemetria *laser* previstas pela Nota de Aula de Técnica de Tiro da VBCCC Leopard 1 A5 BR, apesar de bastante específicos, não abordam a aferição de distância em situações na qual existe a ocorrência de refração na linha de visada. Dessa forma, a atualização dessas regras, acrescentando a modificação do ponto de pontaria no engajamento de alvos em ambiente sobre incidência de refração, elevaria sobremaneira a expectativa de impacto no primeiro disparo, bem como aumentaria a confiabilidade da Tr Bld na técnica e no sistema de tiro do CC.

Infere-se ainda que a modificação do ponto de pontaria para realização de aferições de distância e engajamentos em períodos diurnos e noturnos, sob condições de refração, deve ser constantemente treinada pelas Gu VBC. Tal procedimento visa otimizar o processo de engajamento, evitando erros de impacto provocados por insegurança ou aplicação incorreta da técnica de tiro.

Por fim, o emprego de meios de simulação DSET torna-se bastante útil ao processo de adestramento da Tr Bld, pois proporciona a verificação, em valores concretos, da refração sobre a expectativa de impacto e a correção de possíveis erros na técnica de tiro empregada. Salienta-se que as evidências apresentadas, sem dúvida, demandam aprofundamento e sinalizam a necessidade de serem exploradas por meio de estudos complementares. 

Referências

ARMOR, Magazine. Tank Gun Accuracy. EUA. Jan;Fev. 1993.

BRASIL. Exército Brasileiro. CMS. CIBld. **Técnica de Tiro da VBCCC Leopard 1 A5 BR.** Nota de aula experimental. Santa Maria, RS. 2011.

_____. **Instrutor Avançado de Tiro da VBCCC Leopard 1 A5 BR.** Lista de Procedimentos Experimental. Santa Maria, RS. 2014.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Relatório da Conferência Internacional de Master Gunner. PVANA. Exército de Terra do Reino da Espanha. 2012.

_____. **Relatório do Curso de Master Gunner realizado no Chile.** PCENA. Escola de Cavalaria Blindada do Exército do Chile. Iquique. 2010.

EUA. US Army. Heavy Brigade Combat Team – Gunnery. FM 3-20.21. Washington, DC. 2009.

_____. **Tank Abrams.** FM 3-20.12. Washington, DC. 2001.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Os periódicos como fontes de pesquisa

Uma experiência com a revista *A Defesa Nacional*

Rafael Roesler*

Considerações iniciais

Em sua obra *Imprensa e História do Brasil*, a historiadora Maria Helena Capelato aponta a imprensa como uma fonte fértil para o conhecimento do passado, já que ela “possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos” (CAPELA-TO, 1994, p. 13).

As afirmações feitas pela autora remetem a um contexto de renovação historiográfica, provocado, sobretudo, pelo surgimento da História Nova. A partir da década de 1970, a terceira geração dos *Annales* propôs à História, fazendo amplo uso da interdisciplinaridade, “novos objetos, problemas e abordagens”. Os aportes analíticos provenientes das outras ciências sociais, como a Linguística, a Antropologia e a Sociologia, além de ampliarem a noção de documento na historiografia, apresentaram contribuições importantes quanto aos aspectos metodológicos de investigação. Os novos ares trazidos pela École des Annales ampliaram, assim, as possibilidades das pesquisas e dos estudos históricos.

A nova corrente historiográfica inaugurada por Le Goff, Duby, Ladurie, entre outros historiadores, alterou o campo de atuação do pesquisador histórico e o conduziu a novos rumos.

A utilização dos impressos resultou da expansão do entendimento do que se poderia constituir em uma fonte histórica. O historiador deixou de ser submisso ao documento, e o discurso histórico passou a ser fruto de sua interferência e de suas escolhas. Tais mudanças se constituiriam naquilo que Le Goff (2010, p. 531) apontou como uma “revolução documental”.

Conhecer e historicizar as fontes passou a ser atitude essencial do ofício de historiador. Dentro dessa ampliação das possibilidades de investigação, o texto histórico deixou de ser tratado apenas em seus conteúdos ou enunciados para ser analisado a partir de métodos linguísticos de análise do discurso, da enunciação e com o apoio de alguma teoria das classes e das ideologias sociais. A partir daí, segundo Cardoso (1986, p. 54), “procura-se determinar em que condições sócio-históricas a produção do texto pode ocorrer”.

As mudanças apresentadas pela História Nova, para além da renovação temática, abriram novas possibilidades no campo histórico, como: a profunda renovação do marxismo, através, principalmente, dos trabalhos de E.P. Thompson; a consolidação da História Cultural, com o estudo das práticas e representações sociais; o surgimento da Micro-História e da Virada

* Cel Eng (AMAN/93, EsAO/01), licenciado em História pela UNIRIO, doutorando e mestre em História, Política e Bens Culturais (CPDOC-FGV). Atualmente, é chefe da Seção de Pesquisa Acadêmica e Doutrina da AMAN.

Linguística; e, sobretudo, com o retorno da História Política, relegada ao ostracismo durante grande parte do século XX.¹ Esse alargamento do campo histórico suscitou, ainda, o ressurgimento de campos antes esquecidos, como o da História Militar, que se tem se firmado nos últimos trinta anos, segundo Soares e Vainfas (2012, p. 113-132), como campo específico, passando a denominar-se Nova História Militar.

A imprensa escrita, que, sob o paradigma tradicional, teve seu uso questionado na pesquisa histórica, por sua falta de objetividade, ou por entender-se, como aponta Luca (2010, 111), serem os periódicos meras caixas de resonância de valores, interesses e discursos ideológicos, com a renovação dos campos político e cultural, ganhou o *status* de fonte documental, validada no campo de análise do historiador. Através do discurso dos impressos, bem como da sua linguagem, passou-se a ser capaz de elucidar o nível básico das relações sociais, como apontam Capelato e Prado (1980, p. 19):

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesse e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como um mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.

A possibilidade de analisar as formas de representação de um determinado contexto levou historiadores, de diversas matrizes teóricas, a trabalharem com esse tipo de documento e a reconhecerem na imprensa escrita novas possibilidades de análise e ressignificação do passado.

A partir dos anos 1970, a imprensa passou a figurar como importante fonte primária. A imprensa operária, os jornais de associações recreativas, as revistas ilustradas ou de variedades, os impressos publicitários, os impressos literários, as revistas infantis e femininas e a imprensa política são alguns dos exemplos apresentados por Luca (2010, p. 119-130) como objetos amplamente abordados pela pesquisa histórica nas últimas quatro décadas, no Brasil. A partir daí, houve no país uma consolidação dos trabalhos que utilizam jornais e revistas como fontes para o conhecimento da história do Brasil, identificando-se, inclusive, um aumento da utilização de periódicos como objetos de pesquisas acadêmicas, como dissertações de mestrado, teses de doutorado e publicações de artigos e livros.

Cabe considerar, porém, que grande parte desses estudos buscou como objeto a imprensa escrita dos grandes centros do país, relegando, inicialmente, a segundo plano, a análise dos pequenos periódicos ou da pequena imprensa regional brasileira. Capelato (1994, p.24) lembra que os pequenos periódicos, por expressarem reivindicações peculiares de determinados grupos sociopolíticos, são muito importantes para a pesquisa histórica. Ao proliferarem, a partir da segunda metade do século XIX, exprimiram, através dos seus textos e dos seus títulos, as representações dos grupos dos quais eram portavozes e os seus propósitos de luta.

A revista *A Defesa Nacional* é um exemplo desses periódicos. Inicialmente publicada por um pequeno grupo de jovens militares do Exército Brasileiro, intitulado Jovens Turcos, se tornou plataforma de lançamento de suas ideias reformistas e das representações que o grupo tinha de Exército e de Nação nas primeiras décadas do século XX.

A experiência com a revista *A Defesa Nacional*

As discussões das primeiras décadas do século XX, no campo militar, estiveram fortemente ligadas à relação existente entre os militares e a Nação brasileira e à necessidade de se organizar e modernizar o Exército.

Foi em meio a uma conjuntura de tensões causada pela Primeira Guerra Mundial, em que intelectuais brasileiros, como o poeta Olavo Bilac e o político e escritor Alberto Torres, discutiam as questões nacionais, que um grupo de jovens oficiais do Exército pensou a Nação e a sua defesa. A questão central de seu pensamento envolvia o papel desempenhado pela instituição militar na formação e na construção da Nação brasileira, o que se tornou a sua marca registrada. Também atentavam para a necessidade de se organizar e modernizar o Exército Brasileiro, com a finalidade de se atender às demandas da defesa nacional e da própria instituição, partícipe da construção da Nação.

Logo, a voz do grupo se tornaria dissonante, em meio a um Brasil em que o poder político ainda se encontrava nas mãos da velha oligarquia agrária do país, com forte influência sobre os destinos do Exército nacional. A ele atribuiu-se a alcunha de Jovens Turcos,² e as suas ideias eram difundidas através da revista *A Defesa Nacional*.

O surgimento do grupo está associado às transformações operadas no Exército pelo general Hermes da Fonseca, ministro da Guerra do presidente Afonso Pena, a partir do ano de 1906, quando três turmas de jovens oficiais foram enviadas à Alemanha, para realizar estágios de dois anos no Exército alemão. O objetivo desses estágios era proporcionar o aperfeiçoamento individual nas modernas técnicas e táticas de

guerra europeias, naquele que era considerado o melhor exército de sua época. Dos três grupos que estagiaram no exército germânico, o último, enviado em 1910, tornou-se o mais importante, pelo número de oficiais que o compôs (vinte e um tenentes e capitães) e pela influência que exerceu no seio da instituição após o seu retorno.

Antes de retornar ao Brasil, um grupo desses oficiais, capitaneados pelos tenentes Estevão Leitão de Carvalho e Bertholdo Klinger, se reuniu para cear e fazer algumas conjecturas sobre quais seriam os procedimentos adequados a ser adotados pelo Exército, para que fossem aproveitados os conhecimentos adquiridos na Alemanha. Entre várias ideias examinadas, foi sugerida, por Leitão de Carvalho, a criação de uma revista militar, que serviria de veículo de difusão dos conhecimentos adquiridos. A criação desse periódico fazia parte de uma estratégia que tinha como pano de fundo tornar os ensinamentos colhidos no exterior acessíveis ao maior número de militares através da propaganda, para que não caíssem no esquecimento e servissem de força propulsora para um movimento de grande transformação do Exército (CAPELLA, 1985, p. 49).

Com o retorno ao Brasil, a criação da revista foi viabilizada. A Leitão de Carvalho e Bertholdo Klinger juntaram-se mais alguns oficiais, que formaram o grupo fundador da revista. A ata de fundação foi redigida e assinada em 20 de setembro de 1913, nas dependências do Clube Militar, no Rio de Janeiro, e registrou o interesse dos oficiais ali reunidos em editar uma revista “que refletisse as ideias do novo Exército e fosse, por consequência, um órgão de combate e um instrumento de trabalho”.³ Essa ata também designou como diretores da revista os primeiros-te-

nenentes Bertholdo Klinger (redator-chefe), Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis Neto. O segundo-tenente Francisco de Paula Cidade era o secretário. Completavam o grupo de fundadores os capitães Epaminondas de Lima e Silva, Cesar Augusto Parga Rodrigues e Francisco Jorge Pinheiro e os primeiros-tenentes Mário Clementino de Carvalho, Brasílio Taborda, José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque, Euclides de Oliveira Figueiredo e Amaro de Azambuja.⁴ Esse grupo também era o “grupo mantenedor”⁵ da revista, acrescido do segundo-tenente José dos Mares Maciel da Costa (A DEFESA NACIONAL, out. 1929, p. 14).

A revista foi batizada por Mário Clementino de *A Defesa Nacional*. Por sugestão de Bertholdo Klinger, o formato adotado foi o da revista alemã *Militär-Wochenblatt*:⁶ tamanho 18x26cm, sem capa e, diferindo desta, sem anúncios comerciais, já que a revista deveria ser aceita não pela aparência ou acabamento, mas pelo conteúdo de suas páginas. Já no segundo número, o grupo mantenedor decidiu editá-la com capa, por entender que desta forma ficaria melhor para a estética da revista (KLINGER, 1944, P. 156).

A proposta da revista era abordar assuntos eminentemente profissionais. De acordo com McCann (2009, p.214-220), os editoriais de *A Defesa Nacional* apresentavam um conteúdo mais ideológico e doutrinário em favor da profissionalização do Exército, do afastamento da política, da reforma do ensino militar e da lei do serviço militar, sendo que o seu interior privilegiava os artigos técnicos, através dos quais os redatores traduziam manuais e regulamentos alemães bem como disfundiam seu sistema de treinamento, práticas e costumes. No período que vai da fundação da revista ao final dos

anos 1910, as questões que mais preocuparam os redatores e colaboradores da revista também estiveram ligadas à organização do Exército, ao orçamento para os gastos militares e às questões nacionais.

Apesar de autores como McCann (2009), Coelho (2000) e Carvalho (1978) definirem os redatores da revista como apolíticos e voltados exclusivamente às questões profissionais da instituição, e ainda que os fundadores de *A Defesa Nacional* desejassem editar um veículo estritamente profissional, é inegável que eles demonstraram grande desenvoltura ao analisar os aspectos políticos das questões que pretendiam que fossem apenas militares. No editorial da primeira edição da revista, Mário Clementino coloca que a missão do Exército “vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais **para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política...**” (A DEFESA NACIONAL, out. 1913, p.1).

Capella (1985, p. 84) apresenta como inadequada a interpretação generalista de que a atuação dos Jovens Turcos teria sido apolítica, em que são deixadas de lado as especificidades dos integrantes do grupo. Segundo a historiadora, o discurso dos Turcos era favorável ao afastamento da política partidária, chamada na revista de “politicagem”, porque isso levaria à quebra da hierarquia e da disciplina dentro da corporação e ao afastamento dos oficiais de suas verdadeiras funções nos corpos de tropa. Entretanto, admitiam que os militares intivessem na política individualmente, pois esse era um direito constitucional.

O grupo tinha, também, uma grande preocupação em encaminhar o Exército, como instituição, para a grande política e para o envolvimento nas grandes questões nacionais, tor-

nando-se uma instituição formadora de opinião junto à sociedade. Segundo o tenente Gerpe:

...a ação do Exército na política deve ser somente aquela que sempre exerceu quando, irmanados os seus sentimentos e os da nação no mesmo esforço supremo para fazer vingar os mais elevados ideais, tomou parte saliente nas grandes transformações por que tem passado a Pátria brasileira. (A DEFESA NACIONAL, set. 1914, p. 343)

O direito que os Jovens Turcos se atri- buíam de tomar parte “nas grandes transformações” vivenciadas pelo país abre, de forma clara, o precedente para a intervenção na vida política da Nação. Para Schwengber (2006, p. 88), essa aproximação com a grande política se deve ao fato de os Jovens Turcos entenderem o Exército como o formador da Nação, como escola de patriotismo, como volante da Nação. Na política maior, verdadeira, o Exército, única instituição verdadeiramente nacional no período, poderia ser o ator e não um instrumento.

Já na década de 1920, as questões que mais figuram nas páginas de *A Defesa Nacional* foram o problema das promoções e o serviço militar obrigatório. O descontentamento apresentado pelos redatores e pelos demais colaboradores, nas páginas da revista, com a Lei de Promoções de 1891, que desfavorecia amplamente os oficiais que serviam em guarnições afastadas da Capital Federal, é gritante. Situações de indisciplina e de quebra de hierarquia, muito antes dos levantes de 1922, foram relatadas com certa frequência, na coluna intitulada “Da Província”. Ainda que essas situações de indisciplina tenham sido descritas nas páginas da revista, os redatores alertavam a seus leitores que “sempre repugnaram aos desta revista,

os recursos insidiosos e os moldes revolucionários” (A DEFESA NACIONAL, jun. 1919).

Durante muitos anos, a revista teve instalação gratuita no primeiro andar da Papelaria Macedo, situada à Rua da Quitanda, na cidade do Rio de Janeiro. Em um espaço cedido pelo proprietário, em meio a pilhas de mercadorias, eram preparados e impressos os originais e empacotadas e seladas as revistas que os próprios mantenedores levavam ao Correio (A DEFESA NACIONAL, out. 1948, p. 9). A tiragem inicial da revista girou em torno de 1.000 exemplares ao mês, tendo chegado a 1.700 exemplares no aniversário de cinco anos da revista, atingindo cerca de 40% dos oficiais do Exército, em sua maioria jovens tenentes. A revista também tinha ampla aceitação pelo meio civil, o qual era responsável por quantidade significativa de assinaturas. No entanto, no expediente da edição de julho de 1918, os editores reclamaram da baixa adesão dos oficiais combatentes do Exército, ressaltando que mais da metade desses oficiais não eram assinantes. Muitos exemplares eram, também, distribuídos gratuitamente a instituições civis educacionais e intelectuais ilustres da época. Acreditavam os redatores ser necessário apresentar os problemas do Exército e da Nação à sociedade.⁷

A estrutura da revista permaneceu basicamente a mesma desde a sua fundação, em 1913, até o final dos anos 1920. Continha 32 páginas, seu tamanho era de 18x26cm e na capa trazia a constituição do grupo mantenedor e um sumário dividido em Parte Editorial, Parte Jornalística e Noticioso. Além disso, trazia em grandes letras o título: A Defesa Nacional – Revista de Assuntos Militares. As contracapas costumavam vir em branco na década de 1910. A partir dos anos 1920, as

edições passaram a apresentar informações sobre os representantes da revista no país.⁸ Até 1921, a periodicidade da revista foi mensal. A partir desse ano, as edições passaram a ser bimestrais e, por vezes, trimestrais, sem que isso se tornasse um padrão.

A Parte Editorial constituía-se no *locus* privilegiado pelos redatores da revista, onde expunham as suas ideias e realizavam suas críticas mais fortes a favor da profissionalização do Exército, do ensino militar, da Lei do Serviço Militar, do não envolvimento dos militares na política e da necessidade de reorganização da instituição. Não raras eram, também, as críticas feitas à falta de atuação dos políticos que compunham o Parlamento, para resolver as graves questões que conduziam o país ao atraso, e à pouca preocupação com os assuntos de defesa.

O estatuto do grupo mantenedor previa que os editoriais e artigos a cargo dos redatores não deveriam ser assinados. Como muitas críticas que foram feitas nos editoriais, e em alguns artigos que compuseram a revista, resultaram em sansões disciplinares aos redatores, é de se supor que a falta de autoria nesses escritos era uma maneira de evitar que uma grande carga de punições fosse imposta a um só oficial ou grupo de oficiais. Existia uma frequente variação da composição do grupo redator. O general Brasílio Taborda conta que, em várias ocasiões, os companheiros do grupo mantenedor assumiram as autorias dos editoriais, para evitar que colegas que já haviam sido punidos várias vezes o fossem novamente (A DEFESA NACIONAL, out. 1953, p. 13-15).⁹

O editorial do primeiro número de *A Defesa Nacional* deixava claro o tom de crítica

pelo qual seria pautada a revista:

Nós estamos profundamente convencidos de que só se corrige o que se critica; de que criticar é um dever; e de que o progresso é obra de dissidentes. Esta revista foi fundada, por conseguinte, para exercer o direito, que todos temos, de julgar das coisas que nos afetam, segundo o nosso modo de ver, e de darmos a nossa opinião a respeito. Não queremos ser absolutamente, no seio da nossa classe, uma horda de insurretos dispostos a endireitar o mundo a ferro e fogo — mas um bando de Cavaleiros da Ideia, que saiu a campo, armado, não de uma clava, mas de um argumento; não para cruzar ferros, mas para raciocinar; não para contundir, mas para convencer. Não nos move de forma alguma a preocupação tendenciosa de sermos os mentores dos nossos chefes nem dos nossos camaradas; entramos na luta apenas com um pouco de mocidade, um pouco de estudo e a maior boa vontade, e dos nossos chefes e camaradas ambicionamos tão somente ser prestimosos auxiliares e dedicados colaboradores. (A DEFESA NACIONAL, out. 1913, p.3)

Esporadicamente, a Parte Editorial apresentava uma coluna intitulada “Da Província”. Essa coluna era destinada à publicação de relatos de oficiais que serviam no interior do Brasil sobre a situação das guarnições militares. A menção à “província” era proposital, em oposição aos oficiais que serviam na capital. Os informes relatados na coluna davam conta das mazelas e da falta de estrutura que assolavam os quartéis mais distantes da capital do país, e que se encontravam à própria sorte. Também relatavam casos particulares, como abusos de comandantes, ou até mesmo a falta da ação de comando, ou o longo tempo que passavam os oficiais que serviam no interior no mesmo posto, sem serem promovidos. De-

pendendo do conteúdo publicado, a identidade do autor era preservada. Em muitos casos, não eram economizadas palavras para descrever a situação nos corpos de tropa do interior do país. Nascimento (2010, p. 99) aponta que a coluna perdeu força como coluna combativa a partir de 1925 e indica duas possíveis causas para o seu desaparecimento paulatino: por vezes, a imprensa utilizava os dados ali publicados para fazer sensacionalismos em relação ao Exército, e a constante publicação de dados negativos deixava visíveis as situações de indisciplina e desorganização da instituição, o que poderia estimular os desejos combativos de alguns oficiais.

A Parte Jornalística era basicamente composta por artigos técnicos. Trazia traduções de manuais e regulamentos alemães, artigos contendo recomendações a respeito do emprego de armamento e organização e emprego da tropa, e o que existia de mais moderno no mundo sobre técnica e tática militar, principalmente, o que vinha da Europa. Todos esses artigos eram assinados, e percebe-se a grande afluência de artigos de colaboradores, em sua maioria militares, alguns até oficiais de altas patentes. A colaboração por meio da escrita de artigos por oficiais de postos mais elevados contribuiu para a credibilidade alcançada pela revista dentro do Exército. Segundo o marechal Leitão de Carvalho, o interesse em conquistar a alta oficialidade sempre esteve presente, desde os primeiros números da revista (CARVALHO, 1961, p. 177). O próprio chefe do Estado-Maior, em 1913, general Caetano de Faria, escreveu um artigo intitulado *Atualidade Militar* no segundo número da revista, o que se repetiria ao longo do primeiro ano de circulação.

Na parte intitulada Noticiário, eram publicados avisos e notícias de interesse geral dos militares do Exército. Logo a seguir, vinha o Ex-

pediente da revista, com avisos destinados aos assinantes e preços de assinaturas e coleções de manuais militares.

A interlocução dos redatores da revista com a imprensa da Capital Federal também se deu de forma frequente. A intromissão da imprensa nos assuntos militares foi constantemente lembrada nos editoriais da década de 1920, como em fevereiro de 1921, quando jornais tentaram explorar o caso de um soldado que havia sido preso por conta de perseguições movidas pelo seu oficial, e em março de 1921, quando os redatores de *A Defesa Nacional* acusaram a imprensa de fazer campanha contra o serviço militar obrigatório.

A imprensa da capital, por outro lado, mostrava-se atenta àquilo que era escrito nas páginas da revista. Os redatores registraram, em julho de 1926, que os jornais *A Pátria*, *A Noite* e *O Jornal* publicaram trechos da revista e notas abonadoras sobre o trabalho desenvolvido pelos oficiais. Em agosto do mesmo ano, os redatores esclareceram que exemplares gratuitos estavam sendo enviados a Assis Chateaubriand, Pandiá Calógeras, Everardo Backheuser, Miguel Calmon, Oliveira Vianna e Barbosa Lima Sobrinho. Esperava-se, com essa ideia, exteriorizar ainda mais o pensamento militar, já que era imprescindível que a Nação conhecesse o Exército que possuía e que deveria fazer.

Considerações finais

Lessa (1988) descreve muito bem os primeiros anos republicanos a partir da metáfora da entropia. As turbulências causadas pelas divergências dentro do Exército, dividido entre “deodoristas” e “florianistas”, criaram reflexos de instabilidade nos campos político e militar. Apesar dos esforços voltados à implementação de reformas, a instituição do início da Repú-

blica não se mostrava coesa e verdadeiramente profissional. Com o retorno dos civis ao poder político, com Prudente de Moraes, inaugura-se um longo período de abandono do Exército e de distanciamento entre oficiais superiores e subalternos, o que fez crescer, nos anos posteriores, o número de insurreições e agitações militares lideradas pelos oficiais de baixas patentes.

Foi em meio à consolidação das velhas oligarquias no campo político e às instabilidades vivenciadas pelo campo militar que a revista *A Defesa Nacional* foi fundada, com a grande finalidade de dar voz a um grupo de jovens oficiais do Exército, determinados a mudar o velho *habitus* da instituição e lutar pela prevalência de suas ideias modernizantes e profissionalizantes, destinadas, primordialmente, à modificação das estruturas militares da época, mas que acabaram incidindo, mesmo que essa não fosse sua pretensão inicial, nas estruturas sociais e políticas vigentes.

O tom das críticas tecidas pelo grupo de redatores, nos editoriais e artigos do periódico — que fizeram ressaltar aos olhos dos leitores o abandono sofrido pelo Exército, em prol dos privilégios adquiridos pela Guarda Nacional e

pelas polícias estaduais, decorrentes da política oligárquica implantada no Brasil, bem como as mazelas e o atraso industrial e econômico que grassavam o país —, só é possível de ser entendido se for levado em consideração o capital simbólico e cultural que esses agentes detinham. Os Jovens Turcos observavam a Nação e o Exército Brasileiro com os olhos de quem viu uma impactante experiência europeia, durante o estágio no Exército alemão. O parâmetro de referência do grupo para as conclusões a que chegaram, e que expressaram nas páginas da revista, é a nação e o Estado-nação tal como se generalizaram na Europa Ocidental, cuja inspiração maior era a Alemanha. Como aponta Capella (1985, p. 71),

ao confrontarem o modelo com a realidade brasileira, o que surge diante de seus olhos é uma total assimetria, um terrível simulacro onde se desejava uma cópia.

Donos de um nacionalismo exacerbado, não pouparam, em suas falas, superiores hierárquicos, políticos da época e, até mesmo, o governo do país, promovendo grandes embates, utilizando como instrumento de luta a revista. **REB**

Fontes

A DEFESA NACIONAL, Rio de Janeiro, 1913-1921. Mensal.

A DEFESA NACIONAL, Rio de Janeiro, 1922-1929. Bimestral/Trimestral.

A DEFESA NACIONAL, Rio de Janeiro, out. 1948. Trimestral.

A DEFESA NACIONAL, Rio de Janeiro, out. 1953. Trimestral.

Referências

CAPELATO, Maria H.; PRADO, Maria L. **O Bravo Matutino**. São Paulo: Alfa-Romeu, 1980.

_____. **Imprensa e história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. **As malhas de aço no tecido social**: a revista A Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório. 1985. 280p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1985.

CARDOSO, Ciro Flamaron. **Uma introdução à História**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **Memórias de um soldado legalista**. t. I, livros 1 e 2. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961.

CARVALHO, José Murilo. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil republicano**: sociedade e instituições (1889-1930). v. 2. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade**: o Exército e política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

KLINGER, Bertoldo. **Narrativas autobiográficas**. Como fui tenente. v. I, Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1944.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2010.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**. São Paulo: Vértice, 1988.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

McCANN, Frank D. **Soldados da pátria**: história do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)**. 2010. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010.

SCHWENGBER, Clóvis Antônio. **Os cavaleiros da ideia**: o projeto institucional dos Jovens Turcos e a profissionalização do Exército Brasileiro (1913-1918). 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Severino Sombra, Vassouras. 2006.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova História Militar. In: CARDOSO, Ciro Flamaron; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Com o movimento de renovação historiográfica provocado pela primeira geração dos Annales, entre 1920 e 1945, a História Política passou a ser negligenciada, sob a acusação de sua aproximação com a história tradicional e positivista e seu apego ao efêmero. O foco das novas pesquisas históricas deslocava-se, naquele momento, para a análise das estruturas sociais e das mentalidades. A Nova História Política, ressurgida na década de 1970, rompe com os modelos macropolíticos e biográficos de análise e passa a valorizar questões que envolvam o poder a partir de outros prismas, como os micropoderes, os sím-

bolos políticos e as propagandas ideológicas. Na década de 1990, René Remond viria a organizar uma coletânea de textos que se tornou um emblema para a renovação do campo político, intitulada *Por uma história política*.

- ² A alcunha Jovens Turcos era uma alusão pejorativa criada pelos seus opositores, que os comparavam com os jovens oficiais turcos que, a exemplo deles, também haviam estagiado na Alemanha e, ao retornarem à Turquia, participaram das lutas pela modernização e reconstrução daquele país ao lado de Mustafá Kemal, em 1923.
- ³ Ata de fundação de *A Defesa Nacional*, publicada na edição de outubro de 1933 em comemoração aos vinte anos de criação da revista.
- ⁴ É importante compreender que o grupo de oficiais que estagiou no Exército alemão, entre 1910 e 1912, não era o mesmo grupo de oficiais que fundou a revista *A Defesa Nacional*. Nem todos os oficiais que estagiaram na Alemanha foram fundadores da revista. E nem todos os colaboradores da revista haviam estagiado no Exército alemão. Paula Cidade, Brasílio Taborda, Mário Clementino e Cavalcanti de Albuquerque não participaram do estágio na Alemanha, porém aderiram ao projeto de criação da revista no Brasil. Amaro de Azambuja estagiou no período de 1908 a 1910.
- ⁵ Tal denominação explica-se pelo compromisso assumido pelos membros do grupo de contribuírem do próprio bolso para sustentar a revista, caso a venda de assinaturas não cobrisse os gastos de impressão e expedição. Cabe ressaltar que a revista não contava com qualquer tipo de apoio institucional.
- ⁶ Em tradução livre: *Revista Semanal dos Militares*. *A Militär-Wochenblatt* foi fundada em 1816, em Berlim, pelo coronel prussiano Rülhe Von Lilienstern. Com uma tiragem semanal, a revista destinava-se à publicação de decretos oficiais, portarias e notícias do corpo de oficiais do exército prussiano. Com um grande círculo de leitores, o periódico estimulava os oficiais ao estudo da história militar. O foco dos redatores estava no desenvolvimento dos assuntos militares da época. Em 1824, a direção da revista passou às mãos do estado-maior do exército prussiano, tornando-se um órgão oficial deste.
- ⁷ Cf. dados colhidos nas edições de jun. 1915, p. 271; jul. 1918, p. 330; ago. 1918, p. 362. Na edição de julho de 1918, existe uma estatística da distribuição de assinaturas da revista: gratuitas (bibliotecas, jornais e congêneres), 52; civis, 37; oficiais de forças auxiliares, 79; sargentos, 63; aspirantes, 28; alunos-pratas, 90; oficiais reformados, 18; médicos-intendentes, farmacêuticos e veterinários, 39; bibliotecas, 24; tiros de guerra, 14; oficiais da Marinha, 30; generais, 21. Entre os oficiais do Exército, distribuía-se da seguinte maneira: oficiais superiores, 136; capitães, 154 e tenentes, 510.
- ⁸ Foram representantes da revista na década de 1920, entre outros militares, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Mascarenhas de Moraes, Emílio Médici e Orlando Geisel. Participaram do grupo mantenedor, na mesma década, Eurico Dutra, João Batista Magalhães, Humberto Castelo Branco, Mário Travassos, além dos fundadores Bertholdo Klinger, Leitão de Carvalho e Parga Rodrigues. Todos esses militares tiveram destaque, nas décadas seguintes, na história nacional. Também foi constante a participação de oficiais da Marinha como colaboradores da revista, até meados da década de 1920, quando deixam de contribuir sem motivo aparente.
- ⁹ Edição comemorativa de 40 anos da revista.

As operações interagências na faixa de fronteira amazônica Brasil-Bolívia-Peru

Contribuições para a consecução da Estratégia Nacional de Defesa

*Carlos Henrique Leite de Souza**

Introdução

As operações interagências exigem um ambiente de constante cooperação e integração entre os diversos órgãos, sobretudo durante as ações de combate aos crimes transnacionais na faixa de fronteira.

Essa interação ganha maior relevância quando se atua em uma região como a Amazônia brasileira. O ambiente amazônico possui determinadas peculiaridades nos sistemas de comunicações, na rotatividade dos agentes dos órgãos públicos e federais, nos meios de transporte e em outros pontos que impactam de forma considerável as ações de todo o efetivo empregado, aumentando a necessidade de complementaridade de pessoal e de meios entre as instituições empregadas.

Nesse contexto, o emprego da Força Terrestre (F Ter) na referida região ocorre, entre outros, por intermédio de Operações do Ministério da Defesa (MD) ou do próprio Comando Militar da Amazônia (CMA), as quais reforçam a defesa da soberania nacional. Essas ações se constituem em uma resposta ao crime organizado e ratificam a presença do Estado, favorecendo a consecução dos objetivos traçados na Política Nacional de Defesa (PND).

A PND descreve os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), os quais são interpretados como as condições a serem alcançadas e mantidas permanentemente pela nação brasileira no âmbito de defesa (BRASIL, 2016).

O caminho para o alcance dos OND é estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa (END). A END é o documento que orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser implementadas para que os OND sejam alcançados (BRASIL, 2016).

Do acima exposto, o presente trabalho buscou identificar as contribuições que as operações interagências ocorridas na faixa de fronteira Brasil-Bolívia-Peru proporcionam para o alcance das diretrizes estabelecidas na END.

Desenvolvimento

A faixa de fronteira Brasil-Bolívia-Peru

Segundo a Constituição Federal de 1988, a faixa de fronteira compreende 150 quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres e é fundamental para a defesa do território nacional. A faixa de fronteira trata-se de uma área indispensável à segurança nacional e se estende para o inte-

* Maj Inf (AMAN/02 e EsAO/11). O autor é especializado em operações na selva (categoria B) pelo CIGS e comandou a Cia Esp Fron/4º BIS. Atualmente, é aluno do 2º ano da ECEME.

rior do país, a partir da linha divisória terrestre do território (BRASIL, 1980).

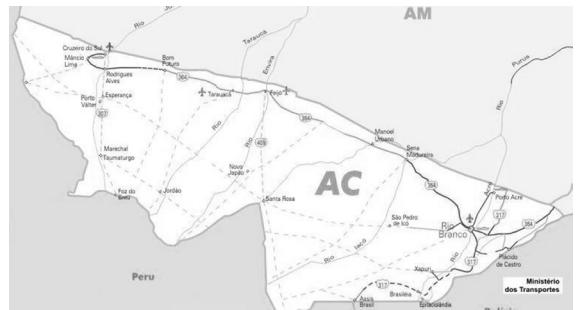
A região da fronteira Brasil-Bolívia-Peru apresenta algumas características que merecem destaque: a disposição dos centros populacionais, a hidrografia, a rede viária e os aspectos sociais.

Segundo a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), essa faixa de fronteira possui como cidades-gêmeas:¹ Brasileia, Epitaciolândia, Assis Brasil, Plácido de Castro e Santa Rosa do Purus. Ressalta-se que a localização do município de Assis Brasil é exatamente na tríplice fronteira, limitando-se a Sul com a cidade peruana de Iñapari e o município boliviano de Bolpebra. Com isso, há alguns núcleos de cidades, de diferentes países e culturas, cujas atividades variam e refletem na região.

Por outro lado, a Hidrografia na área possui como principais rios o Purus e o Acre, ambos navegáveis, apesar de possuírem cursos sinuosos. Os mesmos adentram o território nacional e contribuem, junto com seus afluentes (Acre, Iaco, Chandless), para o movimento populacional através da fronteira (ACRE, 2000).

As principais rodovias da área são a BR-317 e a BR-364. A primeira liga a capital Rio Branco à tríplice fronteira. A BR-364 percorre todo o território acreano e se estende na direção Porto Velho-Cuiabá-São Paulo, penetrando no território nacional. Ressalta-se que a região é dotada de vias secundárias, denominadas “ramais” pelos habitantes locais. Em geral, essas estradas não são pavimentadas e atravessam a linha de fronteira, encontrando normalmente, as rodovias federais ou estaduais em algum ponto. Algumas iniciam às margens dos rios ou dos igarapés.²

O Estado do Acre possui uma população estimada de aproximadamente 817 mil



Mapa 1 – Estradas e rios no Acre

Fonte: Secretaria de Política Nacional de Transportes (2015)

habitantes, sendo sua capital, Rio Branco, a principal cidade em termos de desenvolvimento (BRASIL, 2016).

Menos de 40% da população têm acesso a água tratada, o acesso a rede de esgoto também é bastante restrito, beneficiando apenas 34,8% dos habitantes. A taxa de analfabetismo é de 15,4%, e a taxa de mortalidade infantil é de aproximadamente 28,9 óbitos a cada mil nascidos vivos, refletida na expectativa de vida do acreano, que é de 71 anos. Todos esses fatores são responsáveis pela média do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que, atualmente é de 0,751, fazendo com que o Acre ocupe a 17^a posição no ranking nacional, sendo o penúltimo entre os estados nortistas, à frente apenas de Roraima. (FRANCISCO, 2016)

As informações expostas acima ratificam as dificuldades que a população da tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru vivencia. Tal fato motiva o recrudescimento de atividades ilegais naquela área de atuação.

Nessa direção, Gheller et al (2015) afirmam que, na faixa de fronteira Brasil-Peru-Bolívia, avultam problemas sociais e de segurança pública.

Torna-se necessário que os militares que atuam contra delitos transnacionais conheçam as realidades culturais discrepantes, respeitem as

idiossincrasias étnicas e regionais, a fim de assegurar a plena consecução de seus objetivos militares (VISACRO, 2012). Essa observação é fundamental para o desenvolvimento de atividades de comunicação social no ambiente operacional, angariando maior legitimidade durante as operações.

Assim, a região fronteiriça em questão é propícia para a ocorrência de crimes transnacionais, haja vista as condições socioeconômicas presentes bem como as características fisiográficas apresentadas na área dessa tríplice fronteira, com a presença de eixos fluviais e terrestres que desembocam no território brasileiro e facilitam o trânsito de pessoas e mercadorias através da fronteira. Tudo isso exige uma análise profunda da área de operações durante o planejamento das ações.

As operações interagências na faixa de fronteira Brasil-Bolívia-Peru

O conceito de interagências foi levantado a partir de autores que realizaram estudos sobre a aplicação desse sistema de trabalho em organizações públicas, dos Estados Unidos da América (EUA) e do Reino Unido, ligadas às áreas política, social, ambiental e de segurança e defesa (PAIVA, 2013).

O Manual de Campanha EB20-MC-10-201 (Operações Interagências) cita as operações interagências da seguinte forma:

As Operações caracterizam-se pela interação das Forças Armadas (FA) com outras agências, a fim de conciliar interesses e ordenar esforços na consecução de objetivos comuns, desenvolvendo ações eficientes e eficazes, com uma maior sinergia de ações. As agências, por sua vez, são organizações, instituições ou entidades, governamentais ou não, civis ou militares, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, com participação ativa na prevenção de qual-

quer ameaça, gerenciamento de crises ou solução de conflitos. (BRASIL, 2013)

Segundo esse manual de campanha, as operações interagências se caracterizam pela multifuncionalidade, pela complexidade e pela interdependência, tendo os seguintes princípios: *cooperação, integração, complementaridade, legalidade, adaptabilidade, flexibilidade, elasticidade, modularidade, seletividade, simplicidade, sustentabilidade e unidade de esforços* (BRASIL, 2013). Assim, os comandantes dos escalões da F Ter devem considerar a possibilidade da integração seletiva de agências nas atividades de rotina desenvolvidas por suas organizações militares (OM), nos diversos níveis, visando a operações futuras.

As operações interagências tendem ao sucesso quando há um maior número de órgãos envolvidos e integrados, caracterizando maior complementaridade. Portanto, o intercâmbio deve ser buscado antes, durante e após as operações, a fim de que os laços sejam estreitados, gerando um sentimento de confiança entre os agentes e facilitando as ações de emprego futuras a partir de um esforço sinérgico.

O primeiro diploma legal que regulou o emprego das Forças Armadas (FA) na faixa de fronteira foi a Lei Complementar 97/1999 (BRASIL, 1999), que posteriormente ampliou essa atribuição por meio das Leis Complementares 117/2004 e 136/2010, delegando poder de polícia para atuar contra os ilícitos transfronteiriços e ambientais (LINS, 2015). Nesse sentido, diversas operações ocorrem em um ambiente interagências na região estudada, como as operações Curare, Curaretinga e Ágata.

As ações desenvolvidas nestas operações buscam dar ênfase no controle de trânsito de

material e de pessoas naquela região, haja vista a prática de ilícitos transnacionais.

Além disso, as atividades englobam também a realização de ações cívico-sociais (ACISOS), visando atender a vertente “Mão Amiga”. Para tanto, diversos órgãos estaduais e municipais são envolvidos nestes episódios. Observa-se nestas ocasiões o

apoio à população local junto com atividade de inteligência, contribuindo para o aumento da percepção pública da presença do Estado brasileiro como provedor de proteção e assistência aos habitantes da área e não simplesmente na repressão de ilícitos.

Isto é, essas atividades são fundamentais para estreitar os laços das agências envolvidas com a população, promovendo o aumento da credibilidade destas instituições junto aos moradores e permitindo a coleta de dados nas diversas cidades. Cabe ressaltar que esta confiança é condição *sine qua non* para o sucesso das ações das FA e dos demais órgãos na faixa de fronteira.

Na vertente “Braço Forte”, verifica-se que a realização de ações repressivas na faixa de fronteira prejudica a entrada de produtos e pessoas que sirvam como propulsores para a prática de atividades ilegais no território nacional, gerando prejuízos ao tráfico ilegal de armas e de drogas e dificultando a ocorrência de crimes ambientais.

Nesse contexto, a Operação Ágata traduz bem o emprego do EB na faixa de fronteira amazônica em conjunto com outras agências. As ações ocorrem sob a coordenação do Ministério da Defesa. Além da Defesa, a Ágata envolve a participação de 12 ministérios e 20 agências governamentais (BRASIL, 2017a) e

[...] tem como um de seus objetivos intensificar a presença do Estado brasileiro junto à faixa de fronteira, contribuindo para o combate e a redução de ilícitos como contrabando, tráfico de drogas, de pessoas, de armas e munições, exploração sexual, evasão de divisas, crimes ambientais, roubo de veículos, garimpo ilegal, entre outros. (BRASIL, 2015)

Com isso, a Operação Ágata expõe a integração entre diversas instituições na região da tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru, como: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Receita Federal, Instituto Chico Mendes de Biologia, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Fundação Nacional do Índio, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Força Nacional de Segurança, Corpo de Bombeiros Militares, entre outras.

Dessa forma, os resultados de operações desse tipo são tangíveis e intangíveis, pois permitem a apreensão de contrabando e descaminho bem como proporcionam grande interação com a sociedade da faixa de fronteira, resultando no apoio popular às ações das forças legais, e o intercâmbio entre estes mesmos órgãos. Ademais, as operações demonstram à população local o elevado grau de preocupação do Estado brasileiro com a integridade da Amazônia, fomentando a valorização das riquezas ali presentes, o que amplia o envolvimento social nos assuntos de defesa.

A Estratégia Nacional de Defesa (END)

O Estado, como provedor da segurança da população brasileira, é o responsável por coordenar as ações relacionadas à Defesa Nacional, que tem como documento de mais alto nível a Política Nacional de Defesa – PND, a qual estabelece os Objetivos

Nacionais de Defesa – OND, que devem ser permanentemente perseguidos pela Nação. (BRASIL, 2016)

A END é o instrumento que orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser implementadas para o alcance dos OND (BRASIL, 2016). Para tanto, é importante ressaltar que a minuta da END 2016 estabelece Capacidades Nacionais de Defesa,³ dentre as quais: *proteção, dissuasão, pronta resposta, coordenação e controle, gestão da informação, mobilidade estratégica e mobilização*.

Dentro do contexto das operações interagências ocorridas na faixa de fronteira em pauta, destacam-se as capacidades de proteção, dissuasão e pronta reposta, cujos conceitos são definidos na própria END. A capacidade de proteção do território e da população brasileira exprime o mais relevante objetivo nacional, o de garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial (BRASIL, 2016).

Reforçar a Capacidade de Proteção requer a adequação dos meios e métodos de vigilância sobre o território nacional, nas diversas áreas de interesse, inclusive na fronteira. Exige, adicionalmente, a eficiência do comando e controle, de forma a alertar órgãos competentes para cada situação, com vistas à atuação coordenada interagências. (BRASIL, 2016)

Segundo essa minuta (BRASIL, 2016), a capacidade de dissuasão configura-se como fator essencial para a Segurança Nacional, na medida em que tem como propósito desestimular possíveis agressões, evitando ações hostis contra a soberania e os legítimos interesses do Brasil.

A capacidade de pronta resposta visa prevenir o agravamento de uma situação de crise ou encerrar, de forma célere, uma contenda já deflagrada, evitando o engajamento do país em um conflito armado prolongado (BRASIL, 2016).

Dessa forma, observa-se que a END percebe a necessidade de o país proteger seu território e sua população; de dissuadir atores que apresentem ameaças aos interesses nacionais e de agir com eficácia em face de eventuais conflitos, garantindo a própria soberania. Para tanto, a END prevê que a F Ter deve estar em adequado estado de prontidão, estruturada e preparada para o cumprimento de missões operacionais terrestres, conjuntas e interagências, além de enfatizar a estratégia da presença,⁴ sobretudo na Amazônia.

Ademais, decorrente da estratégia da presença, o documento expõe que o Exército atuará de forma episódica e pontual em operações de garantia da lei e da ordem (GLO) e colaborará com os órgãos de segurança pública (OSP) nas ações contra ilícitos transnacionais perpetrados na faixa de fronteira (BRASIL, 2016).

Assim, fica evidente a preocupação da END com o emprego da F Ter em toda a faixa de fronteira, com ênfase na região amazônica. Observa-se a necessidade de capacidades que permitam o cumprimento das atribuições previstas na constituição e o desenvolvimento de atividades subsidiárias, tudo isso em um ambiente interagências de colaboração, contribuindo para a garantia da autonomia do Estado brasileiro ao combater os crimes transfronteiriços.

Para tanto, o Brasil orienta suas iniciativas na área de defesa no seu nível mais amplo, segundo as Estratégias de Defesa, diretamente alinhadas aos OND estabelecidos na PND (BRASIL, 2016).

A Minuta da END/2016 expõe ainda que, a cada estratégia de defesa, são incorporadas ações estratégicas de defesa (AED), que visam orientar as medidas que deverão ser implementadas no sentido da consecução dos OND, dentre os quais podem-se destacar: garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa nacional e assegurar a capacidade de defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas.

É notório o alinhamento entre as AED e os OND. Observa-se que as atividades na fronteira em um contexto interagências estão alicerçadas, principalmente, nas estratégias de fortalecimento da capacidade de dissuasão, de dimensionamento do Setor de Defesa, de incremento da presença do Estado em todas as regiões do país e de contribuição para a atuação dos órgãos federais, estaduais e municipais. Dessa forma, é possível verificar operações AED para desencorajar prováveis agressões, demonstrar capacidade de contrapor-se à concentração de forças hostis nas proximidades das fronteiras e desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o território brasileiro. Destacam-se ainda as AED 17 e 18, que descrevem, respectivamente, a respeito do incremento das capacidades das FA para atuar em operações interagências e para contribuir na prevenção e no enfrentamento das redes criminosas transnacionais.

Assim, a END atribui grande importância às ações na fronteira por intermédio de atividades preventivas, repressivas e subsidiárias, com vistas à manutenção da integridade territorial, da integração e da soberania nacional.

Nesse sentido, verifica-se que a END abrange principalmente a expressão militar.

A referida estratégia enfatiza requisitos e ações essenciais para que a F Ter esteja habilitada a cumprir suas missões. Para tanto, a END ressalta a necessidade do emprego integrado entre agências, a fim de que as ações estratégicas de defesa obtenham sucesso, com priorização das estratégias da Presença e da Dissuasão na região amazônica, haja vista as características de nossas fronteiras e os desafios impostos pelo mundo globalizado, como o livre trânsito de pessoas e materiais entre países.

Conclusão

A faixa de fronteira Brasil-Bolívia-Peru mostra-se, na conjuntura atual, vulnerável à ação de pessoas e organizações criminosas dispostas a cometer ilícitos transfronteiriços. Tais atividades são facilitadas pelas idiossincrasias políticas e socioeconômicas da região, o que exige a adoção de medidas preventivas e repressivas, de forma integrada, dos órgãos responsáveis pela segurança das fronteiras brasileiras naquela área. Portanto, cabe aos responsáveis pelas ações uma minuciosa avaliação do ambiente operacional, a fim de entenderem as dimensões humana, informacional e física presentes naquela faixa de fronteira, facilitando o desencadeamento das diversas missões e minimizando a porosidade da fronteira.

Constata-se ainda que há obstáculos a serem vencidos. Para tal superação, as agências devem incrementar intercâmbios e o autoconhecimento, buscando a complementaridade entre elas. Há que se melhorar o planejamento conjunto das ações e a comunicação antes e depois das ações propriamente ditas, a fim de criar vínculos entre os integrantes das agências, aumentando a con-

fiança nas relações institucionais. A contínua realização de simpósios, visitas e a troca de experiências com antecedência às ações permitem a aproximação entre as agências e tendem a render melhores resultados.

Sabe-se que as ações ilícitas praticadas atualmente na fronteira estudada são altamente lucrativas e geram reflexos na Segurança Nacional, já que produtos como drogas, armamentos e descaminhos adentram o território brasileiro por vias terrestres (ramais e rodovias), fluviais (rios e igarapés) e aéreas em direção aos grandes centros urbanos, recrudescendo a criminalidade nestas regiões.

Para coibir as atividades ilegais e reforçar a segurança, as operações na faixa de fronteira aumentam a presença de tropas na região e alinharam o nível tático e operacional com as AED estabelecidas na END. Portanto, o emprego interagências nessa fronteira atende ao estabelecido na END e facilita a estabilidade do país e a autonomia do Estado brasileiro, haja vista os resultados das ações desencadeadas.

Conclui-se que as operações interagências na área fronteiriça Brasil-Bolívia-Peru são legais, legítimas e contribuem para a consecução da END, pois promovem visibilidade às AED; desenvolvem a mentalidade de defesa da sociedade local; aumentam a percepção da sociedade sobre a relevância de nossas riquezas e da proteção que devemos dispensar à região amazônica; evidenciam a adoção das estratégias da presença e da dissuasão; promovem a interação e a cooperação entre os diversos órgãos responsáveis pelas correspondentes áreas de segurança e mitigam a prática de crimes transnacionais, favorecendo a integridade do território.

Por fim, as operações interagências são fundamentais para o sucesso no combate aos crimes na faixa de fronteira amazônica estudada e precisam de um trabalho integrado, envolvendo prontidão, informação, inteligência e comunicação social, tornando as ações cada vez mais eficazes para a manutenção da soberania nacional e estreitando as relações entre F Ter-sociedade-agências. **REB**

Referências

ACRE, Governo do Estado. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre**. Zoneamento ecológico-econômico: recursos naturais e meio ambiente. Documento final. SECTMA. Rio Branco, AC. 2000.

BRASIL. Governo Federal. Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980. **Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira**. Brasília, DF. 26 de agosto de 1980.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa MD 51-M-04**. Brasília, DF. Portaria Normativa N. 113/SPEAI/MD, de 1º de fevereiro de 2007.

_____. **Minuta da Política Nacional de Defesa/ Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF. 29 de setembro de 2016.

_____. **Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas**. Disponível em <www.defesa.gov.br/forcas-armadas/estado-maior-conjunto>. Acesso em 13 de maio de 2017a.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Operações em Ambiente Interagências.** Manual de Campanha, EB.20-MC.10.201. Brasília, DF. Aprovado pela portaria N. 02-EME, de 31 de janeiro. 2013.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando Militar da Amazônia. 17^a Brigada de Infantaria de Selva. **Relatório Final Operação ÁGATA.** Porto Velho-RO. 2015.

BRASIL. Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. **Faixa de Fronteira.** Disponível em <[//cdif.blogspot.com.br/](http://cdif.blogspot.com.br/)>. Acesso em 2 de maio de 2017b.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueria e. **População do Acre.** Brasil Escola. Disponível em <[//brasilescola.uol.com.br/brasil/aspecto-populacao-acre.htm](http://brasilescola.uol.com.br/brasil/aspecto-populacao-acre.htm)>. Acesso em 8 de maio de 2017.

GHELLER, Gilberto Fernando, GONZALES, Selma Lúcia de Moura, MELLO, Laerte Peotta de. **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil.** IPEA, NEP. Brasília, DF. 2015.

LINS, Nilton Fabiano Velozo. **A Colaboração Interagências nas Operações de Intensificação da Presença na Faixa de Fronteira no combate aos ilícitos transnacionais.** ECEME. Rio de Janeiro, RJ. 2015.

PAIVA, Marcelo de. **A Atividade de Inteligência em Ambiente Interagências no Combate aos Delitos Transnacionais na Fronteira Brasil-Colômbia.** Dissertação de Mestrado. ECEME. Rio de Janeiro, RJ. 2013.

VISACRO, Alessandro. **Inteligência cultural - assunto impositivo na formação do militar moderno e fundamental no estudo de situação: uma abordagem da temática indígena na Amazônia.** Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares, N. 25. BIBLIEX. Rio de Janeiro, RJ. 1º quadrimestre de 2012.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ As cidades-gêmeas são aquelas em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho (CDIF, 2015).

² Termo indígena, de origem tupi, que significa “caminho de canoa”. Por ser um canal estreito e pouco profundo, somente canoas e barcos pequenos podem navegar por ele (BRITANNICA ESCOLA, disponível em <[//escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/igarap%C3%A9/483295](http://escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/igarap%C3%A9/483295)>, acesso em 18 Abr 2017).

³ Capacidades implementadas por intermédio da participação coordenada e sinérgica de órgãos governamentais e, quando pertinente, de entes privados orientados para a defesa e para a segurança em seu sentido mais amplo (BRASIL, 2016).

⁴ Caracteriza-se pela presença militar no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias (BRASIL, 2007).

Os desafios da Força de Intervenção Federal diante da incapacidade de governança na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro

*Luiz Augusto Fontes Rebelo**

Introdução

A Segurança Pública é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

Ela, enquanto atividade desenvolvida pelo Estado, é responsável por empreender ações de repressão e oferecer estímulos ativos para que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e ter lazer, protegendo-os dos riscos a que estão expostos.

A falência do poder público do estado do Rio de Janeiro e consequente fortalecimento do crime organizado é um processo que se agravou nos anos 80 com a restrição da polícia entrar nas “favelas” durante o governo de Leonel Brizola (1983-1987), político com viés populista. Brizola procurou incorporar princípios de direitos humanos à segurança pública. Além disso, extinguiu a Secretaria de Segurança Pública, impedindo interferências de representantes das

Forças Armadas nos assuntos internos do estado, uma vez que esta secretaria deveria ser comandada por um general do Exército. (RIBEIRO, 2015; HOLLANDA, 2005)

Lima (2001) descreve detalhadamente o começo desse domínio, quando, no final da década de 70, os presos subversivos (guerrilheiros) são colocados juntos com os presos comuns, também enquadrados na Lei de Segurança Nacional, visando desprestigiar os primeiros. Nessa oportunidade, os presos comuns aprenderam técnicas de guerrilha e fundaram o Comando Vermelho (CV), organização criminosa (ORCRIM) que dominaria a maioria das favelas da cidade do Rio de Janeiro durante as décadas que se seguiram.

Nas décadas de 80 e 90, apareceram concorrentes ao CV, particularmente as facções alinhadas de “Terceiro Comando” e “Amigos dos Amigos”. Todavia, essas concorrentes funcionavam nos mesmos moldes da primeira, com base na coerção dos moradores para o domínio das favelas.

Já o surgimento das milícias remonta sua existência à década de 1950. Nesse período,

* Maj Art (AMAN/99, EsAO/07, ECUME/17). Foi comandante de subunidade de pronto emprego na Operação Cimento Social (2008) e oficial de inteligência do 8º GAC Pqdt na Operação Arcanjo (2010). Atualmente, é adjunto da Seção de Coordenação Doutrinária/EsAO.

houve o protagonismo de Tenório Cavalcanti, alcunhado de o “Homem da Capa Preta” ou o “Rei da Baixada”. Nesse período, houve um grande fluxo de migrações internas em direção ao Rio de Janeiro, e muitas pessoas, em busca de terra e trabalho, estabeleceram-se na Baixada. Em função disso, houve uma intensa disputa por terras, e Cavalcanti começa a agir como grileiro, sendo o fundador da “lógica de violência” na região, por fazer parte de um grupo de extermínio, composto por pistoleiros e policiais. Assim, o legado do “Homem da Capa Preta” está relacionado com o surgimento das milícias nas cidades da Baixada (ALVES, 2003).

Outro caso mais recente é o da favela do Rio das Pedras, no bairro de Jacarepaguá, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Lá, comerciantes locais se organizavam para pagar a policiais para que não permitissem que a comunidade fosse tomada por traficantes ou outros tipos de criminosos. Somente em 2005, a ação das milícias começou a ser relatada na imprensa nacional, sendo compostas, na sua maioria, por policiais, ex-policiais e bombeiros.

Em dezembro de 2008, a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) foi lançada como um ousado programa de Segurança Pública pelo governo do estado, buscando acabar com o vácuo deixado pelo poder público nas comunidades carentes. A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), particularmente no comando do general Heleno, quando se deu início a uma ofensiva nos redutos de Cité Soleil, em 2005, e, posteriormente Cité Militaire, em 2007, serviu como um laboratório para a política de UPP no Brasil. O conceito de ocupação permanente de Pontos Fortes — enclaves localizados no coração da área considerada mais perigosa e de onde as operações de

pacificação partiram para ampliar o perímetro de segurança — corroborou para a criação das UPP. A finalidade do programa era instituir polícias cunitárias em favelas, principalmente na capital do estado, como forma de desarticular as quadrilhas que antes controlavam esses territórios como estados paralelos. A primeira UPP foi implantada no Morro Santa Marta, no bairro de Botafogo, na Zona Sul carioca. Desde então, o governo estadual fluminense promoveu a instalação de mais 38 UPP, sendo que somente uma foi criada fora do município do Rio de Janeiro, na comunidade de Mangueirinha, em Duque de Caxias.

A seguir, serão analisados os desafios da Força de Intervenção diante da incapacidade de governança na área de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro.

Desenvolvimento

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu artigo 144, elenca os órgãos responsáveis pela segurança pública no país:

Artigo 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988)

Tais instituições, responsáveis por essa atividade, atuam no sentido de inibir, neutralizar ou reprimir a prática de atos socialmente reprováveis, assegurando a proteção da coletividade e, por extensão, de bens e serviços.

Neste mister, é importante observar que o rol taxativo do artigo 144 não contempla as Forças Armadas (FA) como instituição provedora de segurança pública.

O poder executivo estadual, geralmente por meio da sua Secretaria de Segurança, planeja, coordena e controla as capacidades das polícias Civis e Militares e do Corpo de Bombeiro Militar dentro de seu estado.

Com a escalada da violência e aumento da mortalidade de policiais, particularmente na capital do estado, o governador do estado passou a requerer, com mais frequência, junto ao presidente da República a participação das FA em operações de garantia da lei e da ordem (GLO).

As atribuições constitucionais das Forças Armadas e o aumento da sua participação nas operações de GLO

Art 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988)

Conforme estabelece o excelso professor de Direito Constitucional José Afonso da Silva:

(...) as FA constituem, assim, elemento fundamental da organização coercitiva a serviço do Direito e da Paz Social. Nelas repousa a afirmação da ordem na órbita interna e do prestígio estatal na sociedade das nações. São, portanto, os garantidores materiais da subsistência do Estado e da perfeita realização de seus fins. Em função da cons-

ciência que tenham da sua missão, está a tranquilidade interna pela estabilidade das instituições (...) (SILVA, 2017)

De acordo com o mesmo autor, a CF/88 estabelece que as FA devem defender o país contra as agressões estrangeiras em caso de guerra externa, mas também as instituições democráticas, visando à garantia dos poderes constitucionais emanantes do povo. Assim, as funções precípuas da instituição são, pois, a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem.

Em se tratando de operações de GLO, tais operações devem ser realizadas exclusivamente por ordem expressa do presidente da República, conforme prescreve o artigo 2º do Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001. Ademais, ocorrem apenas nos casos de esgotamento das forças tradicionais de segurança pública e em situações de grave perturbação da ordem pública, como cita o artigo 3º do mesmo Decreto (BRASIL, 2001).

Neste contexto, a GLO é uma operação militar, em situação de não guerra, conduzida pelas FA de forma episódica, em que os militares agem em uma área restrita e por tempo determinado. A Marinha, o Exército e a Aeronáutica poderão ser empregados de forma conjunta ou singular nestas operações, sob coordenação do Ministério da Defesa (MD).

Nas últimas décadas, as FA vêm sendo empregadas, recorrentemente, neste tipo de operação na cidade do Rio de Janeiro. Em 1992, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), o estado recebeu ajuda federal com o emprego do Exército Brasileiro, colaborando para o aumento da percepção de segurança no município durante todo o evento. Houve, na



Figura 1 – Blindados durante a ECO-92
Fonte: reprodução/TV Globo (1992)

oportunidade, uma sensível redução dos níveis de criminalidade, em algumas regiões da cidade, de acordo com dados do Instituto de Segurança Pública (ISP).

Na última década, o estado fluminense vem sofrendo um sistemático processo de agravamento da falta de governança em setores estratégicos, como: fiscal, educação, saúde e principalmente de segurança, em função de escândalos sucessivos de corrupção, enriquecimento ilícito, compra de votos e má gestão da coisa pública. O resultado disso foi a prisão de ex-chefes do poder Executivo, como Anthony Garotinho (1999-2002), Rosinha Garotinho (2003-2007) e Sérgio Cabral (2007-2014), nos dias de hoje. Além deles, o presidente da Assembleia Legislativa, Jorge Picciani, Eduardo Cunha, ex-deputado federal, e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado também foram presos por envolvimento em ilícitudes.

Com o aumento da insegurança pública e a ocorrência de grandes eventos na cidade, as FA foram requeridas pelo governador em função da incapacidade dos órgãos de segurança estadual de exercerem com efetividade a sua atribuição legal. Merecem destaque as operações reali-

zadas no Complexo do Alemão (2010) e da Maré (Operação São Francisco, 2014-2015). Além disso, não se pode olvidar, o emprego maciço das FA nos Grandes Eventos, tais como a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro (Rio+20), em 2012; Copa das Confederações (2013); Jornada Mundial da Juventude (2013); Copa do Mundo (2014); e, finalmente, Jogos Olímpicos (2016).

A frequência no uso das FA em ações de segurança pública foi adjetivada pelo comandante do Exército, general Villas Bôas, em audiência no Senado Federal, em 2017, como “desgastante, perigosa e inócuas”. O alerta foi dado pela contumaz solicitação do emprego de militares como policiais pelos governos estaduais.

O grau de confiança e credibilidade das FA pela população carioca como fator de sua legitimação na tentativa de administrar a segurança pública fluminense

Pelo menos sete em cada dez moradores da cidade do Rio de Janeiro desejam sair da cidade por causa da violência, segundo pesquisa do Instituto Datafolha em 2017.

Outro ponto registrado no levantamento do Datafolha está a morte de policiais militares



Figura 2 – Ação das FA durante os Jogos Olímpicos
Fonte: Folha/UOL (2018)

(PM): somente no ano de 2017, foram registrados mais de cem assassinatos desses agentes no estado do Rio.

A sensação de desconfiança contra os policiais militares também foi apontada na pesquisa. O cidadão carioca tem mais medo (67%) do que confia (31%) nos agentes. Todavia, em relação à Policia Civil e ao Batalhão de Operações Especiais (BOPE) — unidade de elite da PM —, o cenário é diferente. A maioria mais confia do que desconfia dos agentes.

A decadência das UPP fez aumentar a insegurança e os tiroteios. Em 2011, foram 13 casos em áreas de UPP. Em 2016, foram mais de 1.500. Ademais, o envolvimento de agentes de segurança pública em milícias corrobora para o aumento do grau de desconfiança dos cidadãos fluminenses.

Com base nesses dados, pode-se perceber uma relação de incertezas entre a população e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Tal fato tem reflexos diretos na percepção da segurança da população, uma vez que é essa instituição a responsável pelo policiamento ostensivo do estado.

Por outro lado, as FA são a instituição em que a população deposita mais confiança em todo país e no estado fluminense. De acordo com o IBOPE, 90% dos cariocas reconhecem a importância do Exército na redução da violência em 2017.

As motivações de a população fluminense confiar nas FA decorrem dos seus valores, ética e tradição, além de a instituição estar sempre em prontidão para servir à sociedade. Essa confiança e credibilidade, indicadas em

sucessivas pesquisas, elaboradas por diversos institutos de pesquisa, legitimam o empreendimento militar para a busca da paz social do Rio de Janeiro.

O instituto excepcional da intervenção federal e os atores sociais

A intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro é a primeira sob a regência da CF/88. Ela decorreu da incapacidade do governador do estado em afirmar que não estava preparado para enfrentar o recrudescimento da crise no setor.

Por meio do decreto Nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, as polícias Civil e Militar, os bombeiros e o sistema prisional do estado passam a ficar sob o controle operativo do interventor, general de exército Walter Souza Braga Netto, atual comandante Militar do Leste, como meios para pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública no estado.

O prazo de duração da intervenção tem a previsão de término em até 31 de dezembro de 2018. Compõe a nova cúpula de segurança pública do Rio de Janeiro o general de divisão Mauro Sinott Lopes (Chefe¹ do Gabinete da Intervenção) e o general de divisão Richard Fernandes Nunes (Secretário de Segurança Pública do Estado).

Em função da decretação do instituto da intervenção federal, atores sociais — tais como agentes políticos; servidores civis; organizações não governamentais (ONG); entidades de classe (Ordem dos Advogados do Brasil, por exemplo); movimentos sociais; mídias formais e sociais — se organizam para aumentar a atmosfera de incertezas, pressionando as ações do interventor

¹ N. da R.: O Gen Sinott deixou a chefia do Gabinete de Intervenção, em junho último, para assumir o comando da 3^a Divisão de Exército, em Santa Maria-RS. Seu substituto é o Gen Div Paulo Roberto Oliveira.



Figura 3 – Arrastão na orla por ocasião do Carnaval de 2018
Fonte: Luís Calderini /Seropédica online (2018)

e seu *staff*. Tais *players* são movidos pela polarização ideológica e pela fantasia da tomada de poder pelos militares, restringindo a liberdade de ação da cúpula da Força de Intervenção.

É difícil resolver os problemas de mais de três décadas na segurança pública fluminense no prazo preconizado pelo decreto. Contudo, medidas estruturantes poderão ser iniciadas, visando reestruturar os órgãos de segurança pública (OSP), repercutindo diretamente na percepção de segurança da população fluminense.

Os desafios da Força de Intervenção Federal para a melhoria da percepção de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro

A sensação de insegurança por que passa a população do Estado do Rio de Janeiro é decorrente de vários fatores de extrema complexidade, sendo que muitos deles se tornaram crônicos. O objetivo do trabalho não é diagnosticar toda a gama de problemas que levaram ao recrudescimento da violência do estado, mas levantar os que mais colaboraram para atingir esse fim. É importante frisar que o estado do Rio de Janeiro não é o único ente federativo que sofre com a onda de violência que assola o país, e a sua

capital nem está entre as trinta cidades mais violentas do Brasil, conforme a **Tabela 1**. Todavia, as ações das ORCRIM reverberam de maneira hiperbólica pela mídia em função da importância turística do estado, da representatividade política e econômica, influenciando sobremaneira a opinião pública brasileira.

O estado vem passando por profunda crise financeira nos últimos anos, agravada em 2014, com a queda nos preços do petróleo, importante fonte de receita do estado. O cenário de agravio fiscal tem castigado o funcionalismo público, não sendo diferente para os OSP. A escassez de recursos acaba, assim, prejudicando a aquisição de materiais de emprego policial, como viaturas, armas e equipamentos de proteção. Além disso, o atraso do pagamento de gratificações (Regime Adicional de Serviço – RAS) afeta a renda familiar do PM, repercutindo no seu moral. Esse quadro reflete em um menor número de agentes nas ruas, capazes de realizar o patrulhamento ostensivo nas regiões que abrangem as machas criminais.

Neste contexto, ocorreu, também, a deterioração das UPP. Um estudo realizado pela PMERJ constatou que, entre 2011 a 2016, os confrontos em áreas com UPP, como o Complexo do Alemão, aumentaram 13.746%, passando de 13, em 2011, quando havia 18 UPP, para 1.555 em 2016. Esse mesmo documento também contempla um baixo índice de efetividade dos policiais militares. Dos 672 confrontos registrados no primeiro semestre de 2016, em áreas de UPP, em apenas 6% houve apreensão de armas (contra 46% dos batalhões tradicionais). Para agravar ainda mais a situação, em 2017, o secretário de Segurança Pública decidiu realocar 3.000 policiais das unidades pacificadoras para o patrulhamento nas vias públicas, com base em

	UF	Município	População	Número de homicídios	Taxa de homicídios
1	PA	Altamira	108.382	114	105,2
2	BA	Lauro de Freitas	191.436	177	92,5
3	SE	Nossa Senhora do Socorro	177.344	159	89,7
4	MA	São José de Ribamar	174.267	159	91,2
5	BA	Simões Filho	133.202	112	84,1
6	CE	Maracanaú	221.504	172	77,7
7	BA	Teixeira de Freitas	157.804	114	72,2
8	PR	Piraquara	104.481	83	79,4
9	BA	Porto Seguro	145.431	123	84,6
10	PE	Cabo de Santo Agostinho	200.546	147	73,3
11	PA	Marabá	262.085	201	76,7
12	RS	Alvorada	206.561	162	78,4
13	CE	Fortaleza	2.591.188	1729	66,7
14	BA	Barreiras	153.918	1	0,6
15	BA	Camaçari	286.919	207	72,1
16	PA	Marituba	122.916	94	76,5
17	PR	Almirante Tamandaré	122.870	72	63,8
18	BA	Alagoinhas	154.495	103	66,7
19	BA	Eunápolis	113.191	66	58,3
20	GO	Novo Gama	106.677	79	74,1
21	GO	Luziânia	194.039	143	73,7
22	PM	Santa Rita	134.940	100	74,1
23	MA	São Luís	1.073.893	758	70,6
24	GO	Senador Canedo	100.367	74	73,7
25	PA	Ananindeua	505.404	352	69,6
26	GO	Trindade	117.454	82	69,8
27	CE	Caucaia	353.932	209	59,1
28	PE	Igarassu	112.463	60	53,4
29	ES	Serra	485.376	315	64,9
30	BA	Feira de Santana	617.528	218	35,3

Tabela 1 – Os 30 municípios mais violentos em 2015, com população superior a 100 mil habitantes, segundo a soma das taxas de homicídios
Fonte: Atlas da Violência IPEA e FBSP (2017)

um estudo interno. A maioria desses policiais movimentados reforçou os batalhões em áreas que concentram os maiores índices de criminalidade. Assim, o processo de enfraquecimento do programa de UPP corroborou para o incremento da violência no estado.

A corrupção na Polícia Militar expõe a ligação de membros da instituição com as ORCRIM. Números do Grupo de Atuação Especial do Combate ao Crime Organizado (GAECO), do Ministério Público, revelam que, depois dos traficantes, PM e ex-policiais são os mais denunciados no Rio. A Operação Calabar, realizada em junho de 2017, externou esse fato com a denúncia de 96 policiais militares e 70 criminosos por integrarem um esquema de corrupção (milícia), em São Gonçalo, região metropolitana do estado.

Ainda nesse sentido, os constantes vazamentos das operações integradas com as FA pelos agentes policiais refletiram nos baixos indicadores de apreensões e prisões realizadas antes da Intervenção Federal. Para exemplificar, em 2017, uma operação para coibir o roubo de cargas e veículos, que mobilizou 3.400 militares, no Complexo do Lins, prendeu apenas 24 pessoas, 10kg de maconha, além de cocaína e crack, em quantidade não divulgada. Muito pouco, em função do vulto da operação, mas seu insatisfatório resultado foi decorrente da corrupção policial. Assim, a conduta indevida de uma parcela da corporação corrobora para a escalada da crise no setor de segurança pública no estado.

Outro motivo é o fortalecimento das facções criminosas. As disputas por territórios nas favelas e periferias entre as ORCRIM “tradicionalis” e as milícias têm sido constantes no estado. Conscientes da crise do estado e da “desgovernança” do setor de segurança pública, os chefes das facções organizam suas ações delituosas de uma maneira mais agressiva a fim de expandir o seu negócio, incrementando o medo na população fluminense.

Nesta conjuntura de aguda crise econômica do país e do estado, a falta de oportunidade para os jovens nas comunidades, a redução dos postos de trabalho formais, a educação pública decadente e a crescente desigualdade social contribuíram para o fortalecimento dessas quadrilhas. Dessa maneira, jovens pobres nas favelas vêm sendo atraídos pelos benefícios “sedutores” do tráfico, buscando reconhecimento, valorização e espírito de pertencimento.



Figura 4 – Facção criminosa na laje de uma favela
Fonte: Jornal Cruzeiro do Vale (2018)

O papel controverso desempenhado pelas entidades de Direitos Humanos na defesa da marginalidade é outro grave problema que afeta a segurança pública no Rio de Janeiro. As suas reivindicações, embebidas por um viés de cunho ideológico neomarxista, defendem explicitamente o desarmamento da PM e o esgarçamento dos direitos individuais dos criminosos. A narrativa incessantemente pregada de que o bandido é vítima da sociedade capitalista dificulta e pressiona o trabalho dos agentes que exercem o poder coercitivo do estado, refletindo nos indicadores de credibilidade, levantados pelos institutos de pesquisa.

A superlotação no sistema penitenciário é outro ponto crítico que afeta a segurança pública fluminense. Um levantamento da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, com base nos dados fornecidos pela Secretaria de Estadual de Administração Penitenciária (SEAP), evidencia que os presídios do estado possuem uma ocupação maior do que a capacidade. São 51.511 presos para 28.688 mil vagas. Dos 45 presídios existentes, 33 operam acima das possibilidades. Tal fato colabora para a entrada de armas, ce-

lulares e drogas nas celas bem como permite o comando e controle dos chefes do narcotráfico e roubo de cargas, recrudescendo a violência nas cidades do estado.

Conclusão

A intervenção federal em curso no Rio de Janeiro no setor da segurança pública é uma resposta extrema do Governo Federal para mitigar a escalada da violência no estado.

Apesar de o prazo da intervenção ser exíguo, a população fluminense, assombrada pela desordem social e estado falimentar dos serviços essenciais do estado, deposita na Força de Intervenção a esperança de dias melhores.

Nesse contexto, em face de um ambiente de grandes incertezas, em que atores paraestatais atuam livremente desafiando o poder público nas câmeras televisivas e em áudios, o interventor e seu gabinete buscam soluções concretas e efetivas, visando trazer de volta a alegria e o otimismo do povo carioca.

A reestruturação da PM e o esforço de inteligência são fundamentais para enfraquecer as ações delituosas das ORCRIM e milícias. Além disso, o saneamento de agentes corruptos garantirá maior eficácia nas operações policiais.

Outro ponto importante é a realização da reestruturação das UPP. Tal necessidade já havia sido cogitada pelo antigo comandante-geral da PMERJ Cel Wolney Dias, em 2017, sendo ratificada a aspiração pelo interventor. Com isso, em tempos de escassez de recursos, poderá ser dada a prioridade para as comunidades que realmente necessitem se beneficiar do programa, buscando promover a paz e a presença do estado.

A transparência, o diálogo, a imparcialidade, a responsabilidade, o compromisso com

a legalidade e a maior integração com as comunidades e as entidades não estatais são aspectos fundamentais para se buscar conquistar corações e mentes dentro do terreno humano. Com essas ferramentas, pode-se, aos poucos, criar a base para a aproximação dos OSP com os moradores da periferia, a fim de se criar uma parceria duradoura, para impedir o domínio das ORCRIM.

A integração, cooperação e sinergia com os poderes Legislativo e Judiciário são de suma importância para mitigar os efeitos da crise no sistema prisional. Ademais, o investimento em equipamentos de segurança e de rastreamento de comunicações contribuirá para desmantelar o comando e controle das lideranças criminosas no estado.

O adestramento, a seleção e o aperfeiçoamento dos recursos humanos são peças chave para o combate à criminalidade e redução da corrupção na polícia. A estruturação do ensino e programas de treinamento frequentes possibilitarão às forças policiais um maior poder de combate para enfrentamento das ameaças sociais.

Por fim, a Força de Intervenção simboliza para o povo fluminense a última trincheira para libertar o estado, de raras belezas, dos tentáculos das ORCRIM. Assim, o seu sucesso possibilitará a retomada da ordem, o exercício pleno das liberdades individuais e da tão sonhada paz social pelo cidadão de bem fluminense. **REB**

Referências

- ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao Extermínio, Uma História de Violência na Baixada Fluminense**. 1^a. ed. Editora APPH-CLIO, 2003.
- BRASIL. Assembleia Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 1988.
- Brasil. Governo Federal. **Decreto nº 3.897**. Brasília, DF. 2001.
- _____. **Lei Complementar nº 117**. Altera a Lei Complementar nº 97/1999. Brasília, DF. 2004.
- _____. **Lei Complementar nº 136**. Brasília, DF. 2010.
- Brasil. Governo Federal. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Operações de Garantia da Lei e da Ordem**. Manual de Campanha C 85-1. 2^a ed. EGGCF. Brasília, DF. 2010.
- BRASIL. Boletim de Análise Político Institucional nº 11. 2017.
- HOLLANDA, Cristina B. **Polícia e Direitos Humanos: Política de Segurança Pública no Primeiro Governo Brizola – Rio de Janeiro: 1983-1986**. Ed. Revan. Rio de Janeiro, RJ. 2005.
- LIMA, William de Souza. **400 contra 1: a história do Comando Vermelho**. 2^a. ed. Labortexto Editorial. São Paulo, SP. 2001.
- RIBEIRO, Ludmila M. **O Nascimento da Polícia Moderna: Uma Análise dos Programas de Policiamento Comunitário Implementados na Cidade do Rio de Janeiro (1983-2012)**. Análise Social, 211, XLIX (2^o), pp. 272-309. Rio de Janeiro, RJ. 2014.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 40. Ed. Malheiros. São Paulo, SP. 2017
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Os seus sonhos se realizam. aqui



Consulte as normas e condições vigentes.

Tem muita gente que sonha com a casa própria. Para alguns, o sonho é abrir o próprio negócio. Para outros, por exemplo, é reunir a família e viajar mundo afora. A POUPEX existe há mais de 36 anos para acolher você e transformar os seus sonhos em realidade, oferecendo soluções em Poupança, Financiamento Imobiliário e Empréstimo com Garantia Imobiliária.

POUPEX
0800 61 3040
www.poupex.com.br



Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações

www.bibliex.eb.mil.br

ISSN 0101-7184



9780101718401 2018